



SEMINÁRIO DE PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS:

INTERFACE ENTRE PSICOLOGIA
E POPULAÇÕES EM SITUAÇÃO DE
REFÚGIO, MIGRAÇÃO E APATRIDIA





SEMINÁRIO DE PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS:

INTERFACE ENTRE PSICOLOGIA
E POPULAÇÕES EM SITUAÇÃO DE
REFÚGIO, MIGRAÇÃO E APATRIDIA



Brasília, junho de 2024

XIX Plenário | Gestão 2022-2025

Diretoria

Pedro Paulo Gastalho de Bicalho (*Presidente*)
Alessandra Santos de Almeida (*Vice-Presidente*)
Célia Mazza de Souza (*Tesoureira*)
Izabel Augusta Hazin Pires (*Secretária*)

Conselheiras(os) Efetivas(os)

Carla Isadora Barbosa Canto
Carolina Saraiva
Ivani Francisco de Oliveira (*Vice-Presidente de 16/12/2022 a 19/04/2024*)
Juliana de Barros Guimarães
Neuza Maria de Fátima Guareschi
Roberto Chateaubriand Domingues

Conselheiros Suplentes

Clarissa Paranhos Guedes
Evandro Morais Peixoto
Fabiane Rodrigues Fonseca
Gabriel Henrique Pereira de Figueiredo
Maria Carolina Fonseca Barbosa Roseiro
Marina de Pol Poniwas
Nita Tuxá
Rodrigo Acioli Moura

CONVIDADAS(OS)

Antonio Virgílio Bittencourt Bastos
Jefferson de Souza Bernardes
Raquel Souza Lobo Guzzo
Rosana Mendes Éleres de Figueiredo

© 2024 Conselho Federal de Psicologia.
Disponível também em: www.cfp.org.br
Referências bibliográficas conforme ABNT NBR

Direitos para esta edição

Conselho Federal de Psicologia
SAF/SUL Quadra 2, Bloco B, Edifício Via Office,
térreo, sala 104, 70070-600, Brasília/DF
(61) 2109-0100
E-mail: ascom@cfp.org.br / www.cfp.org.br

facebook.com/conselhofederaldepsicologia
X [@cfp_psicologia](https://twitter.com/cfp_psicologia)
Instagram [@conselhofederaldepsicologia](https://www.instagram.com/conselhofederaldepsicologia)



Coordenadora-Geral Estratégica

Emanuelle Silva

Coordenador-Geral Executivo

Rafael Menegassi Taniguchi

Gerência de Comunicação

Marília Mundim (*Gerente*)
Raphael Gomes (*Supervisor*)

Edição de Texto

MPM Comunicação

Projeto Gráfico

Diego Soares da Silva

Diagramação

Tatiany Fonseca

XII SEMINÁRIO NACIONAL DE PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS

COMISSÃO ORGANIZADORA

Coordenação Nacional do CREPOP/CFP

Clarissa Paranhos Guedes (*Conselheira CFP*)
Neuza Maria de Fátima Guareschi (*Conselheira CFP*)
Mateus de Castro Castelluccio (*Supervisor CREPOP CFP*)
Queli Cristina do Couto Araújo (*Analista Técnica – Psicóloga*)
Hugo Felipe da Silva Lima (*Assessor*)
Jediael Lucas Rodrigues Araújo (*Estagiário*)
Lais de Andrade Santos (*Estagiária*)

Representantes dos CRPs

Luísa Marianna Vieira da Cruz – CRP 02
Marcos Paulo Cavalcanti dos Santos – CRP 02
Paula de Paula – CRP 04
Leiliana Sousa – CRP 04
Luciana Franco – CRP 04
Kathia Regina Galdino de Godoy – CRP 08
Altieres Edemar Frei – CRP 08
Larissa Mendes – CRP 10
Ana Tereza Araújo – CRP 10
Letícia Palheta – CRP 10
Camilla Fernandes Marques – CRP 14
Rebeca de Lima Pompilio – CRP 14
Rafa Moon Carvalho Pires da Silva – CRP 21
Lorena Carla Medeiros Ferreira – CRP 21

CENTRO DE REFERÊNCIA TÉCNICA EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS – CREPOP

Coordenação Nacional

Clarissa Paranhos Guedes (*Conselheira CFP*)
Neuza Maria de Fátima Guareschi (*Conselheira CFP*)
Mateus de Castro Castelluccio (*Supervisor CREPOP CFP*)
Queli Cristina do Couto Araújo (*Analista técnica (Psicóloga)*)
Hugo Felipe da Silva Lima (*Assessor*)
Jediael Lucas Rodrigues Araújo (*Estagiário*)
Lais de Andrade Santos (*Estagiária*)

Integrantes das Unidades Locais do Crepop nos CRPs

CONSELHEIRAS (OS): Isadora Cristine Dourado Araújo (CRP01); Marcos Paulo Cavalcanti dos Santos (CRP02); Ana Caroline Moura Cabral e Marcelo Tourinho de Garcia Soares (CRP03); Paula de Paula

e Ana Maria Prates da Silva e Silva (CRP04); Luisa Bertrami D'Angelo e Isabel Scrivano Martins Santa Bárbara (CRP05); Janaina Darli Duarte Simão, Mayara Aparecida Bonora Freire (CRP06); Jéssica Prudente, Luis Henrique da Silva Souza (CRP07); Kathia Regina Galdino de Godoy (CRP08); Cândido Renato Alves de Oliveira (CRP09); Ana Tereza Frade de Araujo e Larissa Azevedo Mendes (CRP10); Andrea Ferreira Lima Esmeraldo (CRP11); Pâmela Silva dos Santos, Milena Regina da Silva e Fabiana Gonçalves Felix (CRP12); Carla de Sant'Ana Brandão Costa (CRP13); Bárbara Marques Rodrigues, Paola Nogueira Lopes, Renato Martins de Lima (CRP14); Everton Fabrício Calado (CRP15); Ana Claudia Gama Barreto, Marina Francisqueto Bernabé (CRP16); Flavia Alves da Silva (CRP17); Amailson Sandro de Barros (CRP18); Mário Silveiro de Souza Fraga (CRP19); Rafa Moon Carvalho Pires da Silva (CRP21); Pérciles de Souza Macedo (CRP 22); Edgar Henrique Hein Trapp (CRP23); Edna Mônica da Silva Wobeto (CRP24).

TÉCNICAS (OS): Sara da Silva Meneses (CRP01); Luísa Marianna Vieira da Cruz (CRP02); Natani Evlin Lima Dias e Gabriela Evangelista Pereira (CRP03); Leiliana Sousa e Luciana M. S. Franco (CRP04); Roberta Brasilino Barbosa (CRP05); Erika Murata Kanashiro Nishimura (CRP06); Gabriel Alves Godoi (CRP07); Altieres Edemar Frei (CRP08); Regina Magna Fonseca (CRP09); Letícia Maria Soares Palheta (CRP10); Djanira Luiza Martins de Sousa (CRP11); Pâmela Lunardelli Trindade (CRP12); Katuska Araújo Duarte (CRP13); Krisley Amorim de Araujo (CRP14); Liércio Pinheiro de Araújo (CRP15); Dilcineia Souza Bragança (CRP16); Zilanda Pereira Lima (CRP17); Jackeline Jardim Mendonça (CRP18); Lidiane de Melo Drapala (CRP19); Lorena Carla Medeiros (CRP21); Francisco Valberto dos Santos Neto (CRP22); Mirian Carvalho Lopes (CRP23); Cleyanne Alves (CRP 24).

ESTAGIÁRIAS(OS): Maria Moniely Martins Ferreira (CRP02); Cássia Gabriela Fagundes (CRP04); Gabriela Santos de Paiva (CRP04); Amanda da Conceição Silva dos Santos (CRP05); Lucas Alexandrino de Oliveira (CRP06); Mikaella Vicente (CRP06); Cecília da Silva Freitas (CRP07); Helena Vicente (CRP08); Jessica Sofia Batista de Aquino (CRP10); Isadora Silva Rodrigues (CRP12); Ana Clara Rotilli Vieira (CRP14); Evelyn da Silva Alves (CRP14); Lylly Anne de Miranda Vasconcelos (CRP15); Andressa Gabriela Santos de Araújo (CRP17); Mariana Espindola Borgato (CRP18); Maria Clara Aquino Silva (CRP22).

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Brasil. Conselho Federal de Psicologia. Conselhos Regionais de Psicologia. Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas
XII Seminário de Psicologia e políticas públicas : interface entre psicologia e populações em situação de refúgio, migração e apatridia / Conselho Federal de Psicologia. Conselhos Regionais de Psicologia. Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas. -- 1. ed. -- Brasília, DF : Conselho Federal de Psicologia, 2024.

Vários autores.
Vários colaboradores.
Bibliografia.
ISBN 978-65-981913-6-8

1. Apatridia 2. Emigração e imigração
3. Psicologia - Congressos 4. Refugiados I. Título.

24-209269

CDD-150.6

Índices para catálogo sistemático:

1. Psicologia : Congressos 150.6

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	6
1. MESA DE ABERTURA	8
1.1 Exposição Carol Dartora	9
1.2 Exposição Silvia Sander	11
1.3 Exposição Elis Regina Arevalos Soares	14
1.4 Exposição Ana Gama Dias	17
1.5 Exposição Clarissa Paranhos Guedes.....	20
1.6 Exposição Pedro Paulo Gastalho de Bicalho.....	22
2. ANÁLISE GEOPOLÍTICA SOBRE O SISTEMA CAPITALISTA E FLUXOS MIGRATÓRIOS	26
Prof. James Berson Lalane	27
3. MESA REDONDA: INTERSECCIONALIDADES, VIOLÊNCIA E ACOLHIMENTO	34
3.1 Exposição Rocío del Pilar Bravo Shuna.....	36
3.2 Exposição José Gregório Albarrán López	42
3.3 Exposição Priscilla Justi	52
3.4 Debate da Mesa Interseccionalidades, Violência e Acolhimento.....	60
4. MESA REDONDA: COSMOVISÕES, MEMÓRIAS, TERRITÓRIO E IDENTIDADE	68
4.1 Exposição Catalina Revollo Pardo	70
4.2 Exposição Lineth Hiordana Ugarte Bustamante	79
4.3 Exposição Prof. Dr. Lassana Danfá	86
4.4 Debate da Mesa Cosmovisões, Memórias, Território e Identidade.....	95
5. MESA REDONDA: INTERVENÇÃO E ESTRATÉGIAS – PSICOLOGIA, POLÍTICAS PÚBLICAS E DIREITOS HUMANOS.	108
5.1 Exposição Heloísa Silva Coelho César	109
5.2 Exposição Gabriela Carvalho Teixeira	115
5.3 Exposição Rima Awada Zahra	123
5.4 Exposição Henrique Galhano Balieiro	129
5.5 Debate da Mesa Intervenção e Estratégias – Psicologia, Políticas Públicas e Direitos Humanos	135
6. ENCERRAMENTO DO EVENTO	150



APRESENTAÇÃO

O Seminário Nacional de Psicologia e Políticas Públicas é um evento do Conselho Federal de Psicologia (CPF), organizado pelo Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP).

Em sua XII Edição, o evento abordou a **Interface entre Psicologia e Populações em Situação de Refúgio, Migração e Apatridia**. O evento foi realizado nos dias 08 e 09 de novembro de 2023, em Brasília¹ e sua programação foi elaborada para priorizar debates realizados por psicólogas e psicólogos migrantes, além de pesquisadoras(es) e profissionais que atuam nas políticas públicas.

1 O evento foi transmitido ao vivo e está disponível no canal do CPF no YouTube.

Segundo a Organização das Nações Unidas, a migração deve ser compreendida como um Direito Humano, que beneficia pessoas e os países (OIM, 2024²). Cabe aos países prover políticas públicas e condições para seu estabelecimento. A Psicologia é uma profissão comprometida com esses processos, uma vez que os princípios do Código de Ética do Psicólogo apontam:

I. O psicólogo baseará o seu trabalho no respeito e na promoção da liberdade, da dignidade, da igualdade e da integridade do ser humano, apoiado nos valores que embasam a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

V. O psicólogo contribuirá para promover a universalização do acesso da população às informações, ao conhecimento da ciência psicológica, aos serviços e aos padrões éticos da profissão (CFP, 2005).

Este evento é uma resposta do Sistema Conselhos de Psicologia à uma demanda da categoria profissional, que solicitou ao CREPOP, durante o 11º Congresso Nacional de Psicologia (11º CNP), a elaboração de referência técnica em relação ao tema. A Assembleia das Políticas, Administração e Finanças (APAF) indicou, em dezembro de 2022, a realização de um Seminário Nacional antes da elaboração de uma referência técnica.

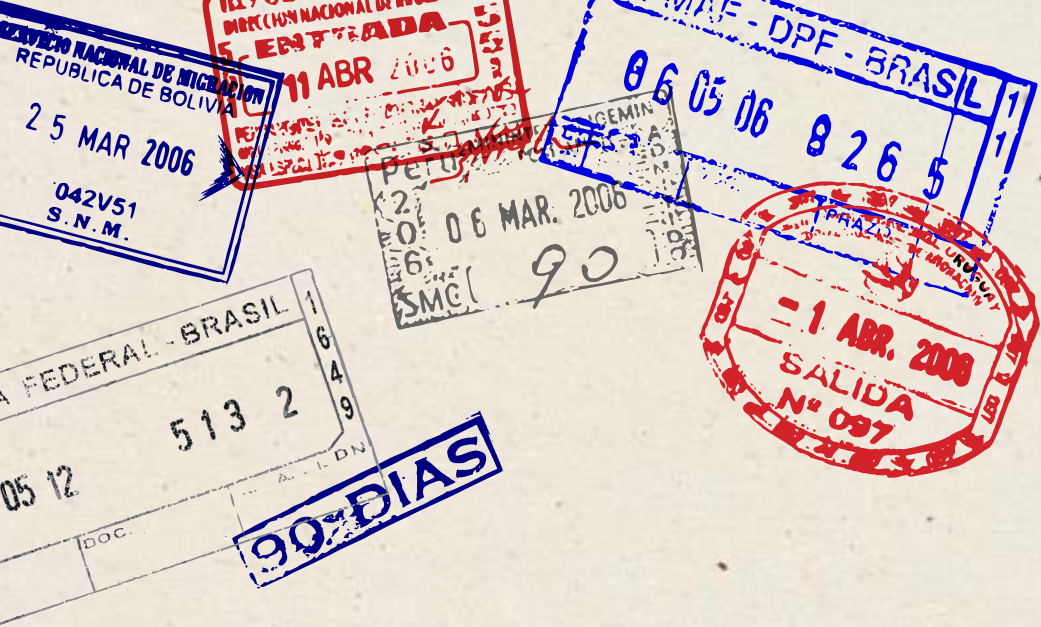
A presente publicação é resultado das transcrições³ das falas de palestrantes e tem por objetivo a gestão da informação e a sistematização do conhecimento para psicólogas(os), estudantes e pesquisadoras(es) e reforça o compromisso ético do CFP em as pessoas em situação de migração que chegam ao nosso país.

O CFP agradece às(aos) convidadas(os) e à Comissão Organizadora pela participação e realização do evento.

XIX Plenário Conselho Federal de Psicologia

2 OIM. McAuliffe, M. and L.A. Oucho (eds.), 2024. World Migration Report 2024. International Organization for Migration (IOM), Geneva.

3 Os textos passaram por um processo de revisão para dar mais fluidez à leitura, sem perder o conteúdo central das falas das(os) convidadas(os).



1. MESA DE ABERTURA

1.1 EXPOSIÇÃO

Carol Dartora⁴

Deputada Federal

Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados

Olá a todas e a todos, aqui é a Carol Dartora, deputada federal pelo estado do Paraná. Hoje eu estou aqui para saudar a todas e todos os profissionais de saúde mental que estão participando do Seminário Nacional de Psicologia e Políticas Públicas. Sabemos que o setor de saúde mental é um dos principais para a garantia de uma sociedade equilibrada e que, nos últimos anos, em razão do governo do ódio, sofremos grandes ataques, como a tentativa de normatização da cura gay, entre outras ações que, em verdade, trabalham em uma subjetividade que fomenta os discursos de ódio, fragiliza questões de saúde individual e amplia o quadro de depressão, suicídio, ansiedade e pânico, entre outras doenças psíquicas e psicossociais.

A psicologia é essa área que estuda a mente e o comportamento humano e suas interações com o ambiente físico e social. Ao lidar com o indivíduo, também auxilia a interação com outros, contribuindo para a pluralidade política, social e pela busca de equidade e inclusão, bem como contribui para a construção de sociedades mais justas. É por isso que eu venho aqui saudar a todas e todos vocês, profissionais, em defesa dessa área que, mesmo no período pandêmico e com todas as adversidades existentes, não se furtaram a contribuir para um trabalho que desse suporte e que efetivamente contribuísse para a saúde pública. Enquanto vice presidenta da Comissão de Migrações Internacionais e Refugiados, trabalhamos para entender e acolher pessoas que chegam em nosso país quase sempre sem qualquer tipo de suporte social e temos trabalhado para que refugiados recebam efetivamente as garantias já determinadas em lei, como o direito à proteção internacional específica, definida pelo Direito Internacional dos Refugiados. Além de proteção geral aos direitos humanos, tendo várias origens e necessidades particulares, faz-se necessário a discussão da saúde mental e o fenômeno das migrações e refúgios. É necessário pensarmos em uma prática de apoio institucional que possa considerar a mul-

4 Texto não revisado pela autora.

tipicidade de contextos, culturas, línguas para desenvolver estratégias de atendimento com capacidade de organizar novos arranjos a cada situação do encontro, não necessariamente clínico, e considerar a singularidade do sujeito em seu contexto atual com relação às suas referências e especificidades culturais de origem e dentro de uma posição ético-política considerando a saúde. Então, acreditamos que, como deputada e membro dessa comissão, é necessário que ampliemos o debate sincero sobre as possibilidades de construção de políticas públicas que efetivem esses direitos e que garantam o suporte à população refugiada, climática e de guerra, como o que assistimos nos últimos anos e contemporaneamente com o genocídio que tem ocorrido na Palestina.

1.2 EXPOSIÇÃO

Silvia Sander

Oficial de Proteção

Agência da ONU para Refugiados (ACNUR)

Boa noite a todas, a todos e a todes. Eu vou começar então com a minha descrição. Sou uma mulher branca, de cabelos a essa altura multicoloridos, um pouco brancos, um pouco loiros, um pouco castanhos. Estou vestindo um vestido cinza, anéis nos dedos, sentada aqui no canto direito da mesa de abertura. Vocês me ouvem bem? Trabalho como Oficial de Proteção na Agência da ONU para Refugiados, ou, no nome completo, Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados. Basicamente, nosso trabalho é oportunizar o acesso a direitos para aquelas pessoas que são refugiadas, apátridas, ou, como nomeia o direito internacional, pessoas que estão em necessidade de proteção internacional no contexto de deslocamento forçado e que, portanto, chegam a um segundo, a um terceiro, a um quarto país em busca não só de segurança física, de proteção, mas também de acesso a direitos e um recomeço, com oportunidades no campo laboral, educacional, socioeconômico, cultural, independente de onde estejam. Nesse contexto, qual é o retrato hoje no mundo?

Todos os anos o Acnur divulga uma estatística que, tristemente, vem aumentando ano a ano sobre o número de pessoas em situação de deslocamento forçado ao redor do mundo. Até o final de 2022, essa cifra alcançava 114 milhões em todas as regiões do mundo. Aqui no Brasil, hoje, até setembro de 2023, a gente fala em mais de 690 mil pessoas que são refugiadas, apátridas ou outras pessoas nesse contexto de necessidade de proteção internacional. Destas mais de 690 mil pessoas, a gente está considerando um número aproximado de 137 mil pessoas já reconhecidas como refugiadas, em sua maioria venezuelanas, mas advindas de mais de 150 diferentes países; cerca de 69 mil solicitantes do reconhecimento da sua condição de refugiada; um número reduzido de pessoas apátridas – cerca de 14 pessoas apátridas –, e mais de 487 mil pessoas que estão documentadas com essa figura da residência de acolhida humanitário ou por razões humanitárias. Aqui estamos falando principalmente de pessoas venezuelanas, mas também haitianas, ambas no topo do ranking de nacionalidades. Chegando ao Brasil, o que essas pessoas vão en-

contrar? Uma legislação federal e também leis municipais e estaduais muito favoráveis em relação à garantia de acesso a direitos e garantia de acesso às políticas setoriais em todas as áreas, mas, por outro lado, lacunas enormes em relação ao exercício desses direitos. É importante observar, sobretudo neste recorte mais específico com o qual trabalha o Acnur, a agência onde atuo e que hoje represento, são notórios os desafios enfrentados por pessoas que estão nesse contexto de deslocamento forçado e que em geral não estão saindo de uma maneira programada e organizada do seu país de origem, mas sim tentando sair para se proteger e recomeçar após vivenciarem violências graves, seja num contexto de conflito como os que observamos atualmente na situação Israel-Palestina, Ucrânia ou de diversos países africanos, seja num contexto de grave violação ou grave privação no acesso a direitos. Podem também no contexto de perseguições direcionadas, seja por opinião política, pelo fato de pertencerem a determinado grupo social, ou de professarem determinada religião. Essas pessoas que saem de contextos de perseguições ou de graves violências carregam consigo um lastro de rupturas nas suas redes socioafetivas, deixando para trás bens materiais, casa, documentação, parte de sua cultura, enfim, referências várias e, ao chegarem em um novo país, por mais acolhedora que seja essa moldura normativa e por mais que ela oportunize, do ponto de vista formal, o acesso a direitos, é preciso reconhecer que essas rupturas anteriores têm efeito e precisam ser endereçadas.

Tudo isso deve ser observado e traduzido em estratégias, ferramentas e mecanismos no âmbito das políticas públicas para garantir que essa lacuna entre direito garantido e seu exercício seja abreviada. Hoje é interessante notar que essas populações que eu mencionei, as cerca de 690 mil pessoas estão espalhadas pelo país. Há uma concentração territorial, sobretudo na região norte, em Roraima – devido ao movimento de venezuelanos –, mas também no estado do Amazonas e, de maneira geral, uma concentração maior nas regiões sudeste, em particular no estado de São Paulo, mas também no Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo e região sul. Contudo, essas pessoas estão espalhadas em todos os estados brasileiros.

Também é importante destacar a diversidade representada nesse recorte populacional: pessoas de países muito diferentes, de todas as regiões do mundo, com diferentes faixas etárias, identidades de gênero, orientações sexuais, pertencentes a populações indígenas e não indígenas. É crucial perceber que essa diversidade é uma oportunidade, uma riqueza que vem acompanhando essas populações e que chega às comunidades que as acolhem. Essa diversidade também demanda estratégias específicas, inclusive no campo das polí-

ticas de saúde e, particularmente nas de saúde mental. Existem inúmeras boas práticas nas cidades e regiões que há várias décadas têm recebido essas populações de maneira mais volumosa, e, inclusive com o engajamento crescente dos conselhos regionais de psicologia, das redes públicas e também privadas que prestam atenção em saúde mental, de universidades. Como exemplo, o ACNUR tem um projeto que se chama Cátedra Sérgio Vieira de Melo que reúne cerca de 40 universidades, várias delas das quais têm promovido discussões dedicadas à psicologia e também à psiquiatria. No entanto, sabemos que ainda há um longo caminho pela frente. De parte do Acnur, nosso trabalho é se engajar com os atores sociais diversos, incluindo com os CRPs, com o CFP, para garantir que as ferramentas que temos estejam à disposição da rede e da construção de políticas cada vez mais completas para o atendimento dessas populações. Nos projetos que realizamos diretamente, as equipes de atendimento em saúde mental, os parceiros das universidades e as próprias pessoas refugiadas podem colaborar para desenvolver, ampliar e disseminar boas práticas.

Entendo que este seminário e a maneira como o tema foi priorizado, conforme explicado aqui anteriormente, na discussão anual, mostram que temos um momento excelente para obter mais ferramentas para apoiar e incentivar novos profissionais e outros que já estão em campo a fortalecer o atendimento em saúde mental, as discussões nessa área, considerando as especificidades dessas populações em deslocamento. Vou parar aqui colocando o Acnur à disposição, parabenizando e agradecendo o CFP pelo convite e aproveitando para dizer que, neste momento, há uma política nacional para migrantes, refugiados e apátridas em construção no país. Existe uma expectativa muito grande de que essa política vá ajudar nas discussões sobre as políticas setoriais, incluindo no SUS, e nas políticas em saúde mental. Tenho certeza que não só este seminário, mas o CFP e os CRPs podem e devem se integrar nas conferências que vão ser realizadas no marco dessa discussão da política, aportar, trazer contribuições e, quem sabe, daqui do Brasil a gente também possa ajudar a alimentar outras discussões na região e ao redor do mundo. Muito obrigada pelo espaço de escuta e sigo muito animada a ouvir aqui as demais colegas.

1.3 EXPOSIÇÃO

Elis Regina Arevalos Soares

*Chefe da Divisão de Estudos e Pareceres do Departamento de Migrações
Ministério da Justiça e Segurança Pública*

Boa noite a todos e todas. Meu nome é Elis Regina, eu trabalho no Ministério da Justiça e Segurança Pública, no Departamento de Migrações da Secretaria Nacional de Justiça. Venho participar desta mesa representando a professora Tatyana Friedrich, que é a nossa diretora e não pôde estar aqui hoje por uma questão de conflito de agenda.

Sou uma mulher jovem, me auto declaro parda, tenho cabelos meio lisos, meio ondulados até os ombros, estou usando óculos, uma camisa sem mangas verde e um lenço azul com desenhos coloridos. Inicialmente, gostaria de agradecer o convite ao Conselho Federal de Psicologia e à equipe do Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas. Pretendo orientar minha contribuição a partir de pontos destacados pela professora Tatyana.

A nacionalidade é um fator essencialmente determinante na identidade das pessoas porque diz respeito à sua origem, à sua subjetividade, língua, cultura e pertencimento. Desta forma, ela deveria ser considerada um elemento enriquecedor. A pluralidade deve ser sempre valorizada, incentivada, deve ser potencializada a interculturalidade dentro de uma sociedade. As pessoas migrantes vão trazer novos elementos aos ambientes para onde migram, os quais são verdadeiramente enriquecedores e proveitosos para a sociedade como um todo. A pluralidade, por si só, estimula a democracia e valores de respeito à diversidade. Contudo, percebe-se que, apesar disso tudo, a nacionalidade, enquanto elemento de identidade, acaba por se tornar mais uma determinante de exclusão.

Para falar apropriadamente de psicologia, especialmente de saúde mental, no Brasil, é necessário considerar as questões relativas à interseccionalidade. Nos países do sul global, de maneira muito específica, acontecem sobreposições de vulnerabilidades que vão se fundamentar em opressões de diversas naturezas, como de raça, xenofobia, etnia (como

no caso das pessoas indígenas), diversidades de sexualidade, gênero, religião, entre outras condições que se impõem a PCDs e neurodivergentes. Todas enfrentam esses obstáculos e vão ter que atravessar essa sobreposição de opressões e de vulnerabilidades.

A gestão da prof. Tatyana no Departamento de Migrações tem a consciência de que, no fim dessa cadeia, após toda essa sobreposição de vulnerabilidades, podemos encontrar as pessoas migrantes, que, além de conter em si, na sua identidade, todos esses elementos, ainda serão pessoas que vêm de fora e, por isso, enfrentarão esses obstáculos de maneira muito mais intensa, partido de pronto da premissa da exclusão.

Sabemos que, além dos demais impactos impostos por essa sobreposição de vulnerabilidades, ainda existe a dificuldade de compreender o acesso aos direitos à saúde, incluindo o direito à saúde mental e aos mecanismos institucionais de promoção desta. Embora o Brasil tenha uma legislação avançada na prestação de serviços de saúde física e mental, na realidade o que se encontra é algo diverso, que vai se complexificar por fatores como a língua, como acesso à documentação, regularização migratória, a discriminação, diferenças culturais, questões relativas à religião e, enfim, diversos outros fatores.

O poder político, ao inserir-se nessa dinâmica, deve adotar um olhar acolhedor. Nesse sentido, vou dedicar um breve momento da minha fala para tratar da Política Nacional de Migração, Refúgio e Apatridia. No início deste ano, o Ministério da Justiça e Segurança Pública emitiu a Portaria 70/2023 que criou um grupo de trabalho voltado à elaboração dessa política nacional. A Lei de Migrações foi promulgada em 2017 e já previa, em seu artigo 120, a criação dessa política nacional. Desde então, por falta de interesse dos governos que se sucederam desde 2017, essa regulamentação do artigo 120 nunca foi concretizada; porém, esse ano foi uma das primeiras ações no nosso Departamento.

A institucionalização desse grupo de trabalho visava criar essa política nacional e contou com a participação de diversos atores. Podemos destacar, no âmbito do Governo Federal, a participação do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania, Ministério da Cultura, Ministério dos Povos Indígenas, Igualdade Racial, Mulheres, Meio Ambiente, Mudanças Climáticas, Ministério da Saúde e, além da participação dos outros setores do governo federal, contamos também com a participação de organizações internacionais, representantes das universidades, da academia e diversos representantes da sociedade civil.

O objetivo foi elaborar uma política com os migrantes, com a participação das próprias pessoas migrantes. A ideia é a de que essa política adote uma abordagem sistêmica, extrapolando as perspectivas engessadas apenas de regularização migratória e atendimento emergencial. Para isso, o grupo de trabalho se dividiu em cinco eixos: Regularização Migratória; Integração Local; Promoção e Proteção de Direitos, Combate à Xenofobia e ao Racismo; Participação Social; Relações Internacionais e Interculturalidade.

Contamos com a participação de cerca de 160 atores, incluindo integrantes da sociedade civil, associações de migrantes e refugiados, órgãos do governo, agências internacionais, setores de governos em outras esferas, ou seja, municipais e estaduais. Recebemos cerca de 2 mil contribuições, que foram categorizadas entre diagnósticos, propostas e experiências. Agora todo esse material, proveniente do processo de escuta realizado no começo do ano, está se convertendo em uma minuta de decreto que vai concretizar essa nossa Política Nacional de Migração, Refúgio e Apatridia.

Além disso, temos articulado a realização da segunda Conferência Nacional de Migração, Refúgio e Apatridia, a II Comigrar. Ela se estrutura em duas etapas: preparatória e nacional. A etapa preparatória já está em curso com a realização de Conferências Livres e Estaduais. Em junho de 2024, acontecerá a etapa nacional com os delegados eleitos nas conferências anteriores. Nesta semana, também está acontecendo o lançamento da Rede Nacional de Cidades Acolhedoras, resultado de uma portaria que emitimos e elaboramos para articular entes municipais que tenham interesse em compor uma rede de acolhimento às pessoas migrantes.

Todas essas políticas buscam promover o acesso a direitos das pessoas migrantes, afinal é no território que a cidadania se consolida. É importante destacar que reconhecemos que os mecanismos de promoção da saúde mental também são grandes instrumentos de consolidação da cidadania.

Já encerrando, gostaria de agradecer novamente pelo convite, em meu nome e em nome da professora Tatyana, saudar todas as pessoas que estão aqui, bem como as que estão acompanhando de maneira remota, e dizer que estamos à disposição para o que precisarem. Obrigada.

1.4 EXPOSIÇÃO

Ana Gama Dias

Coordenadora de Projetos

Organização Internacional para Migrações (OIM)

Embora não haja uma definição estabelecida pela legislação internacional, o termo “migrante” geralmente se refere a indivíduos que se deslocam de seu local de residência habitual, seja dentro de um país ou ao atravessar fronteiras internacionais, de forma temporária ou permanente, motivados por uma variedade de razões. A migração é inevitável, por razões demográficas entre outras, além de ser necessária para o crescimento sustentável e equitativo e, portanto, desejável quando bem gerida.

A migração, seja ela motivada por questões socioeconômicas, conflitos ou desastres, não se resume apenas a uma mudança de localização geográfica. Ela implica na redefinição de identidades individuais, familiares e comunitárias, além de desafiar sistemas de valores preexistentes. Nesse sentido, é fundamental adotar uma abordagem inclusiva, baseada em direitos humanos, que reconheça e respeite a dignidade e os direitos de todos os migrantes, independentemente de seu status migratório.

A Organização Internacional para as Migrações (OIM), a Agência da ONU para as Migrações, desempenha um papel crucial nesse cenário, atuando tanto no apoio direto às pessoas migrantes quanto no desenvolvimento de capacidades locais e incidência política, promovendo a governança migratória em nível federal, estadual e municipal. A OIM está comprometida com o princípio de que a migração segura, ordenada e digna beneficia a todas as pessoas, sejam migrantes ou comunidades de acolhida. Com os objetivos de salvar vidas e proteger as pessoas em movimento, impulsionar soluções para o deslocamento e facilitar vias para a migração regular, a OIM possui presença em treze cidades brasileiras nas cinco regiões do país, trabalhando em estreita colaboração com entidades governamentais, sociedade civil, setor privado e instituições acadêmicas.

No Brasil, há mais de 2 milhões de migrantes internacionais, dos quais cerca de 150 mil são refugiados reconhecidos pelo governo federal.⁵ No entanto, a migração interna também é significativa, com mais de 65 milhões de pessoas vivendo fora de seus municípios de nascimento.⁶

Uma pesquisa realizada pela OIM em 2021 identificou diversas barreiras enfrentadas pelos migrantes internacionais em relação à saúde mental no Brasil, desde questões financeiras e linguísticas até problemas relacionados à xenofobia e discriminação.⁷ Esses desafios destacam a necessidade de uma resposta multidisciplinar e coordenada, que envolva não apenas profissionais da saúde mental, mas também especialistas em direitos humanos, assistência social, educação e outras áreas relevantes.

Fatores como gênero, raça, etnia, classe social, religião e outros atravessadores sociais e identitários podem intensificar as vulnerabilidades enfrentadas por esses indivíduos ao longo de sua jornada migratória. Portanto, é essencial reconhecer e proporcionar apoio especializado a grupos específicos de migrantes que enfrentam esses desafios adicionais, levando em conta o conceito de interseccionalidade. É importante ressaltar que tanto a forma da migração em si quanto os eventos que ocorrem durante a jornada migratória, ou mesmo após a chegada ao destino podem ter um impacto psicológico significativo, o que evidencia a migração como um determinante social de saúde, especialmente no que diz respeito à saúde mental. Indivíduos em situação de vulnerabilidade, seja por motivos identitários ou pelas circunstâncias da própria migração, estão mais suscetíveis a violações de direitos humanos, como o tráfico de pessoas, violência de gênero ou outras formas de violência.

Também é crucial considerar a significativa comunidade de brasileiras e brasileiros que residem no exterior, totalizando mais de 4 milhões.⁸ Essas pessoas, ao deixarem o Brasil em busca de novas oportunidades, frequentemente se deparam com desafios significativos na integração às suas novas comunidades, além de experimentarem um profundo sentimento de desenraizamento e falta de pertencimento tanto em suas comunidades de acolhida quanto em relação às suas origens. Os brasileiros retornados, por sua vez,

5 Sistema de Registro Nacional Migratório – SISMIGRA

6 IBGE/ Censo 2010

7 Assistência em Saúde Mental e Atenção Psicossocial à População Migrante e Refugiada no Brasil – a rede de apoio da sociedade civil.

8 Ministério das Relações Exteriores, 2023

muitas vezes se veem em situações de vulnerabilidade ao regressar ao país de origem após suas experiências no exterior, enfrentando ainda mais obstáculos para se reintegrarem à sociedade brasileira.

Em última análise, a promoção da saúde mental dos migrantes exige um esforço conjunto e colaborativo, que transcenda as fronteiras disciplinares e culturais. É preciso não apenas compreender as complexidades da migração, mas também reconhecer e valorizar a diversidade de experiências e perspectivas que ela traz consigo. Somente através de uma abordagem interdisciplinar e inclusiva podemos verdadeiramente oferecer o apoio necessário para garantir o bem-estar e a dignidade de todas as pessoas migrantes, tanto internacionais quanto internas. É fundamental reconhecer não apenas seus desafios, mas também suas resiliências nesse processo.

Que o seminário seja o ponto de partida para uma jornada ininterrupta de aprendizado, colaboração e ação em prol da saúde mental das pessoas migrantes, contribuindo para a construção de políticas públicas que considerem suas especificidades, sem criar sistemas paralelos de atendimento e assistência, mas sim, a partir de uma perspectiva de integração e incorporação, promovendo o bem-estar, o respeito aos saberes e diferentes culturas e a integração com a comunidade local. Que possamos, juntos e juntas, criar um ambiente onde todas as pessoas tenham a oportunidade de se sentir seguras, respeitadas e pertencentes, independentemente de sua origem ou destino.

1.5 EXPOSIÇÃO

Clarissa Paranhos Guedes

Conselheira Federal responsável pelo CREPOP/CFP

Conselho Federal de Psicologia

Boa noite a todas as pessoas que estão aqui e a quem nos assiste pela internet.

Gostaria de saudar a mesa: Deputada Federal Carol Dartora, Ana Gama da OIM, Silvia Sander da ACNUR, Tatiana Scheila do Ministério da Justiça, Pedro Paulo presidente do CFP, obrigada pela presença e pelo apoio para a realização do Seminário.

Quero agradecer também à conselheira Neuza Guareschi, minha grande parceira, com quem tenho a honra de dividir a coordenação do CREPOP. E a Martin, meu filho, que me pediu para não viajar e combinamos que ele iria assistir ao seminário, para entender o trabalho da mamãe dele.

Essa edição do Seminário de Psicologia e Políticas Públicas, como todas as ações do Crepop, é fruto de uma construção coletiva, desde a definição do tema, até a construção da programação. Como mencionado anteriormente para minhas colegas de mesa o tema desse seminário vem da nossa instância máxima de deliberação, que é o nosso Congresso Nacional da Psicologia, momento em que a nossa categoria deliberou que o Sistema Conselhos de Psicologia abordasse o tema da Interface entre a Psicologia e as Populações em Situação de Refúgio, Migração e Apatridia. Considerando o CREPOP como referência para essa relação entre a Psicologia e as políticas públicas, definimos em APAF que esse fosse o tema deste seminário.

Refletindo especificamente sobre a questão desse seminário, fiquei pensando que todo processo de deslocamento é uma partida e, por si só, bastante complexo. Como cantou Chico Buarque, envolve “criar raiz e se arrancar,” ou muitas vezes ter suas raízes arrancadas, seja por deslocamentos forçados ou por falta de opção, o que certamente apresenta grandes repercussões nas subjetividades. É importante que psicólogas e psicólogos que

atuam no SUS, no SUAS, na Educação, entre outras políticas públicas, estejam atentos a esse fato como algo relevante para que as pessoas em situação de migração, refúgio e apatridia consigam construir estratégias e dar continuidade às suas vidas em nosso país, tendo seus direitos humanos garantidos. O objetivo desse seminário é refletir sobre as diversas dimensões e especificidades envolvidas nesse processo.

Coincidentemente este seminário acontece num momento em que o mundo volta sua atenção para a situação em Gaza, onde acontece um genocídio e milhões de pessoas estão expostas a traumas e violências sistemáticas, tema esse que também nos importa e sobre o qual não podemos fazer silêncio.

Quero também dizer que este seminário marca o início de um processo de mudança para o CREPOP, um amplo processo de discussão e mudança para trazer mais celeridade, ampliar a capacidade de ação, subsidiar a incidência política e o controle social das políticas públicas.

Por fim, quero agradecer à comissão organizadora do evento:

Conselheiras Clarissa Guedes e Neuza Guareschi e a equipe técnica: Mateus, Queli, Hugo, Laís e Lucas, pelo Conselho Federal de Psicologia.

E os CRPs:

CRP 02/Pernambuco: conselheiro Marcos Paulo e Técnica Luísa;

CRP 04/Minas Gerais: conselheira Paula de Paula e as técnicas Leiliana e Luciana;

CRP 08/Paraná: conselheira Kathia e o técnico Altieres;

CRP14/Pará e Amapá: conselheiras Larissa e Ana Tereza, e a técnica Letícia;

CRP14/Mato Grosso do Sul: conselheira Camilla e a técnica Rebeca;

CRP 21/Piauí: conselheira Rafa Moon e a técnica Lorena;

Nossos agradecimentos também a todas as pessoas do CFP que estão aqui trabalhando e a todas as conselheiras e técnicas da Rede CREPOP aqui presentes. Que esse seminário seja bastante potente e frutífero!

Referência:

BUARQUE, C.; LOBO, E. **Na Carreira**. Álbum: O Grande Circo Místico, 1983.

1.6 EXPOSIÇÃO

Pedro Paulo Gastalho de Bicalho

Conselheiro Presidente

Conselho Federal de Psicologia

Bom, muito boa noite a todas as pessoas aqui presentes. Bom, muito boa noite a todas as pessoas aqui presentes. Primeiro quero falar da alegria que é estarmos aqui hoje, juntas e juntos.

Eu queria primeiro fazer uma pergunta a quem está aqui neste auditório, que trabalha, é funcionário do Conselho Regional, ou do Federal, e trabalha no sistema CREPOP. Quem são os trabalhadores e trabalhadoras do CREPOP aqui presentes? Obrigado. Quem são os conselheiros e conselheiras que acompanham o CREPOP nos seus conselhos? Obrigado. Eu quero deixar registrado que vocês fazem algo muito valioso para a psicologia brasileira. O CREPOP, é uma ideia que nasceu em 2006, mas que nos transforma radicalmente. O CREPOP, faz a gente entender a importância das políticas públicas e da construção de referências técnicas para elas. O que a gente faz não é pouca coisa, é construir uma psicologia brasileira diferente para as reais necessidades do nosso povo. Não é qualquer coisa estar no CREPOP. Portanto, muito obrigado a vocês que cotidianamente constroem. Sabemos que não é um lugar fácil, mas muito obrigado a cada um e a cada uma de vocês que nos ajudam a ter o CREPOP como orgulho do Sistema Conselho de Psicologia. Alho, presidente do Conselho Federal de Psicologia, um homem branco, cinquentenário desde ontem. Eu já peço, já justifico a minha voz um tanto rouca. Um homem gay, cisgênero, de cabelos grisalhos, nesse momento com um terno e gravata azuis, uma camisa cinza, no meu lado esquerdo, Clarissa, no meu lado direito, Ana, e atrás de mim um banner lembrando também que o Conselho Federal de Psicologia completa 50 anos esse ano.

Começamos juntos com um mês de diferença. No dia 20 de dezembro de 1973, construí-se a primeira plenária do Conselho Federal de Psicologia. Portanto, no próximo mês, completaremos 50 anos de efetivo processo de regulamentação da nossa profissão, porque em que pese o fato de que há 61 anos somos uma profissão regulamentada, para sermos, de

fato regulamentados, precisamos ter um sistema que nos regule. E isso só começou há 50 anos, portanto, a psicologia é uma profissão de fato regulamentada há 50 anos no Brasil, e nessa história de regulamentação constrói-se o CREPOP. Eu quero dizer por qual razão esse tema.

Já não é necessário dizer que, em tempos de tantos ataques à democracia, construir um seminário cujo tema foi escolhido por meio de um processo democrático, como os congressos regionais e o Congresso Nacional da Psicologia, é motivo suficiente para nos orgulharmos. Este seminário está sendo feito não somente pelos organizadores, mas especialmente por aqueles e aquelas que, nos congressos regionais, apoiaram essa diretriz para aqueles e aquelas que, no Congresso Nacional, apoiaram a necessidade de falarmos sobre a interface entre psicologia, populações e situação de refúgio, migração e apatridia. Em segundo lugar, precisamos refletir sobre o significado atual do deslocamento forçado no mundo. Se as pessoas deslocadas à força formassem hoje um país, constituiriam um país do tamanho do Egito, que é hoje o 14º maior país do mundo em número de população. Estamos falando dessa ordem de grandeza, de um contingente populacional equivalente ao do Egito, o 14º país mais populoso do mundo, composto por pessoas em situação de deslocamento forçado.

É preciso lembrar também que, quando falamos sobre migrações, refúgio e apatridia, nós estamos falando de uma temática que transversaliza uma série de violências, porque a partir daqui, nós podemos falar sobre a população em situação de rua, xenofobia, racismo, transfobia, homofobia, pobreza, podemos abordar diversos temas, mas talvez algo que a psicologia deva considerar é que a psicologia praticada no Brasil é moldada em um país que ocupa o segundo lugar no mundo em termos de desigualdade social.

Lembremos que o 1% mais rico do Brasil acessa 28,3% do nosso PIB. Portanto, cada vez que fazemos crescer o nosso PIB, precisamos lembrar que estamos impulsionando especialmente aqueles que, estatisticamente minoritários, são os que mais acessam as riquezas produzidas nesse país. Portanto, ao praticarmos a psicologia aqui, num país marcado pela desigualdade, precisamos olhar para esse tema e refletir sobre o que temos a dizer, em especial quando abordamos a temática do consentimento. Quando tratamos do tráfico de pessoas, por exemplo, uma das questões importantes e que gera uma série de criminalizações é o fato de que muitos acreditam que as pessoas traficadas o são por vontade própria. Cabe a nós, psicólogas e psicólogos, analisar a noção de consentimento num país desigual e afirmar que não há liberdade de consentir quando se trata de pessoas vulnerabilizadas.

Porque, de fato, as pessoas traficadas neste país são, em sua maioria, negras, pobres, trans, indivíduos que já enfrentam processos de vulnerabilização e para quem, muitas vezes, deixar o país é questão de sobrevivência.

A psicologia brasileira precisa considerar e refletir sobre o significado do consentimento em situações de vulnerabilidade. Quando falamos sobre migração, é importante lembrar de um vídeo que está circulando neste momento, no qual uma brasileira, que estava no aeroporto do Porto, em Portugal, e é alvo de insultos por parte de uma portuguesa que se autodefine como “de raça”. A gente achava que já tinha visto de tudo, uma portuguesa de raça, assim ela se afirma. Quando profere uma série de insultos a essa brasileira. Se alguém desejar assisti-lo, pode encontrá-lo hoje no Instagram da Carta Capital, acompanhado de uma série de comentários. Mas o que eu quero destacar sobre esse vídeo é que nos últimos cinco houve um aumento de 505% nos casos de xenofobia por parte dos portugueses contra brasileiros. Nos últimos cinco anos, o tráfico de pessoas no mundo passou a movimentar um mercado de 30 bilhões de dólares ao ano. Portanto, o tráfico de pessoas é um mercado muito lucrativo, pois não é qualquer atividade que gera essa quantia de dinheiro. É isso que queremos dizer quando falamos de tráfico de pessoas; o capitalismo se aproveita das nossas vulnerabilidades para gerar lucro. Os dividendos produzidos por esse capitalismo nos transformam em um mercado: o mercado das migrações não documentadas, o mercado do tráfico de pessoas, o mercado da necessidade de refúgio.

Também é importante lembrar, quando falamos de apatridia, que estamos nos referindo a um contingente de 12 milhões de pessoas no mundo. Essas pessoas não são lembradas apenas nos Jogos Olímpicos, quando surgem no desfile dos atletas com as suas bandeiras.

Precisamos lembrar que essas pessoas existem, e muitas vezes nos acessam pelos lugares em que nós ocupamos, mesmo quando nós não temos a menor noção disso. Portanto, parece-me que essa é uma discussão de grande importância para a psicologia brasileira abordar, a temática que estamos começando a debater aqui nesse seminário. E é preciso afirmar que neste país tão desigual não existe psicologia que não seja uma psicologia necessariamente implicada.

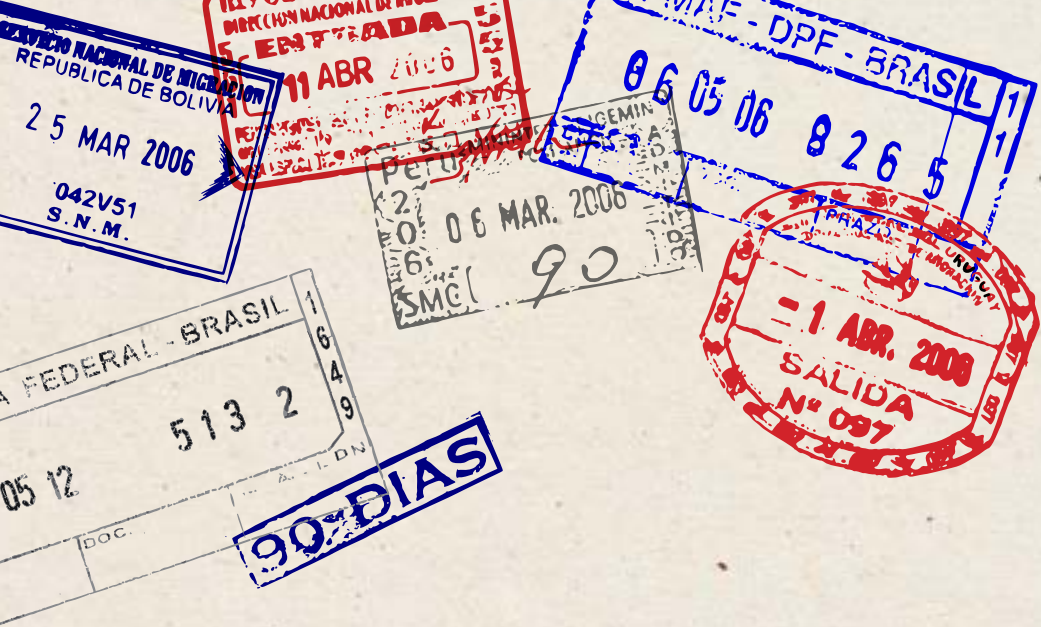
Talvez esse seja algum dos importantes desafios que ainda enfrentamos na formação de psicólogos no Brasil hoje. Um dos temas é a articulação entre objetividade e subjetividade, pois querem nos dizer que o objetivo é o concreto e o subjetivo é o etéreo. Não caímos nessa armadilha; a subjetividade é muito concreta, pois pode tanto incluir quanto excluir.

Não podemos deixar de lembrar que também não se faz psicologia sem falar na conjuntura. Aliás, Sílvia e Elis, não está sendo fácil reconstruir esse país; contem conosco. Sabemos o quanto é difícil reconstruir um país arrasado por um modo fascista de pensar o nosso povo. Esse fascismo, no qual nós sobrevivemos, também persiste, e não podemos ser ingênuos a respeito disso. O fascismo está entre nós, e precisamos pensar o que isso significa. Portanto, nesta conjuntura, esta reconstrução não é uma tarefa fácil.

Como não é uma tarefa fácil, Ana, ser uma psicóloga, estar na OIM, e a gente tem muito orgulho disso, de uma psicóloga atuando na OIM. Precisamos lembrar do CONARE, o Comitê Nacional de Refugiados, uma política do Ministério da Justiça que foi terra arrasada nos últimos quatro anos, assim como toda e qualquer política nacional de participação social. É disso que se trata a nossa reconstrução. Estamos reconstruindo também um lugar que possa dialogar conosco, portanto, uma política de participação em que possa efetivamente produzir o diálogo entre nós. Portanto, sim, a psicologia brasileira tem muito o que afirmar sobre isso. Se um dos nossos nós é a relação entre objetividade e subjetividade, e o outro grande nó é uma psicologia que só faz sentido se for articulada com a conjuntura, também um terceiro grande nó é exatamente o fato de que não existe, efetivamente, uma psicologia neutra. Uma psicologia precisa ser necessariamente implicada, e uma psicologia implicada é uma psicologia que se posiciona.

É preciso lembrar que nós vivemos hoje uma conjuntura de muitas guerras, não só aquelas que passam todas as noites na televisão. Temos hoje o Iêmen, Etiópia e a Síria em guerra, sem falar na Ucrânia, Rússia, Palestina e em Israel. E é preciso lembrar que nós vivemos também em um território em guerra, porque um território marcado pela necropolítica também é um território em guerra. Olhemos para o complexo do Alemão e da Maré, que nesse momento estão sob intervenção. Intervenção essa que faz com que muitos de nós experimentem a guerra, mesmo quando oficialmente nós não estejamos nela.

Portanto, a guerra fala muito de nós, fala de algo que nós precisamos olhar e entender de que modo nós devemos nos posicionar. E como não existe uma psicologia neutra... Isso seria de nós, senhores assessores, que percebem que a gente coloca de cabeça para baixo as coisas. Mas é isso, não existe psicologia neutra. E se alguém acha que existe, está aqui. Obrigado.



2. ANÁLISE GEOPOLÍTICA SOBRE O SISTEMA CAPITALISTA E FLUXOS MIGRATÓRIOS

Boa noite. Em primeiro lugar, gostaria de expressar minha gratidão pelo convite e me apresentar como palestrante. Vou começar com uma breve descrição pessoal: sou James Berson Lalane, de pele negra, vivenciando a negritude, vestindo uma camisa branca de manga longa e usando óculos. Gostaria de saudar a todos vocês, especialmente aos da área de Psicologia. O tema que abordarei hoje é completamente diferente da saúde, mas é de extrema importância, especialmente no contexto das políticas públicas, quando falamos de migração, tanto local quanto internacional. É difícil ficar sentado, então prefiro ficar de pé para expressar melhor minhas ideias.

Gostaria de iniciar discutindo a importância da relação entre geopolítica, capitalismo e migração. Sim, amigos, vamos discutir um tema de grande importância, especialmente neste momento em que vivemos em um sistema capitalista. Apesar de criar certas metodologias, é esse sistema que impulsiona a migração. Precisamos também compreender a geopolítica, que muitas vezes mantém os países dependentes, apesar de suas necessidades de autonomia e políticas próprias. É uma interconexão complexa entre geopolítica, capitalismo e migração, mas é essencial compreendê-la no mundo atual.

Por que coloquei essa foto aqui? Para mostrar que a geopolítica existia muito antes da escravidão, mesmo antes de Jesus Cristo. A Bíblia, como alguns grandes pensadores da Relação Internacional afirmam, é uma obra de história que todos deveriam ler. E quando nós lemos e observamos como, naquela época, não havia países, mas sim impérios, e como eles lidavam com questões geopolíticas dentro desses territórios, e como a definição de geopolítica e o capitalismo, após a escravidão, chegaram à era do capitalismo. Nos livros, eles retratam esse sistema como o atual, como algo pós-moderno, mas precisamos considerar que na época da escravidão também havia um sistema capitalista. Por exemplo, durante a Revolução Haitiana, a primeira revolução negra do mundo, quando os colonizadores perceberam que o sistema de escravidão não era mais viável, existia ainda um sistema capitalista dentro da colônia de Saint-Domingue, onde os trabalhadores eram escravizados contra sua vontade, sendo forçados a migrar para outros países para trabalhar em condições desumanas. Isso evidencia como o capitalismo funciona. Os movimentos de migração, como o da Revolução Haitiana, não se limitaram apenas

ao Haiti, mas abrangeram todo o Caribe e América Latina, moldando países como o Brasil. Embora antes chamássemos de escravidão, o capitalismo também a formou, pois sua base é o lucro, o qual também era buscado na escravidão.

As interconexões entre geopolítica e migração são evidentes. Podemos observar isso na guerra na Palestina, onde muitos países financiam o conflito mesmo sabendo que isso resulta em uma grande quantidade de apátridas, refugiados e migrantes. Muitas vezes, a migração é forçada, e não uma escolha voluntária. Como migrante, entendo como é deixar a família para trás e viver em um país com uma cultura diferente, o que Michel Foucault chama de renascimento do corpo ao falar sobre o migrante. Essa interconexão produz desigualdades na migração. Os países mais pobres, onde a migração é mais prevalente, são muitas vezes aqueles com sistemas capitalistas menos desenvolvidos, o que leva a essa migração desigual.

As políticas geopolíticas, públicas e os fluxos migratórios representam as tendências geopolíticas que o mundo está seguindo. Por exemplo, o que está ocorrendo atualmente, como no Brasil, onde a Alemanha abriu espaço para receber enfermeiros e enfermeiras brasileiros para trabalhar lá, é uma questão geopolítica, pois estão permitindo que essas pessoas migrem para trabalhar.

O impacto do capitalismo na migração é significativo. Como mencionado anteriormente, o sistema capitalista funciona por meio da migração, pois precisa de trabalhadores, especialmente na agricultura. Enquanto no Brasil falamos sobre a agro-pop, nos Estados Unidos, por exemplo, a mão de obra agrícola é composta principalmente por migrantes, sem uma agro-pop comparável.

A instabilidade dentro dos países muitas vezes gera pessoas que migram. Outros países frequentemente intervêm nessa instabilidade. O Haiti, após a revolução, nunca teve a oportunidade, o povo haitiano nunca teve a oportunidade de escolher democraticamente um líder. Sempre há um país que irá ditar. E outra coisa, o Haiti é um grande exemplo geopolítico que eu posso mencionar, mas vou falar de outro exemplo. O Haiti é o único país onde os embaixadores formam um conselho para governar o país. Estão entendendo? Como embaixadores que são recebidos dentro do país, eles formam um conselho para gerir o próprio país que os recebe. Olhem como é a questão geopolítica.

Os conflitos também desempenham um papel importante, com grandes países capitalistas muitas vezes provocando conflitos em países dependentes para forçar a população a buscar outro lugar para viver. No caso, o exemplo que a maioria de vocês pode conhecer, após o terremoto

to no Haiti, havia a Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH), que era liderada pelo governo brasileiro. A missão tinha como objetivo promover a estabilidade política, entre aspas, algo que nunca havia sido alcançado. Neste contexto conflituoso no Haiti, a MINUSTAH e o Brasil tinham responsabilidades. Em 2012, a presidente Dilma Rousseff foi ao Haiti e promoveu a migração dos haitianos para o Brasil. Em suas palavras, ela declarou que o Brasil estava aberto para receber os cidadãos haitianos. Desde então, os haitianos começaram a considerar o Brasil como uma opção. Embora em 2010, e ao analisar, já houvesse a presença de haitianos, após esse episódio, a Embaixada Brasileira passou a emitir vistos humanitários para os haitianos entrarem no Brasil, especialmente para trabalhar. Naquela época, o Brasil necessitava de uma mão de obra significativa, pois estava construindo os estádios para a Copa do Mundo.

A criação das ONGs é um resultado direto dessa interconexão. Hoje, temos várias ONGs que foram criadas como desdobramento do sistema capitalista, que não apenas produz migração, mas também gera essas organizações para lidar com a questão da migração. Um exemplo que posso citar é novamente o Haiti, onde podemos discutir geopolítica, capitalismo e migração. Quando o Brasil decidiu emitir vistos humanitários para os haitianos através da sua Embaixada no Haiti, a OIM imediatamente abriu um escritório para facilitar esse processo de solicitação de visto e para servir como intermediário entre o migrante haitiano e a Embaixada Brasileira. O haitiano não podia ter contato direto com a Embaixada Brasileira, então a OIM intermediava o processo, mas cobrava uma taxa de 100 dólares pelo serviço. Imaginem uma pessoa que está buscando um visto humanitário e precisa pagar essa taxa para uma organização que se apresenta como tal, embora na realidade não seja papel da OIM facilitar a migração dos haitianos para outro país dentro do território nacional.

Falando sobre as organizações, há um renomado filósofo que estuda a questão da migração, e ele argumenta que as organizações criadas dentro do sistema capitalista não são apenas para proteger o migrante; na verdade, visam promover o sistema capitalista por meio da migração. Essa visão é corroborada pelo relatório do Banco Mundial de 2021, que afirma que sem migração não haveria sistema capitalista nem economia. Mais adiante, apresentarei os números para ilustrar isso.

Agora, em termos geopolíticos, quais são as influências dentro do mundo? Atualmente, com todas as suas dinâmicas nas relações internacionais, é fundamentado em um sistema geopolítico. A estruturação desse sistema global é evidente quando observamos todos os países buscando formar alianças, como o Brasil participando do BRICS e os Estados Unidos do CDE, com

o objetivo de estabelecer uma estrutura onde esses países compartilhem ideias e mecanismos que muitas vezes perpetuam a desigualdade nos países dependentes. As relações de poder entre as nações têm um impacto significativo nos sistemas econômico e social. Atualmente, vemos essas relações de poder afetando diretamente o sistema econômico, especialmente na América Latina e no Caribe, onde frequentemente sofremos intervenções dos países do Norte por meio de políticas e poder.

Recentemente, vimos portas se abrindo para países como Venezuela e Cuba, que estavam sob embargo. Sabemos que embargos resultam em pobreza e, conseqüentemente, migração. Como mencionei anteriormente, esses países muitas vezes exercem influência por meio de decisões políticas que afetam a situação econômica. Isso tem impacto na distribuição de recursos. Por exemplo, podemos observar que organizações internacionais dedicadas à saúde têm orçamentos muito maiores do que outros países que enfrentam pobreza e miséria em várias regiões do mundo.

A definição de blocos e alianças também desempenha um papel importante. Como podemos ver, o Brasil faz parte do BRICS, enquanto outros países se associam a alianças como a OTAN, especialmente durante situações de conflito, como a guerra entre Rússia e Ucrânia. A OTAN está financiando essa guerra e apoiando a Ucrânia, o que tem levado mais pessoas a deixarem seus países de origem em busca de refúgio em outras nações. Isso ilustra claramente como o sistema capitalista opera.

O crescimento econômico é frequentemente apresentado como o principal benefício do sistema capitalista. No entanto, podemos problematizar essa narrativa. Que tipo de economia é essa? É uma economia que resulta em mais pessoas passando fome, mais pessoas enfrentando desigualdade e mais pessoas sendo forçadas a deixar suas casas em busca de moradia em outros lugares ou migrando para outros locais. A desigualdade de renda é uma característica persistente dentro do sistema capitalista, como destacado pelo presidente recentemente ao mencionar que 1% das pessoas mais ricas do Brasil detém 28% do PIB. A ramificação social do sistema capitalista é vasta e abrange desigualdade, fome, falta de acesso à educação e saúde, violência e tráfico humano. Estes são problemas diretamente atribuíveis ao sistema capitalista.

Agora vamos abordar a parte da migração e seus impactos. Os impactos migratórios ocorrem tanto localmente, dentro dos países, quanto globalmente. Localmente, principalmente no Brasil, podemos observar que muitas pessoas precisam migrar para as grandes capitais, onde estão localizadas as grandes empresas, o que gera impactos significativos. Por exemplo, no Brasil, a

disparidade entre o PIB do Nordeste e o PIB de São Paulo é evidente, em grande parte devido aos fatores associados ao sistema capitalista que influenciam essas migrações.

Globalmente, vemos muitos países enfrentando desafios em implementar políticas públicas e garantir acesso à sua população devido à interferência internacional, o que por sua vez leva à migração para outros locais. Há uma relação intrínseca entre desigualdade econômica e migração. A desigualdade econômica frequentemente leva à migração, pois muitos países implementam projetos de migração para trabalhadores migrantes, oferecendo oportunidades em outros lugares como uma resposta à desigualdade. A desigualdade econômica é, portanto, um dos principais motivos para a migração.

Muitas vezes, a desigualdade leva essas populações a migrar, pois o sistema capitalista consegue de forma bastante rígida e explícita incentivar a migração, sugerindo que o país de origem não está dando certo, enquanto no país receptivo está tudo bem e oferecendo oportunidades. Dentro dessa desigualdade, são estabelecidas leis e atores para filtrar a questão dos migrantes, decidindo quem pode entrar e quem não pode, determinando os destinos dos corpos. O desafio da desigualdade é evidente. Muitos desses migrantes, quando chegam ao país receptivo, contribuem economicamente não apenas para esse país, mas também para o país de origem, pois enviam grandes quantidades de remessas financeiras mensalmente. Posteriormente, vou apresentar alguns números rapidamente para ilustrar isso.

O impacto no fluxo migratório é significativo. Esse fenômeno é contínuo, pois sempre que surgem conflitos geopolíticos implementados pelo sistema capitalista, isso resulta em um aumento nos fluxos migratórios, tanto dentro dos países quanto entre continentes e pelo mundo. Isso levanta a questão: como as políticas geopolíticas influenciam o fluxo migratório? Através das fronteiras e dos acordos internacionais, as decisões geopolíticas sobre fronteiras e políticas migratórias têm um impacto direto no movimento populacional, determinando quem pode migrar e em quais condições.

No Brasil, por exemplo, muitas populações e migrantes não têm permissão para entrar devido às leis brasileiras. Mesmo que o Brasil tenha aberto suas portas para os haitianos, há outros países africanos que não têm acesso aos vistos humanitários brasileiros.

Conflitos e instabilidade política, bem como tensões geopolíticas em certas regiões, frequentemente geram grandes números de refugiados e deslocados, como estamos testemunhando atualmente na Palestina, Ucrânia, Rússia, Iêmen e Líbano. O resultado desses conflitos é a

migração, uma grande parcela da população deixa suas famílias e suas formas de vida para renascer em outros países. O papel do capitalismo na geração e nas respostas à migração é significativo. A geração de migração ocorre em setores da economia capitalista, como agricultura, construção e serviços, que dependem da mão de obra migrante, resultando em fluxos migratórios específicos.

Atualmente, muitos países estão implementando políticas para atrair trabalhadores estrangeiros, como é o caso do Canadá e também de Portugal. Apesar das dificuldades enfrentadas pelos migrantes brasileiros, Portugal possui políticas públicas para integrá-los ao mercado de trabalho. As respostas econômicas e sociais à migração são frequentemente influenciadas pelo capitalismo, afetando as condições de trabalho, políticas de migração e integração social. Por exemplo, no México, muitas pessoas na fronteira com os Estados Unidos buscam entrar no país vizinho, mas o governo dos Estados Unidos pressiona o México para expulsar essas pessoas e impedir sua entrada, refletindo uma decisão influenciada pelo sistema capitalista. O estudo de caso é um exemplo relevante da crise de refugiados que estamos enfrentando atualmente em todo o mundo. Um exemplo emblemático é a crise de refugiados na Síria, que teve início em 2013 e é conhecida na academia como Primavera Árabe. Nessa época, mais de 6 milhões de pessoas deixaram suas casas e migraram, resultando em um grande número de apátridas, indivíduos que não possuem nacionalidade nem documentos.

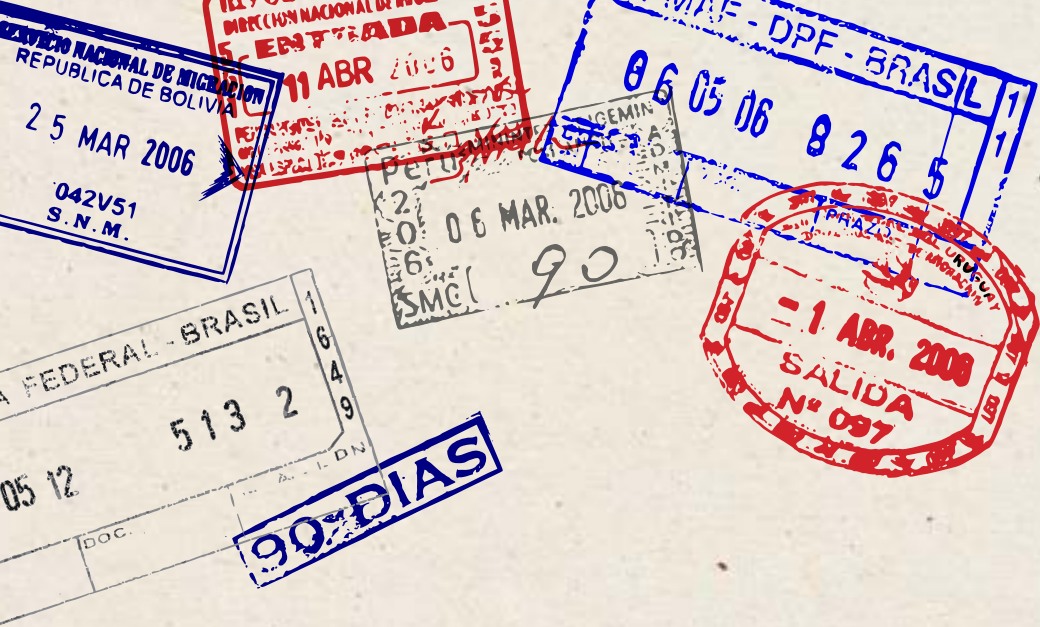
A migração também é um fenômeno observado no Triângulo do Norte americano, onde as pessoas utilizam a fronteira do México para entrar nos Estados Unidos. O governo americano solicitou ao governo mexicano que evitasse a entrada dessas pessoas em território mexicano. Além disso, é importante destacar a presença de mão de obra migrante no Golfo Pérsico, um aspecto que requer atenção especial. Hoje em dia, o Oriente Médio é responsável pela produção de mais de 60% do petróleo mundial. Segundo o Banco Mundial, 75% da mão de obra nessa região são migrantes. Isso ressalta a importância do petróleo na sociedade, tanto capitalista quanto em qualquer outra. No entanto, quem trabalha nesses locais são, em sua maioria, migrantes. Além disso, globalmente, há cerca de 169 milhões de trabalhadores migrantes, dos quais 70 milhões são mulheres, de acordo com o relatório de 2021 do IT.

Um dos desafios enfrentados na intersecção entre geopolítica, capitalismo e migração é a desigualdade estrutural e a instabilidade geopolítica, que levam os países a pensar na necessidade de atrair migrantes através da produção de conflitos. Isso resulta em exploração laboral, com muitos migrantes trabalhando em condições precárias, especialmente no Brasil.

Atualmente, o governo brasileiro está trabalhando para combater a condição de escravidão em que muitas pessoas são submetidas. Quando analisamos esses números, percebemos que 45% das pessoas resgatadas pelo governo este ano são migrantes. Existe uma resistência à mudança e uma limitação na cooperação internacional, refletidas em políticas restritivas nas fronteiras que determinam quem pode migrar e quem deve ser recebido. Além disso, os dados gerais sobre migração mostram como os migrantes são frequentemente estigmatizados. Lembro-me de quando cheguei ao Brasil e fui recebido com comentários negativos sobre roubar empregos. Essa percepção é contrariada pelos números, já que os migrantes representam apenas 3,4% da população mundial, mas contribuem com quase 10% de toda a riqueza do PIB global, conforme um levantamento de 2015. Esses dados evidenciam como os preconceitos podem ser infundados e prejudiciais. Os migrantes contribuem com 6,7 trilhões de dólares à economia global, de acordo com dados do Banco Mundial. Isso representa cerca de 3 trilhões a mais do que teria sido gerado se eles tivessem permanecido apenas em seus países de origem. Esses números destacam como a migração estimula a produção econômica. Além disso, em um relatório do Departamento Americano de Saúde e Serviço Humano focado apenas em refugiados, descobriu-se que eles contribuíram com 63 bilhões de dólares a mais em renda ao governo do que o custo que geraram ao longo das últimas décadas. Embora esse relatório tenha sido publicado em 2019, é interessante notar que o presidente Trump solicitou sua exclusão. No entanto, O presidente da OIT também comentou sobre a importância desses números, ressaltando como eles poderiam ser direcionados para aliviar problemas globais, como a fome, evidenciando a necessidade de uma abordagem mais colaborativa e inclusiva para enfrentar esses desafios. Sabemos que, de acordo com a OIA, apenas 6 bilhões seriam necessários para acabar com a fome no mundo, enquanto os migrantes nos Estados Unidos, por exemplo, produziram 63 bilhões de dólares.

A conclusão desta apresentação evidencia que a geopolítica desempenha um papel fundamental na estruturação do sistema econômico, influenciando não apenas as relações entre nações, mas também os movimentos populacionais. O sistema capitalista, por sua vez, não apenas gera oportunidades econômicas, como também contribuiu para a desigualdade que impulsionou um fluxo migratório desequilibrado. Continuaremos a buscar soluções inovadoras e colaborativas para construir um mundo mais justo e inclusivo.

Muito obrigado a todos.



3. MESA REDONDA: INTERSECCIONALIDADES, VIOLÊNCIA E ACOLHIMENTO

Mediadora: Wellen Crystine Lima Peixoto Borges

3.1 EXPOSIÇÃO

Wellen Borges

Mestra em Sociedade e Fronteiras

Bom dia, todos me escutam? Eu sou a Wellen, psicóloga negra, de pele parda, tenho um cabelo enrolado, da cor preta. Estou usando uma camisa azul, de meia manga.

O tema da nossa mesa é interseccionalidade, violência e migração. Eu acredito que para compreendermos de uma maneira ampla as questões migratórias, o fenômeno migratório, é importante fazer o recorte interseccional, tendo em vista que as desigualdades de raça, classe e gênero são marcadores necessários para essa compreensão. Os sistemas de raça, classe, gênero, etnia, idade, são construídos socialmente e nos constituem. Assim, podem definir a maneira e causar efeitos nos corpos migrantes, definindo a maneira que essas pessoas acessam ou não seus direitos, inclusive, podem produzir violências.

Nesse sentido, é importante estarmos aqui nessa mesa, pensando em possibilidades de acolhimento e enfrentamento dessas violências a partir da perspectiva interseccional. Vamos começar com a fala de Rocio, migrante andina, psicóloga, doutora em psicologia social pela USP, analista de projetos em diversidade, equidade, inclusão e pertencimento na íntegra diversidade, ativista da rede MLBI+, integra a equipe do Observatório de Saúde e Migrações UFSCA e do FEMANI. Pode falar, Rócio.

Oi, gente, bom dia. Obrigada a todas as pessoas presentes, porque estão aqui desde cedo, um dia muito longo desde ontem e hoje aqui estão nos acompanhando novamente. Como já me apresentaram, vou apenas acrescentar que também venho de uma longa data de ativismo na questão migratória. Só para complementar, eu sou uma migrante andina, uma migrante indígena também. Eu venho da linha indígena dos Chankas, que foram guerreiros que resistiram ao Império Incaico e à colonização, porque o Império Incaico foi também um processo de colonização. Na realidade, nenhum processo de colonização é tranquilo, e é importante dizer que somos guerreiros e guerreiras indígenas de longa data, como existem guerreiros e guerreiras indígenas aqui no Brasil. Os povos indígenas não concebem a ideia de fronteiras. Os povos Quéchuas estão presentes em vários países, assim como os mapuches, então é preciso dizer que a América se constitui com esses nacionalismos a partir da colonização e essa divisão de territórios pelos colonizadores.

Vou fazer minha audiodescrição, como já falei, eu sou uma mulher indígena, andina, Chanka, tenho cabelo preto e liso. Hoje venho vestida de branco, com grafismos indígenas, um colar que eu comprei aqui na feira da população warau, então convido todos a participarem desse consumo comunitário também aqui. Meus brincos são feitos de uma semente chamada huayruro, os povos Ashaninkas fazem muitos trabalhos com essas sementes e além disso, os brincos também têm uma folhinha de madeira. Também tenho um aro de prata, que é algo que as comunidades indígenas usavam há muito tempo, tanto quanto o ouro, materiais que são nativos das Américas e que as populações indígenas utilizam desde os tempos antigos.

Hoje vou apresentar algumas provocações em relação a interseccionalidades, violência e acolhimento. Para falar de interseccionalidades, como já abordou nossa querida Djamila Ribeiro, é importante entender nosso lugar de fala, onde nos colocamos e onde somos colocados. Por exemplo, eu me reconheço como uma mulher andina, uma mulher indígena, proveniente da cultura Chanka, mas tem pessoas que podem me olhar na rua e podem fazer uma leitura diferente de mim, até achando que me estão fazendo um favor quando pensam que eu sou uma pessoa branca, o que não é o caso. Por outro

lado, também já sofri questões de xenofobia devido aos traços fenotípicos que mostram toda a minha ancestralidade. Uma vez estando em uma loja, uma pessoa me pediu (me exigiu, na realidade), que eu falasse de que nacionalidade eu sou. Ela veio gritando, de pronto apareceu a pessoa, gritou e falou, de onde você é? Por que eu tenho o dever de dizer de onde eu sou? Então, é importante reconhecer tanto nossos privilégios quanto nossas exclusões, além de entender como ser heterossexual nos coloca em outras posições.

Muitas vezes, tive que apresentar todo o meu currículo para ser ouvida, tive que provar que tenho a capacidade de falar sobre uma determinada temática, tenho que falar que sou doutora em psicologia social, que vim da USP, falar tudo isso para ser ouvida. Com a militância, aprendi a falar alto para conseguir ser ouvida e mencionar todo o meu currículo, para que a minha fala seja validada. Então, é importante discutir as interseccionalidades e o lugar de fala, que também estão relacionados aos territórios e territorialidades. Então, nesse sentido, eu vou falar sobre violências, desafios, políticas e acolhimento humanizado, inclusive a partir da minha experiência como parte da Rede MILBi+.

Há um texto de Gayatri Spivak, sobre lugar de fala, “Pode o subalterno falar?” e nas reflexões de Djamilia Ribeiro sobre o mesmo tema, temos debates muito interessantes que trazem essas duas doutoras para pensar esse sobre essas questões. Nesse sentido, podemos, como pessoas migrantes, falar no Brasil? É possível ter lugar de fala sem ter direitos políticos? Porque eu trouxe uma imagem que fala, “aqui vivo, aqui voto, fora o Estatuto do Estrangeiro”. A marcha das pessoas migrantes, sobretudo em São Paulo, tem muitos anos. Se não me engano, este ano vai ser a 13 ou 14ª marcha da comunidade migrante lá em São Paulo. Não quer dizer que só em São Paulo tem migrantes, mas tem diversas comunidades muito fortes que fizeram possível, graças a essa movimentação, que esse Estatuto do Estrangeiro fosse trocado em 2017, quando se conseguiu a aprovação da Lei de Migração. No entanto, essa última sofreu 30 vetos, por parte de Michel Temer, governante à época. Enfim, eu não vou falar as formas como ele ocupou esse cargo, mas foi ele que vetou a lei da migração, vetou 30 artigos na Lei da Migração. E dentro dessa Lei da Migração, as comunidades migrantes queriam muito que o direito a voto fosse contemplado na legislação, porque a gente não tem direito a voto, nem municipal, nem estadual, nem federal. Então, se a gente não tem direito a voto, a esses direitos políticos, será que a gente está em igualdade de condições com vocês, brasileiros natos ou naturalizados? Será que neste lugar de fala, a gente consegue ecoar nossas vozes, chegar ao centro, aos espaços de tomada de decisões? Espaços de tomar decisões que, por muitos anos e

séculos, em realidade, sempre foram as pessoas brancas tomando decisões. E, recém agora, eu consigo ver o Ministério de Direitos Humanos sendo de direitos humanos, porque vieram muitas pessoas não brancas e muitas pessoas também que não são héterossexuais. E isso também é um ganho.

Nesse sentido, ainda temos muito que percorrer como sociedade para pensarmos realmente em uma inclusão em que todas as vozes sejam ouvidas e espaços de decisão também sejam espaços diversos, onde possam trazer essa diversidade de falas e experiências. Então, quando eu falo sobre lugar de fala e territorialidade, me remeto ao texto da Nancy Fraser sobre justiça social, reconhecimento e redistribuição. Ainda há muito a ser feito nesses aspectos. Não posso falar muito de redistribuição em termos da população migrante, já que a maioria de nós terminamos tendo muitas coisas para fazer para conseguir sobreviver. Temos poucos espaços de visibilidade.

E vou passar aqui a outro tema. Vou falar rapidamente de cada um, mas qualquer dúvida, a ideia é fazer este bate-papo. Quando falamos de violência, estas são estruturais e geram também políticas excludentes. Eu não sou uma mulher heterossexual, sou uma mulher cis, bissexual. As questões das populações LGBTQIA+ migrantes são também questões que, infelizmente, em vários países são punidas. Este mapa que está meio laranja, meio vermelho, indica os locais onde não se têm direitos para pessoas LGBTQIA+. Inclusive, nessas regiões, há questões como pena de morte ou pena de cárcere. Portanto, quando vemos esta imagem, as áreas laranjas e vermelhas representam os países onde existe essa punição e essa falta de reconhecimento de direitos das pessoas LGBTQIA+ migrantes.

Por que eu trouxe este mapa? Para destacar a presença de migrantes LGBTQIA+, e que muita gente quando pensa a figura da pessoa migrante, muitas vezes pensa em uma figura que é uma pessoa cis heterossexual. E não é assim, afinal, temos uma migração bastante diversa e a Rede MILBi+ tem recebido pessoas da África, em especial da Tunísia e do Marrocos, que têm sofrido situações de violência e que vêm para o Brasil como um espaço, seja de passagem ou como um espaço possível para se morar. A comunidade LGBTQIA+ tem direitos aqui, o que faz com que o Brasil seja visto de fora como um lugar possível para se viver. Foi uma das razões que me trouxe ao Brasil, porque no Peru não há direitos para a comunidade LGBTQIA+. Então, aqui eu sabia que existiam esses direitos para as pessoas LGBTQIA+. Em 2012 eu migrei, falei para mim mesma, aqui eu posso ser quem eu sou. E nesse sentido, é importante também observar que esse olhar de

quem vem de fora do Brasil, de um país que possui direitos para as pessoas LGBTQIA+, ainda que seja uma luta para mantê-los, faz com que o Brasil também seja esse espaço, esse país de destino, de acolhida para as comunidades LGBTQIA+.

E quando pensamos em violências estruturais, percebemos que vivemos numa estrutura cisheteronormativa, onde os direitos para as pessoas LGBTQIA+ sempre estão sendo julgados. Inclusive, o direito ao casamento recentemente foi alvo de votos em um projeto de lei contra esse direito. Parece que nossa vida depende de votos, não é mesmo? E aí, também voltando ao nosso direito ao voto, quem vota sobre nossas vidas? Quem decide sobre nossas vidas?

Continuando essa reflexão sobre violências estruturais, quando pensamos em migração, muitas vezes, nos deparamos com o fato de que, em diversas sociedades ao redor do mundo, mesmo aquelas que garantem direitos para as pessoas LGBTQIA+, as migrações LGBTQIA+, não são bem-vindas. É o caso de rotas migratórias para México, com destino aos Estados Unidos ou ao Canadá. Nessas passagens migratórias que passam pelo México, muitas vezes as comunidades LGBTQIA+ não são bem-recebidas. Há uma notícia de um jornal, relatando que “vizinhos de Tijuana rechaçam a comunidade LGBTQIA+, na caravana migrante”.

Além das questões relacionadas à orientação sexual e identidade de gênero, também enfrentamos desafios relacionados às questões raciais. Em 2022, tivemos um caso muito forte e visível, que foi a morte de Moisés, amplamente divulgada não apenas no Brasil, mas também no exterior, mostrando uma vez mais, como o racismo estrutural opera e evidenciando que algumas pessoas são bem-vindas no Brasil, enquanto outras não são. Isso se baseia também na experiência de racismo enfrentada por corpos negros e indígenas.

Nesse sentido, pensando nesses lugares e não-lugares, tem um texto muito interessante que eu recomendo muito a leitura, de Eduardo Domenech, que traz reflexões sobre Abdelmalek Sayad, cujo texto se chama “Imigração, política(s) e ‘pensamento de Estado’: a visão crítica heterodoxa de Abdelmalek Sayad”. Ele traz reflexões muito importantes para pensar que migrações são bem-vindas e que migrações não o são. As migrações trazem também esse diálogo quando se fala sobre geopolítica; não são apenas questões raciais, mas também questões de relações internacionais entre países.

Por exemplo, durante o governo anterior, cujo nome não vou pronunciar, havia muitas discussões sobre a Venezuela, e cada vez que falava das eleições no Brasil, a Venezuela era trazido como exemplo para discursos como “o Brasil vai se converter em uma nova Venezuela”, ou “esses venezuelanos estão roubando nossos empregos”, etc. As relações construídas entre países acabam influenciando algumas pessoas a criarem um imaginário de rechaço ou de acolhimento. Lembro-me de uma vez em que um aluno, me falou o seguinte: “está tendo a migração ucraniana, vai vir várias pessoas profissionais aqui no Brasil”, porque tinha, nesse momento, campanhas de acolhimento para pessoas ucranianas. E era assim, o imaginário é que tem mais profissionais na Ucrânia, mas não, temos esses profissionais também vindo da Venezuela. Sabe o comparativo que ele fez? Aí você consegue perceber, que as pessoas criam esse imaginário que toda pessoa que vem da Europa, é profissional, enquanto as que vêm do outro lado da América, não o são, presumindo que todas sejam pobres. Isso vem desse imaginário estrutural, tanto de como você compreende o que ocorre internacionalmente, reforçando certos preconceitos e estereótipos em relação a essas migrações.

Gostaria de trazer um pouco sobre a experiência da Rede MILBi+. Ela é composta por mulheres cis, lésbicas, bissexuais e pansexuais migrantes, e também pessoas trans, em especial pessoas da Tunísia e do Marrocos. Já produzimos alguns materiais para pensar no acolhimento. Vocês podem acessar nosso site, www.redemibi.com, onde poderão baixar alguns materiais, como cartilhas de comunicação inclusiva de gênero e atendimento seguro humanizado. No ano passado, também elaboramos um manual, chamado Manual de Atendimento Humanizado para Migrantes Internacionais LGBTQIA+.

Neste ponto, vou apresentar brevemente algumas dicas. É importante sempre perguntar como a pessoa deseja ser chamada, porque a questão do pronome é uma questão muito importante a considerar. Por exemplo, meu nome é Rocío, que termina em O. Eu passei quatro anos no meu documento migratório com sexo M, masculino, e eu achava que era M de mulher. Quatro anos! Só para dar um exemplo, se meu nome, que é simples de escrever, mas porque termina em O, a pessoa que me atendeu não me perguntou o sexo, e já assumiu, no momento de fazer a impressão desse documento, que eu era masculino, porque meu nome termina em O. Então, é importante ter esses cuidados com relação ao nome. Eu não sou uma pessoa trans, mas se eu fosse, teria sido muito simples essa mudança, muito rápido, e sem passar por todas essas questões burocráticas para ser reconhecida como uma pessoa trans, mas não era o meu caso. Só porque meu nome termina em O, eu

passsei quatro anos com sexo masculino. Isso é para dar um exemplo de como é importante dizer para as pessoas migrantes que elas têm direitos também, em seus documentos, de ter seu nome social. É um direito, tanto no CONARE, que já foi nomeado ontem, que nos documentos do refúgio, tanto no protocolo como no documento final, tem que ir ao nome social, a pessoa migrante tem esse direito.

É necessário reforçar que as pessoas migrantes LGBTQIA+ têm os mesmos direitos que as pessoas LGBTQIA+ brasileiras. Então, é importante que as pessoas migrantes saibam que têm esse direito ao nome social. Se a pessoa LGBTQIA+ se sentiu em confiança, acolhida com seus pronomes, foi porque você também a identificou com seus pronomes, e, na realidade, qualquer pessoa deveria ser atendida dessa forma. É importante dizer como vocês querem ser chamadas, quais são seus pronomes, para que a pessoa saiba. Assim, a pessoa que está sendo atendida pensa, “aqui eu vou ser ouvida e respeitada com toda a minha identidade de gênero e orientação sexual”.

É importante elaborar essas cartilhas, assim como vi recentemente, uma cartilha que veio junto com uma bolsinha, acompanhada por uma nota técnica. Esses materiais são essenciais para pensar sobre as pessoas LGBTQIA+ e incluir também as pessoas migrantes LGBTQIA+. Não validar a identidade de alguém em base à passabilidade, é crucial. Na migração, encontramos corpos e identidades diversas, portanto é fundamental considerar e respeitar tanto a identidade de gênero quanto a orientação sexual da pessoa, conforme ela se identifica. Não devemos solicitar informações sobre identidade de gênero, orientação sexual ou genital, se não for necessário. Ou seja, não façam perguntas por curiosidade, mas sim porque está no protocolo de atendimento, como parte do trabalho fazer esses encaminhamentos. É muito importante respeitar os momentos das pessoas.

E, por último, faço um convite; estamos organizando um encontro para o dia 26 de novembro de 2023. Trata-se do Encontro de Políticas Municipais para Mulheres e Pessoas LGBTQIA+, Migrantes, que também faz parte da Conferência Livre Local da II COMIGRAR. Convido as pessoas que estiverem em São Paulo a participar no Instagram da Rede MILBi+, onde poderão encontrar o convite e realizar a inscrição para o evento, que será presencial no Museu da Imigração.

E isso é tudo. Obrigada, gente!

3.2 EXPOSIÇÃO

Wellen Borges

Obrigada, Rocio. Agora nós teremos a fala de José Albarão Lopes, comunicador visual, treinador internacional em desenvolvimento humano e bem-estar, terapeuta comunitário e formador. Ele é fundador do Movimento Integrado de Saúde Comunitária da Venezuela e, desde 2017, atua como técnico, intérprete e mediador intercultural para imigrantes e refugiados venezuelanos no Pará. Atualmente trabalha no Serviço de Acolhimento Institucional para Indígenas do Aral, no município de Belém.

José Gregório Albarrán López

Comunicador Visual, Técnico Intérprete e Mediador intercultural para imigrantes e refugiados venezuelanos em Belém do Pará

Bom dia a todos e a todas. Primeiramente gostaria de agradecer ao CRP-10, na pessoa de Jureuda Duarte Guerra, pelo convite, e a todas as conselheiras de Belém, em especial a Letícia Palheta e a Larissa Azevedo Mendes, que têm me acolhido e me acompanhado para chegar aqui em Brasília de uma forma confortável e estar aqui com vocês compartilhando essa experiência do que significa ser imigrante.

Antes de iniciar a minha fala, vou me descrever: sou um homem pardo, alto, estou de terno preto, camisa branca de manga comprida, calça preta e sapato preto. Sou venezuelano, imigrante paraense e belenense, cidadão deste mundo. Digo isso porque é muito importante para compreendermos que nós, os venezuelanos, nunca imaginamos que iríamos passar pelo que estamos passando hoje.

Nossas mentes, nossos direitos, essa foi a temática deste ano no Dia Mundial da Saúde Mental. Gostaria de abrir minha fala com vocês, trazendo o pensamento do pensador

e filósofo indiano Prabhat Ranjan Sarkar. Ele nos diz: “*Todas as pessoas são cidadãos do mundo por um Direito de nascença, cada pessoa tem o direito a mover-se, estabelecer-se e viver em qualquer lugar em condições humanas... é um direito fundamental dos seres humanos.*” E certamente é assim, pois quando nascemos ninguém nos pergunta: onde você quer nascer? Ninguém pergunta se queremos nascer nesse lugar ou se queremos viver em determinado local. Todos nós somos cidadãos deste mundo, portanto, é importante compreendermos que não existe um cidadão ilegal nesse planeta, a pessoa pode estar indocumentada que é outra coisa. Temos o direito de buscar as condições necessárias para viver onde acreditamos que todas as nossas potencialidades como seres humanos possam se expandir e se realizar.

A Venezuela nunca teve uma cultura migratória, pelo contrário, sempre foi um país receptor de imigrantes. Se você queria comprar alguma utilidade, ia a uma loja chinesa. Para uma boa pizza, recorria-se aos italianos. Há muitos restaurantes italianos onde se podia saborear uma boa pizza. Se você queria comer uma Paella (prato típico da culinária espanhola), dirigia-se a um restaurante espanhol, e para comida árabe, a um restaurante árabe. Então, para mim, sobretudo, que vivia na capital, Caracas, não havia esse problema com o fato das pessoas serem imigrantes ou não, pois elas tinham o direito de estar lá também. Todo mundo levava sua vida da melhor maneira possível, tanto é que, em uma época, Caracas foi chamada a Sucursal do Céu, porque todos que chegavam se sentiam à vontade. Todo mundo compartilhava, vivia a vida e desfrutava do clima tropical, do sol radiante e assim por diante.

Nós não tínhamos em mente que, em algum dia, em algum momento de nossa vida, um dos principais países exportadores de petróleo, que marcava a pauta em relação ao preço do barril no mundo dentro da OPEP (Organização de Países Exportadores de Petróleo), teria que passar por isso. Não foi minha situação em particular, mas sim a de muitos parentes meus e familiares que tiveram que sair do país, principalmente meus primos, familiares jovens, que tiveram que buscar outros horizontes devido a essa crise sociopolítica e econômica.

E sabemos que essa situação não vai mudar da noite para o dia. As estruturas que estão lá estão muito consolidadas, com muitas complexidades e tramas ocultas que não permitem que possamos nos encaminhar definitivamente a uma condição mais democrática, onde cada venezuelano possa viver de forma verdadeiramente livre, organizada e com qualidade de vida em um território tão rico como é nosso país.

Antes de todo esse processo de deslocamento forçado, era comum vermos as crianças nos Núcleos do Sistema Nacional de Orquestras e Corais Juvenis e Infantis da Venezuela – FISNOJIV⁹, o Sistema, não sei se alguns aqui conhecem, mas na Venezuela, o Sistema é um dos mais excelentes e fantásticos projetos que são patrimônios de nosso país. Ele tem sido replicado em muitos países, inclusive aqui no Brasil, em São Paulo e no Rio de Janeiro. Um tempo antes, uns meses antes dos deslocamentos forçados, poderia ser essa a realidade, o dia a dia de qualquer criança, seja ela de favela, seja ela de um residencial ou de qualquer lugar, ela poderia estar em um núcleo fazendo iniciação musical, ou em um parque, voando uma pipa, e, de repente, quando ninguém jamais o imaginaria, ocorreu o maior êxodo venezuelano e uma das crises migratórias sem precedentes na América Latina. E então, dias ou semanas depois para alguns, nos deparamos com essas crianças em abrigos humanitários sem saber de fato o que aconteceu.

Atravessavam todos os dias, milhares de pessoas pela fronteira de Pacaraima. No caso dos irmãos indígenas Warao¹⁰, muitos questionam até hoje o fato de que eles poderiam ter ido para Colômbia, onde falam espanhol, (sua segunda língua), já que sua primeira língua é o Warao. Mas não, eles preferiram vir para o Brasil, pois os ancestrais Warao há muito tempo, já transitavam pelo Brasil. Para eles, fazer esse percurso até a Colômbia, daria mais ou menos uns 22 mil quilômetros. Agora, se eles viessem para o sul e descessem do Delta para o Brasil até Pacaraima, seriam uns 11 mil quilômetros e pouco para chegar ao território brasileiro. Quando se vem andando com crianças, mochilas e tudo isso, o percurso é ainda mais complicado. Pelo que o Brasil, como puderam ver, resultou ser a melhor opção para eles.

Vejamos agora, o que acontece dentro do ser humano quando passa por essa migração, esse deslocamento forçado. Ele não enfrenta apenas um deslocamento forçado do ponto de vista material, mas também experimenta internamente um deslocamento forçado mental. Isso ocorre porque o ser humano, como sabemos, possui aspectos físicos, emocionais, mentais, espirituais e sociais. Portanto, esses corpos, esses aspectos, também se deslocam. E isso não se restringe a pessoas, crianças, ou adultos em situações como essa,

9 Para conhecer mais visite: El Sistema – música para todos

10 Warao se refere a “gente de canoa” (wa: embarcação; arao: gente), o segundo povo ameríndio mais antigo e grande da Venezuela, tendo como localização geográfica o Delta do rio Orinoco, ocupam principalmente às margens dos canais que formam uma região basta composta principalmente de mangues com uma extensão de aproximadamente 40.200 km² de água. Também se encontram nos Estados de Monagas e Sucre. Nos países, Guyana e Surinam.

pode acontecer com todo mundo, pois ninguém está isento disso. Todos nós, temos a mesma estrutura humana e, portanto, no íntimo de cada um, em momentos como esse, busca-se auxílio na alma, com o intuito de não perder aquele propósito que estava construindo, a direção que estava buscando.

Na Venezuela, muitas pessoas passaram a vida toda, 15, 20 ou 30 anos, construindo um patrimônio e, de repente, sem ter nada que se possa fazer, são obrigadas a deixar tudo para trás. Agora, imagine por um instante: passar 10, 15, 20 anos construindo um patrimônio, organizando sua vida, sua família, construindo algo para proporcionar uma melhor condição de vida para seus filhos, e, de repente, você se vê forçado a abandonar tudo isso, deixar seu país, como se nada disso importasse, e tomar a triste decisão de se desprender daquilo que considerava seu lar.

Dentro do ser humano, em momentos e contextos como esse, acontecem várias migrações simultâneas. O deslocamento forçado não apenas ocorre a nível físico, mas também em diferentes aspectos da vida. Por isso consideramos importante que a psicologia nesses contextos, leve em conta a cultura como um aspecto importante nas suas práticas, a fim de adotar uma abordagem mais sistêmica, holística e flexível. Essa abordagem intercultural da saúde mental pode contribuir para ampliar a visão do profissional, criar estratégias de intervenção mais efetivas e lidar com as implicações psicológicas específicas que a migração, o refúgio e suas intercepções trazem.

O Dr. Joseva Achotegui, um psiquiatra espanhol que vem estudando muito esse tema dos efeitos das migrações em nossa mente, explica que essa síndrome que afeta os imigrantes faz com que migrar se torne para milhões de pessoas, um processo que apresenta níveis de estresse tão intensos que excedem muitas vezes as capacidades individuais, tornando-as candidatas a sofrer essa síndrome. Elas começam a sentir um estresse crônico e múltiplo, ao que ele chama de síndrome de Ulisses, em homenagem ao herói Ulisses¹¹, que passou por muitas adversidades quando estava longe de sua família e de seus seres queridos. Esse conjunto de sintomas que compõem essa síndrome constitui hoje um problema de saúde mental emergente nos países que acolhem imigrantes.

Essa síndrome do imigrante, de acordo com ele, é quando a pessoa sofre determinados fatores de estresse ou luto, ou seja, enfrenta perdas. Ao longo da vida, construímos vín-

11 Refere-se a um Deus de la Mitologia grega.

culos em diferentes níveis e de repente os perdemos. Nesse ponto, começamos a sofrer não apenas o luto, como quando perdemos um familiar, mas, também outros sintomas, devido às múltiplas perdas nesse processo. Ele caracteriza três tipos de luto: O simples, que ocorre em boas condições e pode ser elaborado; O complicado, que envolve dificuldades na elaboração, e na adaptação, e o extremo, que é tão problemático, que não pode ser elaborado porque ultrapassa as capacidades de adaptação desse indivíduo.

Por essa razão, é importante que nos primeiros seis meses após o processo de deslocamento forçado, a pessoa possa ter um atendimento holístico e sistemático, sendo acompanhada e auxiliada no desenvolvimento de ferramentas para lidar com tudo isso. Do contrário, à medida que essa pessoa vai se locomovendo nesse território de acolhida, esses processos, esses traumas que ela vai passando, podem se aprofundar e se transformar em processos muito mais profundos e complexos, podendo se transformar em sérias patologias. Achotegui explica, que um desses primeiros lutos tem a ver com a solidão, a separação forçada da família e desses entes queridos, a luta pelo fracasso do projeto de imigração, a luta pela sobrevivência.

Quando se chega a um país, buscamos meios de nos restabelecer, recorrendo a esse processo de resiliência que todo ser humano possui, e tentamos seguir em frente diante de tudo isso. Achotegui considera diversos fatores que potencializam o efeito desses estressores, ele fala da multiplicidade, já que não se trata apenas de uma coisa, mas sim, de várias coisas ao mesmo tempo, a cronicidade, a intensidade e relevância dos fatores do estresse e a ausência de sentimentos de controle.

Imagine, você chega a um território onde muitas vezes não consegue se comunicar ou se relacionar com as outras pessoas e, quando o faz, gostaria, se fosse possível, falar na sua própria língua. Faz o esforço necessário para poder transmitir o que quer, ou pelo menos o mais próximo possível. Achotegui, salienta também, que tratar um imigrante psicótico com déficit de apoio social, dificuldade de comunicação linguística, cultural, é muito difícil, portanto, a prevenção nesses contextos se faz fundamental.

A OMS¹² identifica uma dezena de principais determinantes sociais da saúde, que pelo geral no dia a dia, você lidaria só com alguns desses fatores, mas em contextos de deslocamento forçado, todos eles estão presentes, impactando todos simultaneamente. Por

12 Organização Mundial da Saúde ou em inglês: World Health Organization – WHO.

isso, lidar com essas realidades resulta tão difícil e tão complexo. Normalmente, é como se estivessem te cutucando por todos os lados ao mesmo tempo, e precisássemos dar conta de tudo de uma vez só.

Para o Dr. Jean Furtos, o maior patrimônio de uma pessoa é a confiança em si mesma. Quando ela é dilapidada, a pessoa passa a desenvolver o que é chamado de Síndrome da Precariedade Psíquica. Isso não afeta somente pessoas pobres ou em extrema vulnerabilidade, mas sim qualquer ser humano que passe por esses processos.

Há um aspecto fundamental em tudo isso: todos nós, como seres humanos, buscamos deixar nossa marca nesse mundo. Para isso, precisaríamos de um sistema de vida que nos impulsione verdadeiramente a fazer isso com base no que realmente somos, e não no que o sistema impõe como fórmula de existência e vida exemplar.

Em contextos de deslocamentos forçados a autoestima das pessoas é de fato dilapidada como nunca antes. Ela é impactada de todas as formas possíveis e inimagináveis.

Eu não sei se vocês já passaram por isso, mas imagino que a grande maioria sim. Lembro-me de quando eu era criança, normalmente me falavam: “ah, você tem que ter isso e aquilo”, ou seja, já começavam pelo fato de ter. você tem que ter isso e aquilo, você tem que ter títulos, amigos de status, dinheiro, uma mulher que faça de tudo, entre outras coisas.” Se você era menina, falavam: “Você tem que ter um marido que lhe dê tudo, tem que lavar, passar roupa, cozinhar e fazer tudo para ele, etc.”. E quando passa dos 30, já tem que ter filhos e por aí vai. Ou seja, desde crianças já vamos sendo condicionados, entrando num processo de alienação social, onde nos impõem uma série de padrões, um estilo de vida, uma fórmula nula, que ao me ver, vai totalmente contra ao que seria nosso propósito de vida como seres humanos.

Essa fórmula nula se sustenta até hoje e, se não a avaliarmos bem, o que será das crianças, do futuro que nelas repousam? O que será desses futuros seres humanos? Nosso sistema de vida teria que partir do que já somos, ou seja, do Ser + fazer = ter. Partindo do que você é em essência, faz o que corresponde fazer, para ter o que de fato precisa ter. E não ter + Fazer = Ser, ou seja, partir de que você precisa ter e ter, fazer e fazer muitas coisas para ser alguém na vida, para ser amado. Muitas vezes, se fala dos direitos da criança e do adolescente, porém, esses direitos começam no núcleo familiar, naqueles pais que são os que trazem essas crianças ao mundo. Mas se aqueles pais não têm as ferramentas

necessárias para lapidar uma autoestima positiva, se não têm as condições necessárias para desenvolver suas vidas, suas capacidades e potencialidades como seres humanos, como é que a gente pode pensar em direito das crianças quando a fase inicial se vê comprometida pelo fato de que o sistema aliena, querendo ou não, as vidas de seus progenitores?

Por isso, precisamos refletir e debater muito sobre isso, porque se de verdade não fizer um esforço real para acabar com essas desigualdades de vez, que têm como origem a visão simplista do ser humano, estaremos aspirando em vão por uma sociedade humana e universal. Temos todas as possibilidades para mudar essa realidade. Precisamos abandonar essa fórmula nula e passar para uma que dê um verdadeiro sentido à nossa existência.

A sociedade do sistema imperante, nos impõe coisas o tempo todo, basta observar o que os computadores que temos nas mãos, fazem por meio da Captologia (ciência que se dedica a criar meios de persuasão e de mudança de hábitos e comportamentos aplicados a tecnologias), e os sistemas e aplicativos dos celulares com objetivo de atrair a atenção do ser humano e levá-lo para onde querem. Quando se trata de nossos filhos, esse processo de persuasão se torna ainda mais preocupante.

No tema do acolhimento, é fundamental que os gestores nos países receptores invistam tempo e energia em busca de uma implementação mais eficiente e humanizada das políticas públicas, levando em consideração o contexto local, temporal e as características individuais. Já que não se pode pretender que uma política pública criada em Brasília possa funcionar perfeitamente na Amazônia e, principalmente, no Pará, que tem suas características próprias, temos que adequar sempre a aplicabilidade dessas políticas públicas em função do lugar onde se pretende atuar.

O imigrante, ao chegar, automaticamente deseja trabalhar, se integrar, aprender a língua local para se comunicar e estabelecer relacionamentos interpessoais, criar vínculos, e também se profissionalizar; seguir estudando. No entanto, todas essas etapas, representam amplos desafios. De acordo com a Teoria Polivagal do Dr. Stephen Porges, quando a pessoa chega a um novo local, seu sistema nervoso reage dependendo de se ela se sente acolhida ou não. Por isso, muitas vezes, quando chegamos a um lugar, mesmo sem falar, já sentimos que nos incomoda e partimos, muitas vezes, sem entender exatamente o motivo.

No processo de acolhimento, é fundamental acolher para além do papel que dá ordem às políticas públicas, mas na materialização efetiva desse acolhimento sensível à cultura acolhida.

Gostaria de trazer uma reflexão que eu considero extremamente importante. Por exemplo, em Belém do Pará, estamos lutando para ter cada vez melhores serviços. Normalmente, é a assistência social que lida com esse processo de acolhimento e de atendimento no município, tanto para imigrantes e refugiados indígenas, como imigrantes e refugiados não indígenas. Observamos que, por exemplo, quando não se dispõe de equipamentos socioassistenciais específicos para atender a esse público, muitas vezes são encaminhados para serviços de acolhimento que abrigam o público nacional em situação de rua. Isso gera uma sobreposição nos processos de atendimento, acolhimento e nas abordagens psicossociais. Nesse contexto, se faz necessário observar as interseccionalidades que se manifestam para poder atender cada público de forma eficaz, considerando suas particularidades específicas.

Já para finalizar, queria compartilhar outro ponto importante com vocês, a Interpretação Comunitária.¹³ Desde 2017, eu venho trabalhando justamente como Técnico Intérprete e Mediador Intercultural e durante esse tempo tive a oportunidade de viajar pelo interior do Pará, apoiando os processos de inserção social dos imigrantes e refugiados. Observo como a autonomia linguística, que é garantida pela presença do intérprete, faz toda a diferença no atendimento e na compreensão do contexto social onde estão sendo inseridas aquelas pessoas que estão sendo acolhidas e procuram o serviço. É de vital importância, que essas pessoas, possam ter esse apoio, é um direito fundamental e necessário.

Hoje, depois de 7 anos como servidor público e imigrante, sei da importância de ter alguém na mediação linguística no processo de inserção social e vejo ainda, a pouca quantidade desse tipo de servidores trabalhando nas instituições públicas. Temos imigrantes e refugiados em todo canto do Brasil, mas não temos suficientes agentes sociais como intérpretes comunitários e mediadores interculturais que possam ajudar nesse processo. Acredito, que o Projeto de Lei (PL) n.º 5.182/2020¹⁴ que está sendo tramitado no Senado, possa dar as bases e diretrizes necessárias para garantir de fato esse direito para todos os imigrantes e refugiados no Brasil.

Para finalizar, gostaria de compartilhar uma reflexão com vocês. Quando os imigrantes refugiados retornam às suas nações de origem, eles não levam consigo as políticas públi-

13 Refere-se também à Interpretação em Serviços Públicos – ISP.

14 Refere-se a PL que institui a obrigatoriedade de alocação de tradutores e de intérpretes comunitários de forma permanente para prover assistência linguística a todas as pessoas que não falam português brasileiro em todas as instituições públicas que prestam atendimento ao público no âmbito federal, estadual e municipal.

cas nas costas. Pelo contrário, durante sua passagem, eles vão mostrando aquilo que até então não estávamos prestando a devida atenção, impactando nossa psique e levando-nos a realizar movimentos endógenos para lidar com nossas próprias criações, sejam elas xenofobia, discriminação ou egocentrismo. Para quem se dispõe, abre-se um caminho de novas mudanças e de percepção de uma realidade global que requer o pulsar da vida e a força de suas intersecções para ser compreendida e resolvida.

Esses deslocamentos forçados parecem ocorrer para que nossa sociedade como um todo não fique estagnada em pensamentos e sentimentos estreitos, que possam cristalizar a matéria, nossa biologia e o espírito humano. Eles vêm sempre para que tenhamos presente que o ato de humanizar, é dizer, fazer-nos humanos, seres humanos conscientes em plenitude e magnitude diante desse processo evolutivo que nos impulsiona, pressupõe uma neurogênese permanente da existência humana.

Portanto, há uma migração que se torna imprescindível nesse momento importante de nossa história, a migração interna que cada ser humano deve realizar, o movimento de nossa mente para nosso coração, o deslocamento não forçado que nos ajudaria a transcender nossas próprias fronteiras, as fronteiras de nossos pensamentos e abrir-nos para interligar aquilo que nos define como espécie humana, que é a capacidade de pensar, de servir e de criar uma consciência unificada de vida, tendo como princípio o amor universal e o equilíbrio com todas as suas expressões.

Gostaria de chamar a atenção para todos os cuidadores, sejam eles profissionais ou não, mas em nossa condição humana, para uma migração que está acontecendo de forma voluntária e perigosa. Num momento em que as tribulações, os desastres naturais, as mudanças climáticas, as enfermidades, as pandemias e a soberba do falso poder têm abalado nosso ser, nosso sentir e nosso agir e nos levado a uma encruzilhada para nos definir e nos lembrar de nosso propósito e do porquê estamos aqui agora nesse mundo. Essa rede está se adentrando de uma forma persuasiva, alterando nossos hábitos. Refiro-me à migração para a rede de manipulação da inteligência artificial. Num momento em que a humanidade precisa mais do que nunca do auxílio do autoconhecimento e da guia que só uma educação holística e sistêmica poderia nos fornecer, essa rede está penetrando em nossos sistemas de vida com suas tecnologias de controle subliminar, o que poderia estar colocando em risco a lei da vida e da essência. Cabe a nós proteger-nos dela, especialmente às nossas crianças, do contrário, essa rede poderia acabar sem que percebamos, como

muitas coisas já vêm acontecendo, com nossa mente e com a consciência humana e como ela acabaria com a essência desse planeta que nós chamamos de lar. Muito obrigado.

Referências:

ACHOTEGUI, J. Duelo migratorio extremo: el síndrome del inmigrante con estrés crónico y múltiple (Síndrome de Ulises). **Avances en salud mental relacional**, v. 7, n. 1, p. 15-25, 2008.

FURTOS, J. **De la précarité à l'auto-exclusion**: une conférence débat de l'Association Emmaüs et de Normale Sup', 8 avril 2009. Rue d'Ulm, 2009.

SARKAR P. R. **Neo-humanismo Ecologia, Espiritualidade e Expansão Mental, Ananda Marga**. Ananda Marga, 2001.

PORGES, S. W. **La teoría polivagal**: fundamentos neurofisiológicos de las emociones, el apego, la comunicación y la autorregulación. Pléyades, 2016.

3.3 EXPOSIÇÃO

Wellen Borges

Obrigada, José. Agora nós vamos escutar Priscila, psicóloga pela Universidade Anhanguera, pós-graduada em saúde mental e saúde do adulto idoso, atua na Secretaria Municipal de Assistência Social há mais de 14 anos, atualmente como gerente da Rede de Proteção Social Básica, Conselheira Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e membro do Comitê Interinstitucional Municipal de Promoção, Proteção e Apoio aos Imigrantes Internacionais e Refugiados, Suas Famílias, Crianças e Adolescentes, no município de Campo Grande, Mato Grosso do Sul.

Priscilla Justi¹⁵

Coordenadora do CRAS de Campo Grande

Gerente da Proteção Social Básica da Secretaria de Assistência Social (SAS)

Meu nome é Priscilla Justi, eu sou uma mulher branca de 1,63 metros, tenho 36 anos, cabelo preto, curto, um pouquinho acima do ombro. Hoje eu estou com ele metade preso, metade solto. Estou usando sapato branco, calça preta, uma blusa preta com listras brancas e um blazer preto por cima. Brincos, anéis, relógio.

Bom, eu quero primeiro agradecer o convite do CREPOP e do CFP, para participar desse evento. Senti-me muito honrada com o convite. Venho aqui representar uma equipe. Fui convidada ainda enquanto coordenadora de um CRAS em Campo Grande e, em seguida à confirmação, passei a ser gerente da Rede de Proteção Social Básica. Hoje, além de cuidar deste CRAS, a gente atende mais 29 equipamentos da proteção básica dentro

15 Texto não revisado pela autora.

do município de Campo Grande. Vou falar “eu” aqui, mas uso o termo “a gente” porque eu estou falando em nome de uma equipe, certo? E apenas represento-os enquanto coordenadora do CRAS.

Destaco a Psicologia na Assistência Social por ser um Seminário Nacional de Psicologia e Políticas Públicas, mas este trabalho foi construído por uma equipe multidisciplinar. Nós trabalhamos com psicólogos e assistentes sociais dentro do CRAS. Então, esse trabalho foi construído em conjunto. Somos trabalhadores do SUAS.

Bom, vou contextualizar um pouquinho da prática, mostrando primeiro o mapa de Campo Grande para que vocês entendam como os territórios são divididos dentro da nossa cidade. A Secretaria Municipal de Assistência Social, ela está em todos os territórios, tanto com a proteção básica e com a proteção especial de média e de alta complexidade. Eu falo aqui em nome da proteção básica. Então, esse é o mapa dividido pelos CRAS. Cada cor representa o território de um CRAS dentro de Campo Grande.

Dentro da proteção básica, nós temos 21 CRAS, mais quatro Centros de Convivência e mais quatro centros de convivência do idoso. Na proteção especial de média e complexidade, nós temos três CRAS, um Centro POP, um Centro Dia e, também, o Serviço Especializado de Abordagem Social, o SEAS. Na proteção de Alta Complexidade, nós temos as UAIFAs, que são Unidades de Acolhimento a Indivíduos e Famílias. Temos as UAICAs, que são Unidades de Acolhimento de Crianças e Adolescentes e, temos também, as Residências Inclusivas. Dentro da rede socioassistencial, no atendimento ao migrante, nós buscamos o CEDAMI, que é o Centro de Apoio ao Migrante e a Casa Resgate. Os dois são, mais ou menos, como uma casa de passagem.

Eu faço questão aqui de destacar o nome da equipe, porque como eu disse, eu estou aqui representando, mas esse trabalho foi construído no coletivo, então eu quero destacar Adriana de Lima, Neves Aguilera, assistente social, Caroline Souza de Matos, psicóloga, Cleberon da Silva Alves, psicólogo, Diana Alves Mansilha, psicóloga, Leatrice de Alvaro Maria, assistente social e eu, Priscila Carla dos Santos Justes, que sou psicóloga e estava também coordenadora do CRAS.

Bom, como se deu a nossa prática? No início de 2018, a gente começou a identificar uma crescente no público de imigrantes no nosso território, em sua maioria venezuelanos, então isso acendeu uma luzinha de alerta lá na equipe, né? A gente pensou: “Bem, esses

imigrantes estão chegando no nosso território, precisamos saber como trabalhar com eles, mas não temos nenhum direcionamento.” Até então, não tínhamos uma diretriz de como trabalhar, não tínhamos mais ou menos um perfil dessa população, por que eles vieram para o nosso território, por que que eles migraram para cá, como a gente vai trabalhar com eles, para onde encaminhá-los? Estávamos meio no escuro, então começamos a montar um banco de dados dentro da comunidade, mapeamos o território, identificamos o perfil da população e deixamos ali na caixinha. A demanda do CRAS é exaustiva, esmagadora, então a equipe técnica não dá conta de tudo, assim, fomos montando esse banco de dados e colocando ali para começarmos a trabalhar posteriormente.

Com isso, veio em 2020 a pandemia, notamos novamente essa crescente e principalmente, o aumento da vulnerabilidade socioeconômica, então percebemos que era hora de começar a desenvolver esse projeto e essa prática ali dentro da nossa unidade. Buscamos então, como mostrarei no mapa, a parte que está em destaque, em azul, é o território do CRAS, em que atuamos, lá em Campo Grande, que é o CRAS Guanandi. É um CRAS de território bastante extenso, atende 12 bairros e 82 loteamentos, totalizando 94. É um território extenso, que abrange a área central.

Com isso, o fluxo de pessoas em situação de imigração também é bastante grande. Com a nossa prática diária, a gente percebeu que as famílias se concentravam próximas umas das outras. No CRAS, a gente sempre fez questão de tentar minimamente entender a demanda de quem chegava lá. Sabemos dessa barreira linguística; os migrantes chegam no território com suas angústias, cansaços e sonhos, chegam no território, buscam apoio e, infelizmente, muitos profissionais não fazem questão de tentar entender. Com essa barreira linguística, a comunicação fica mais difícil. Dentro do CRAS, sempre tivemos esse perfil de tentar entender a todo custo, para poder dar um direcionamento, ao menos. Chegava o migrante, e a primeira coisa que fazíamos era abrir o Google Tradutor. Como não tínhamos intérprete, o mínimo que podíamos fazer era tentar entender ali o que essa pessoa esperava de nós e como poderíamos ajudar.

E então o nosso principal questionamento foi: qual o trabalho específico da Proteção Social Básica com esse público? Porque vemos a Proteção Especial, principalmente a Média, atuando na comunidade, com o serviço de abordagem, o centro de população de rua e a alta complexidade trabalhando com esse público nos acolhimentos. Campo Grande é uma cidade considerada corredor migratório, então, os migrantes passam

por ela, mas nem todos apenas passam, muitos fixam moradia ali, então eles precisam também se fortalecer no território, criar vínculos com a comunidades e nisso entra a proteção básica e isso a gente não via acontecendo. Então, decidimos começar mesmo esse trabalho. Em relação à oferta dos serviços socioassistenciais, entendemos que ela precisa ser planejada com base em um diagnóstico. Precisamos mapear o nosso território, entender qual público estamos atendendo e qual serviço a pessoa que estamos atendendo está buscando, para conseguirmos planejar as estratégias, ações, atendimentos e acompanhamentos que podemos desenvolver dentro da unidade. Com isso, passamos a buscar a rede. Coloquei em linha do tempo para vocês entenderem como as nossas ações se deram lá em Campo Grande.

Em junho de 2021, convocamos a rede e buscamos entender quais associações tínhamos e qual era a rede de atendimento ao migrante em Campo Grande. Conseguimos o contato dessa rede e, primeiramente, montamos um grupo de WhatsApp. Nesse grupo incluímos as associações, com a rede, para nos apresentarmos enquanto CRAS e para compreendermos o trabalho de cada uma, suas expectativas, se conheciam o trabalho do CRAS e se já tiveram algum tipo de demanda atendida. Posteriormente, promovemos uma chamada de vídeo no grupo, na qual estavam presentes a Associação Venezuelana, Associação de Haitianos e Senegaleses (que são os dois públicos maiores de migrantes em Campo Grande), a Pastoral do Migrante e a Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS), além de outras entidades que têm um trabalho ativo também com migrantes na região. Então, promovemos uma chamada de vídeo bem informal, para tentar entender o trabalho de cada um e disponibilizamos um questionário via e-mail. Nesse questionário, buscávamos compreender o trabalho de cada pessoa, suas expectativas em relação à assistência, se já conheciam o trabalho do CRAS e se haviam recebido apoio anteriormente. Ao recebermos os questionários preenchidos, ficamos surpresos ao constatar que muitas das pessoas ali envolvidas sequer sabiam do trabalho do CRAS e nunca tinham procurado ou sido procurados por nenhum CRAS para conversar ou receber apoio.

Com isso, realizamos uma reunião técnica para entender os próximos passos. Depois, fomos em busca do CEDAMI, que é esse Centro de Apoio ao Migrante. No dia em que fomos ao CEDAMI, conseguimos também falar com a FUNSAT (Fundação Social do Trabalho), uma agência de emprego lá em Campo Grande. Estabelecemos então uma parceria com esse Centro de Apoio e a FUNSAT para encaminhamentos para o mercado de trabalho. Além disso, também entendemos, mais ou menos, como fun-

cionava o fluxo de encaminhamento quando o migrante chega, para onde ele tem que ir a fim de regularizar a documentação.

Bom, diante de tudo isso, após todo esse trabalho e já conseguirmos identificar, promovemos a primeira oficina com os migrantes. Nós chamamos os migrantes residentes no território para que eles pudessem criar vínculo com a gente, enquanto CRAS, e entre eles também, porque eles estavam ali no território e não se conheciam. Nossa intenção é que fortalecesse essa rede de apoio e que passassem a conviver, trocar experiências, saberes e angústias, e que a gente fosse mesmo esse apoio lá no território.

Depois dessa oficina, que foi um sucesso, conseguimos fazer mais três dessas. Em outubro de 2021, estabelecemos uma parceria mais próxima com a UEMS. Em dezembro, nós fomos o único CRAS convidado a participar da confraternização da Pastoral de Migrantes, que faz uma espécie de encerramento das atividades do ano, intitulado Natal dos Migrantes, convidando todas as associações e todos os migrantes. Eles nos convidaram também para participar, para expor o trabalho do CRAS e levar as nossas cartilhas. Entendemos a barreira linguística e a falta de conhecimento de intérpretes, então criamos folhetos nas línguas mais buscadas por eles. Produzimos um folheto explicando todo o trabalho do CRAS, as unidades dentro do território de Campo Grande e os serviços, programas e benefícios oferecidos pela assistência. Elaboramos um folheto em espanhol e um folheto em francês, e aí começamos a distribuir durante o evento da Pastoral do Migrante.

Desde então, todos os migrantes que recebíamos, também recebiam esse folheto para levar para os outros migrantes, para que conhecessem mais de perto o trabalho da proteção básica. E, em dezembro de 2021, chamamos a gestão da SAS, para provocar mesmo e, por ironia, hoje eu sou a gestão da SAS. Gostaríamos que isso estabelecesse um fluxo, não é justo que apenas um CRAS atenda migrantes em Campo Grande; ficamos conhecidos como o CRAS que atende migrantes em Campo Grande. Eles vinham de todos os territórios para serem atendidos por nós, mas temos 29 equipamentos da proteção básica, estamos em todos os territórios, e sabemos que a locomoção é difícil, às vezes não tem dinheiro nem mesmo para ir até a unidade. O público da assistência social, por vezes, tem um passe para ir até lá. Como os equipamentos estão em todos os territórios, a gente provocou a gestão para essa criação de fluxo, para que todos os CRAS pudessem realizar o mesmo trabalho, porque esse público é um público da cidade, não é um público do CRAS Guanandi não, é um público de Campo Grande, que está presente em todos os territórios. Desenvolvemos então um diagnóstico das famílias migrantes no

nosso território e entregamos à gestão, para que pudessem lidar com isso e fazer crescer dentro da proteção básica.

Em maio de 2022, a nossa técnica, a Leatrice, foi chamada para participar de um evento chamado Imigração. Era a antiga SEDASH, hoje SEAD, a Secretaria Estadual de Assistência Social, que organizou uma ação com migrantes, e a Leatrice foi convidada para expor o nosso trabalho lá. Depois, em junho de 2022, novamente em parceria com a UEMS, que tem um projeto chamado “UEMS Acolhe”, o qual oferece aulas de português para os migrantes nos territórios. Começamos a encaminhar os migrantes para essas aulas de português, também para superar essa barreira linguística, minimamente, e a gente estava lá no polo para dar esse apoio também e, de novo, falar do trabalho do CRAS e deixar à disposição.

No ano passado, participamos do 6º Congresso Brasileiro de Psicologia, na modalidade “Conversando sobre Práticas Profissionais”, nos inscrevemos, fomos selecionados, e lá conhecemos o Henrique e o José do CRP Minas. Estreitamos também um pouquinho do vínculo com eles, e foi muito bacana, muito positivo também. Fomos lá com a intenção de mostrar a nossa prática, mas também de colher referências de outros territórios, de outras regiões, para entender se a gente estava na direção e também pegar ideias de novos trabalhos.

Em dezembro, fomos selecionados para participar do seminário da SAS, chamado Boas Práticas na Assistência Social. Todo final de ano, a Secretaria promove esse seminário para que as unidades apresentem as práticas exitosas que tiveram durante o ano. Os servidores de toda a SAS votam nos que eles querem ver, e fomos selecionados para apresentar. Em março deste ano, nós participamos de uma ação chamada Pop Rua Jud. Não sei se aconteceu em todos os territórios, a gente sabe que em São Paulo acontece, e em Campo Grande foi piloto. Essa ação é voltada para a população em situação de rua, e como o público migrante é bastante expressivo nesse contexto em Campo Grande, o CRAS, que atende migrantes, foi convidado para estar lá e mostrar o nosso trabalho, além de oferecer apoio nos atendimentos e formações. Em maio desse ano, a nossa técnica foi convidada também para participar de uma capacitação para as lideranças que lidam com a imigração em Campo Grande. Ela abordou o tema de atendimento a migrantes internacionais no âmbito dos SUAS. Em agosto desse ano, eu fui convidada a participar do Comitê Interinstitucional Municipal de Promoção, Proteção e Apoio aos Migrantes Internacionais Refugiados, suas famílias, crianças e adolescentes no município de Campo Grande. Nossa prática resultou

em bons frutos. Estamos caminhando, crescendo e começando a ver alguns resultados. Com isso, entendemos que não conseguimos dar conta de tudo. Começamos a fazer o nosso trabalho no território, mas se a gente não tivermos uma rede fortalecida e as outras políticas públicas envolvidas, não conseguiremos, sozinhos, dar conta de tudo. Assim, estamos cada vez mais provocando essas discussões e esses espaços de debate.

Agradeço de novo o convite por estar aqui, porque isso é muito importante para nós. Espero que isso inspire também em outros trabalhos. São os desafios que provocamos para a gestão municipal:

- Disponibilizar panfletos nos idiomas mais recorrentes, como já fizemos no CRAS, adaptar o display de acolhida ou produzir um vídeo explicativo nos idiomas das famílias, considerando que a barreira linguística não deve ser um impedimento à prestação eficiente dos serviços socioassistenciais;
- Diagnóstico territorial atualizado com dados importantes para esse público.

Esse diagnóstico saiu, inclusive quando eu voltava de viagem já vamos nos debruçar sobre ele, deu certo, temos um novinho já, e aqui estão os panfletos que a gente fez. Tá grande assim, mas ele é dobradinho, bonitinho, para vocês entenderem como eles são. Então, a gente fez um em espanhol e um em francês para disponibilizar para toda a rede de atendimento e para os migrantes que nos procuram. Esse é um formulário específico também de atendimento, porque a gente entende que é um público que tem vulnerabilidades específicas, então, quando eles chegavam ao caso, eles eram atendidos com um formulário específico também pra que a gente pudesse planejar as ações. E, fruto também de conhecer o CRP de Minas, o Henrique, a gente ficou sabendo da rede Psi Migra, hoje eu e mais um técnico da unidade fazemos parte desse grupo, com muita honra, é um coletivo de psicólogos no Brasil e no mundo que trabalham em psicologia e migração. Inclusive, alguns estão aqui hoje.

Bom, é isso, não vou me alongar, já estava acabando o meu tempo. Trouxemos também como sugestão o guia do CRP de Minas, ficamos apaixonadas pelo trabalho deles, como vocês podem ver, e a gente usa bastante no nosso CRAS, que é o Guia de Migração, Refúgio e Tráfico de Pessoas e Subjetividades. Ele é fácil de ser encontrado na

internet, e também ontem eu vi que estava sendo disponibilizado aqui no evento. E outras referências também que a gente utilizou ao longo do nosso trabalho.

Bom, obrigada de novo, eu gostaria de dizer que esse trabalho começou no CRAS, mas agora, enquanto gerente da proteção básica, eu me comprometo a estender por toda a rede lá em Campo Grande, Mato Grosso do Sul. Obrigada.

3.4 DEBATE DA MESA INTERSECCIONALIDADES, VIOLÊNCIA E ACOLHIMENTO

Wellen Borges

Gostaria de agradecer a todas as participantes e ao participante da mesa. Eu vou então iniciar com uma pergunta. Estamos conversando aqui sobre psicologia e as questões migratórias. Levantamos alguns questionamentos, tensionamos outros, geramos reflexões, e gostaria de perguntar para a Rocio, qual o papel do psicólogo com relação às questões migratórias? Em seguida abrimos para os outros questionamentos. Obrigada.

Rocio del Pilar Bravo Shuna

Em realidade, é o papel da psicologia, e não estou falando somente das pessoas psicólogas que estão aqui presentes, ou somente no Brasil. Mas, muitas vezes, a nossa profissão é olhada para querer adaptar as pessoas à sociedade atual. Nos chamam quando o incêndio está aí pegando fogo. Por exemplo, foi a trágica situação que aconteceu nas escolas. Ah, estão faltando psicólogos para que não aconteçam essas situações. E, em realidade, nosso aporte vai mais além da saúde mental. Nossa profissão é política. E é preciso assumir e entender que nosso papel tem um poder político muito importante, e não somente para atender às situações quando os problemas se dão, mas também nosso aporte como sociedade. E, nesse sentido, eu falando com a Wele, e como as reflexões que foram trazidas antes, a gente vive uma sociedade de consumo. E essa sociedade de consumo capitalista, neoliberal, faz, cria todos esses processos violentos de uma violência estrutural, de guerras, como estamos vivendo no sentido de que também formamos parte dessa máquina e dessa situação que está acontecendo em diversos países, como o mais publicado nas notícias ultimamente, que é Gaza. Esses conflitos que estão acontecendo com a Gaza, diversos povos sendo violentados, mortos, gerações sendo mortas. Então, a gente vive nessa sociedade, temos que estar cientes de que essa sociedade de consumo e capitalismo, a provocação que eu trouxe também a partir da minha tese, que era o cuidado como exercício de direito à saúde e à vida para mulheres migrantes usuárias do SUS. É a tese do doutorado que eu fiz na Psicologia Social na USP. Uma das reflexões que eu trouxe aí é que a gente tem que trocar essa sociedade de consumo, pleitear e nos movimentar para uma sociedade do cuidado. E não falando em uma sociedade de cuidado, somente pensando nesse

mesmo cuidado invisível, que é justamente a coisa boa que saiu no Enem para se refletir para essas novas gerações, mas numa sociedade do cuidado como um princípio de governança. E bem, o presidente falou, quando ele estava fazendo sua campanha eleitoral (...) “eu vou voltar a cuidar do povo brasileiro.”

Quando ele falou a palavra cuidado, que justamente estava nesse processo de ir, de defender, de escrever a tese, de concluir tal, eu falei, “é isso mesmo.” O cuidado é ancestral, ele já tem muitos anos, e aqui, ancestral, nossas diversas etnias existentes aqui, tratavam o cuidado de uma forma mais comunitária. E o cuidado era um princípio importante para essa organização social e sempre foi. Só que foi delegado, geralmente, às pessoas, às mulheres. Foi delegado por muito, e ainda continua sendo delegado para nós mulheres, como profissionais precisam, é delegado o cuidado da saúde mental, com muita força. E nesse sentido, a gente tem que converter esse cuidado, não somente para reconhecimento econômico dessa população, que por anos, em sua maioria mulheres, que por anos temos sido a base econômica desse neoliberalismo com nosso trabalho pago. Nesse sentido, o cuidado tem que mudar e converter-se em um princípio governamental, onde o cuidado seja não somente o cuidado para nós seres humanos, senão o cuidado para o nosso fundo, que estamos destruindo, que nós somos, em termos gerais, como seres humanos, recordar que bem falou o José agora, né? Voltar a essa humanidade é entender que o mundo, ele está sendo destruído por nós, e nós precisamos ter mais políticas de, como princípio, que tenha o cuidado de todos os seres que moram nessa terra, porque não somente somos seres humanos, senão também somos analfabetos botânicos, porque não sabemos como se chama, já concluindo aqui, como se chama as pratas, não temos conhecimento, mas elas estão aí e precisamos cuidar de tudo. E eu acho que dentro da nossa profissão, a gente tem que considerar como trocamos essa sociedade de consumo, como contribuimos como profissionais para mudar para uma sociedade do cuidado, né? O cuidado como um princípio governamental, e isso era o que eu queria trazer também de reflexão.

Paula de Paula

Obrigada, Rocio. Paula de Paula – Meu nome é Paula de Paula, sou do CRP Minas, sou conselheira, queria agradecer muito os participantes da mesa. Eu ia começar primeiro com a Priscila, mas aí, volto à questão que eu tinha posto para a Rocio, porque ela acabou respondendo, e daí eu queria fazer um comentário sobre o que você disse, porque quando trouxe a questão da violência e também do acolhimento como uma comunicação não violenta, eu acho que é importante a gente dizer que é da natureza da sociabilidade capitalista ser violenta, porque é

interessante também a gente lembrar que tanto Marx, no capítulo 24 do Capital Número 1, foi dizer de como nascem os trabalhadores livres e de como o capitalismo se instituiu como hegemônico, criando o conceito de raça para fazer a colonização e para poder extorquir o capital inicial, a acumulação primitiva. O capitalismo não existiria se não fosse pelo roubo e pela colonização. Para além disso, de ter, então, construído um conceito de raça que se oferece aos liberais como Locke, que escreveu a Constituição americana, de ter uma companhia de tráfico de negros. Então, é muito importante a gente saber que o sistema capitalista é violento. E daí eu fico lembrando que a nossa Constituição, que foi assinada em 88, com a universalização dos direitos, um ano depois o Consenso de Washington deliberou qual seria a política financeira para a América do Sul. Privatização, políticas de ajuste fiscal, encolhimento do Estado. E isso teve um efeito aqui como se toda a nossa Constituição tivesse passado para não sair do papel. E nós vemos um agravamento, por causa do momento do capitalismo atual, com o encolhimento do Estado. Então, a gente tem leis lindas e elas não se executam. E daí minha pergunta é, (...) a gente pode só apostar nas políticas públicas porque elas são concessões do capital e elas são, quando privatizadas, porque desde o Fernando Henrique, a gente tem leis que privatizam os serviços públicos na gestão, as OS, as OSCIP e os fundos, as fundações públicas de direito privado. E nós temos uma recomendação para privatizar as políticas públicas na base. Ou seja, o que é isso? Entregar para essas instituições de empreendedorismo social a gestão das políticas públicas. Isso seria um agravamento das políticas públicas, porque a violência, a pergunta também é essa, não recai também nos trabalhadores? Eles precisam ser humanizados, as psicólogas precisam saber como trabalhar, mas elas já estão violentadas, porque elas não podem ter nenhuma previsão de estabilidade, de direitos trabalhistas, de progressão de carreiras, de salários dignos. E aposentadoria nem se fala. Então, minha pergunta, Rocío, é como a sociedade civil pode se organizar com mais força para pressionar essas reformas, que nós não estamos nem falando de reformas, e que ela possa ter o direito de pensar na palavra revolução? Porque a revolução não é só armas, a revolução está na cabeça. E aí eu queria te fazer essa pergunta, essa provocação, como isso pode causar algo no Congresso? Porque não interessa o que a gente faça, eles estão definidos no que vão fazer, porque o interesse é o do capital. Eu queria agradecer muito, José, e dizer que é interessante fazer um comentário e uma pergunta, dois comentários. O meu comentário é que a gente vê que na perspectiva do capitalismo, temos o cidadão global desterritorializado, porque o capital é assim, ele desterritorializa. Mas do ponto de vista dos direitos, o ponto de vista do mercado, reforça essa coisa da desterritorialização. Do ponto de vista dos direitos, é o contrário. É como se todo mundo tivesse que ficar na sua caixinha. Então, é uma provocação. Você disse também sobre a Síndrome de Ulysses, e eu queria dizer que existem outras síndromes, e uma que ficou muito conhecida na Suécia, até não sei

se você conhece, chama Síndrome de Resignação. Essa síndrome começa a aparecer em 1990, porque a Suécia era um lugar que não tinha leis trabalhistas e recebia muito as etnias da União Soviética, que se dissolveu, e os Balcãs, principalmente e mais algumas que eu não me lembro o nome. E a pessoa não estava conseguindo ter o visto de domicílio permanente. Isso mudou em 2000, e as crianças, elas simplesmente dormiam. Dormiam! Porque a residência não era mais permanente, então vinha de uma viagem, e são traumas. A Síndrome de Ulysses é uma, essa é outra, e outros sintomas que aparecem, mas essas migrações são traumáticas.

E daí, minha pergunta é (...) como isso que você diz, eu tive um estágio lá na PUC com a oferta de ensino da língua portuguesa para as crianças. Queria perguntar para você se, na sua experiência, isso está caminhando para ser uma política? Como isso vai acontecer? Como é que você está pensando? É no CRAS, são programas do CREAS, é na saúde, como é que você pensa isso? Você deve estar pensando em alguma coisa. E aí você falou sobre Big Techs, porque é o seguinte, o Cio lembrou, a gente não está falando de sujeito de direitos, a gente está falando de pessoas que podem consumir. Se você pode consumir, você tem direito. Então, esses direitos universais são muito abstratos. Sujeito do direito nasce com a modernidade, Marx foi o primeiro que apontou que um sujeito abstrato não é material. Porque se ele fosse material, a gente teria a diferença de quem pode pagar o trabalho e quem só tem a força de trabalho para vender. Então, esse sujeito de direitos exclui negros, indígenas e mulheres, porque as mulheres também não estavam no mercado de trabalho com um valor de uso, mas valor de troca não.

Sobre as Big Techs. Como é que você vê, já que a gente tem um partido da imprensa golpista, toda a nossa imprensa serve ao capital, as Big Techs também. Qual seria a possibilidade de rompermos com r isso? (...) E para a Priscila, sim, eu acho, Priscila, que não é uma ironia você estar coordenando. Fica evidente o seu desejo decidido por uma militância na política de assistência social. (...) A equipe, eu queria saber como essas equipes estão montadas e como esse CRAS obteve financiamento. Porque a gente vê, e eu tive 20 anos trabalhando, primeiro como trabalhadora do SUAS, depois como professora em estágios e então como supervisora externa do serviço numa cidade lá em Minas, de Betim. Então, eu conheço muito o SUAS, e fico pensando que isso que você está apresentando está muito dentro da média e da alta complexidade. Mas você tem um CRAS de imigração. Eu queria saber, primeiro, você teve que terceirizar. As pessoas desse CRAS, elas estão contratadas por OS, ou é a Prefeitura que fez o concurso? Elas são concursadas? E quais são os desafios que você tem para efetivar esses direitos do ponto de vista do Estado? É isso a minha pergunta, mas queria agradecer muito a oportunidade, inclusive, de estar conversando com vocês. Desculpa se eu falei mal.

Só para a gente não perder a energia, eu queria fazer só uma provocação enquanto pergunta, mas vou ser breve, porque já que elas e ele vão discorrer, se a gente pudesse, é só uma reflexão. Rapidamente. É, se puder.

Diante de tudo que foi posto desde ontem, da partilha tão generosa de vocês, inclusive, agradeço a cada qual e a tudo que vocês representam aqui, que eu fiquei muito sentida, no sentido positivo, de que vocês deixaram muito evidente que a boca de vocês não é só sua. A boca de vocês é portal de muitas outras e outros. Diante disso, como vocês estão pensando a expressão, mas a vivência, do que é um território atualmente?

Rocio del Pilar Bravo Shuna

Essa última provocação, eu não sei se eu vou conseguir responder, porque são provocações muito interessantes, muito importantes. Bom, eu vou deixar outra provocação, porque vivemos numa forma de falar sobre democracia muito complexa, e que foi instaurada, o formato democrático, ele veio, não surgiu de nós, de nossas lutas, ele já veio da Europa, né? Esse modelo grego, romano, veio, e aqui foi instaurada nas Américas uma ideia de fazer os processos democráticos, e não surgiu do sul. E eu tento resgatar, na realidade, os conhecimentos do sul. Do sul para o sul, né? Um sul muito potente, e que é preciso ressaltar, trazer, inclusive às organizações sociais, pensando, digamos, desde o meu lugar de fala, dos povos indígenas. A gente tem uma forma de organização diferente, e ainda resiste mesmo com as situações de exclusão dentro das políticas. E aí, indo nesse caminho das políticas públicas, é ilusório pensar que as políticas públicas vão responder a todas as nossas necessidades, porque elas são tensionadas dentro de uma caixa, de pessoas que muitas vezes nem sabem o histórico dos movimentos sociais mas que assinam, trocam uma coisa por outra. Algo como “eu aceito o teu projeto de lei, mas você vai aceitar aquilo ou aquilo”. Sempre um jogo de cintura. Então, essas políticas, de fato, não vão responder a todas as nossas necessidades, e pensando na população migrante, a gente perdeu 30 propostas da lei da migração em 2017. E mesmo que nós não tenhamos apontado direito a voto dentro dessas propostas, porque sabíamos que ela não ia passar, a gente tinha que ter esse jogo de cintura e dizer “ bom, a gente perde isso para ganhar outros”. E mesmo assim, foram tiradas 30 propostas. Então, as políticas públicas, tristemente, não vão... E como nessa estrutura capitalista, que não foi criada por

nós, sobre a estrutura política, de como fazer política, se ficou, aqui só existe uma pessoa como figura grande representante, como a presidente da república, enfim, o presidente, o que vier. Então, não temos essa representatividade. Teríamos que fazer uma grande revolução e a gente têm sangue revolucionário. Lembremos, a gente tem sangue revolucionário e vamos nessa, vamos tentar mudar esse sistema, porque assim como ele está, tristemente, não vamos conseguir mais que com descendências de, ah, vamos ser inclusivos e por aí vai. E é mais assim, pensando no CRP, obrigada por termos esse debate, muito obrigada. Gostaríamos de ter mais presença de pessoas imigrantes aqui com espaços de voz e contando suas experiências e resistências. E nesse sentido, também pensar que temos muito a avançar também na nossa categoria, essas 30 horas que estão circulando neste momento. E é necessário pensar nessa territorialidade, todas as pessoas aqui presentes precisamos retomar nossa América do Sul, nossa América, precisamos retomar nossas raízes.

José Gregório Albarrán López

Bom, eu não sei se temos tempo pra gente dar uma resposta adequada a essas perguntas, mas, sendo breve, o que a gente vem questionando um pouco em Belém do Pará, é que certamente precisamos buscar melhores formas de poder estabelecer uma educação adequada nesse contexto. Enquanto as crianças dos irmãos Indígenas Warao, se observa que existe interesse e se vem trabalhando, na Secretaria de Educação do município por exemplo, foi criada a Coordenadoria de Imigrantes, Indígenas e Refugiados CEEIR justamente com o intuito de poder responder a essas particularidades da cultura que está sendo acolhida. Através do Centro de Referência de Inclusão Educativa – CRIE, foram contratados três indígenas Warao, que estão estudando Pedagogia na Universidade Federal do Pará – UFPA, para auxiliar por meio do processo de interpretação para língua materna e a mediação cultural nas aulas regulares nas escolas da rede municipal. Porém, existe um grande desafio, que é a relação dialógica entre os estagiários Warao e os docentes nas escolas, que precisam compreender que os Warao estão aí para nos auxiliar pelo que resulta importante que eles participem no processo de planejamento e desenvolvimento das aulas. É preciso estar atento, se policiar para que nossas limitações não falem mais alto no processo formativo dessas crianças. Se uma criança indígena, não consegue desenvolver de forma adequada o que a docente pediu no quadro, ela vai sofrer bullying por parte das crianças nacionais e aí, essa criança retorna para casa chorando falando para seus pais e sem querer ir ao dia seguinte para aula.

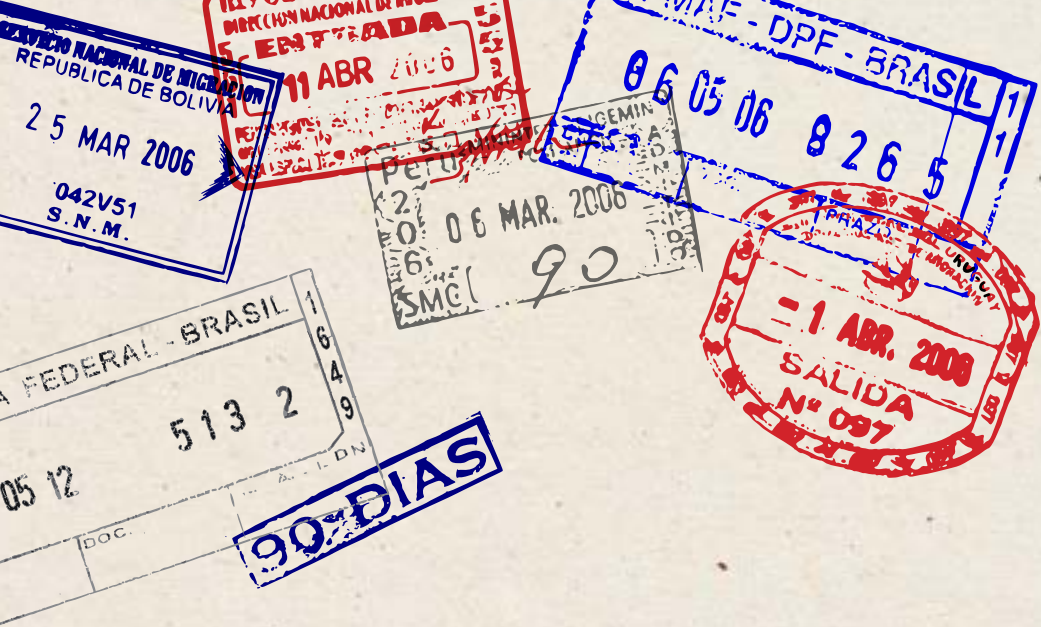
Muitos venezuelanos começaram a chegar a Belém do Pará desde 2017. Eu particularmente venho acompanhando esse processo desde então e tenho observado que muitos indígenas poderiam ter completado já a primeira etapa do ensino fundamental, mas existem muitas travas. Às vezes a escola entra em recesso por alguma reforma, a professora sai de licença e por aí vai. Enfim, todas aquelas coisas que a gente sabe que são desafios do dia a dia, mas sabemos que quando esses desafios do dia a dia impactam naquele contexto, vira uma hecatombe. Isso porque o tempo de quem chega não é o tempo de quem acolhe. Ele já sabe como funciona, então ele se vira nos 30, mas para pessoas que chegam, como nós, o tempo é outro. Entendem? Fazemos o possível por compensar de uma forma aquilo que já tínhamos, mas que aqui não é reconhecido, que é nossos estudos que aqui não são reconhecidos, precisamos avançar nisso.

A psicologia vem nos ajudar a compreender o comportamento humano, e os processos mentais que estimulam o lado transgressor que cada um tem. Existem pessoas que o são, mas não são conscientes disso. O que nos mostra a psicologia é que temos que ser conscientes de nossas transgressões para que quando elas ocorram, possamos observar se de fato existe nelas uma motivação real, consciente e verdadeira de provocar ou revelar algo necessário para um debate efetivo dessas temáticas. E enquanto o corpo e o território, eu acredito no pensamento de que o corpo é território. Eu não posso falar que a Venezuela está lá e eu estou aqui e não tenho nenhum nexos com o território pelo fato de ter migrado, não, para mim, por exemplo, eu sou e me sinto venezuelano, onde quer que eu vá, eu sou Venezuela, mas também em uma percepção mais ampla, eu sou também um cidadão universal, quer dizer que se eu estou em Belém do Pará, eu me sinto Belenense, sou paraense e em consequência eu sou esse território. Se eu estou em Brasília, eu vou fazer todo o possível para mudar essa realidade, se necessário e possível. É assim que eu enxergo as coisas é foi sempre minha abordagem desde quando eu cheguei a Belém do Pará. Todo mundo dizia que eu tinha que sair de Belém, porque o Pará é meio povinho, como dizemos nós em espanhol, não sei o quê, e eu dizia, “Bom, eu aprendi uma coisa, se você não gosta da realidade onde você vive, mude.” Mas essa mudança não acontece somente fora, acontece principalmente dentro de nós mesmos. E se compreendemos que somos um território, então me perguntaria, qual é a Venezuela que eu quero? Eu vou aprofundar nessa busca dentro de mim, principalmente como indivíduo, como cidadão, como profissional, como pessoa que interage com o mundo e com uma sociedade que me reconhece e me enxerga na minha integridade. Não basta só dizer, ah, eu sou venezuelano, a realidade que eu quero é essa: um mundo mais humano, uma cidade mais limpa, etc. e quando eu vou no carro, jogo uma lata pela janela. Entendeu? É exatamente onde começa a coerência interna, nas pequenas ações, dentro e fora de mim. Eu penso, sinto e atuo em uma mesma direção, nem sempre eu vou conseguir, mas estou determinado a conseguir meus objetivos internamente

para que uma vez fortalecidos eu possa aplicá-los fora, se não, de que estamos falando? Não adianta falar que os políticos são assim, que os outros são assim, que os gestores são assim, se nós não conseguimos gestar, atuar em consequência do que pensamos, sentimos e fazemos.

Priscila Justi

Bom, obrigada pelo carinho e pelas palavras. Sim, a gente trabalha com muito amor, somos mesmo militantes pela nossa causa lá dentro do nosso território e não acho que as políticas públicas vão dar conta de tudo. A gente não vai, porque vivemos eternamente em busca de parcerias. Até porque o nosso recurso dos SUAS é mínimo, a gente vive praticamente com o que sobra dos outros recursos nos territórios. Então, é mínimo mesmo. A gente trabalha ali enfrentando todas as adversidades, as nossas limitações, desafios. Dentro do CRAS, a gente trabalha especificamente com o recurso público, com o recurso da Prefeitura, advindo do governo federal. Fazemos parcerias com as OSCIS, mas não temos profissionais das OSCIS dentro do CRAS. Somos uma equipe composta por profissionais concursados, todos os técnicos são concursados dentro do CRAS. O cargo de chefia de coordenação não precisa necessariamente ser concursado, ele é um cargo de confiança, mas eu sou concursada. Então, compus também a equipe. Não vou embora tão rápido, vou estar ali. Não tenho nem o que falar sobre território depois da fala do José, porque o nosso corpo, ele é o território, a gente carrega quem a gente é, por onde a gente vai. Por isso, nós somos uma terra de diversidade, de pluralidade, e o que depender da gente, mesmo com as nossas limitações, com os nossos desafios lá, a gente vai continuar lutando para que nenhum grupo seja invisibilizado. Obrigada.



4. MESA REDONDA: COSMOVISÕES, MEMÓRIAS, TERRITÓRIO E IDENTIDADE

Mediadora: Laura Queslloya

4.1 EXPOSIÇÃO

Laura Queslloya
Coletivo Cio da Terra

Sou uma mulher migrante peruana. Tenho 43 anos. Sou mestiça, filha de uma mulher indígena andina do povo quechua.

É a primeira vez que intermedie uma mesa o que me provoca diversas percepções por estar aqui ocupando dois lugares importantes aos quais pertenço: como mulher migrante que carrega no corpo o tema sobre o qual seminário trata e como psicóloga que está concluindo a formação este ano.

Como mulher migrante, sou uma das fundadoras do Coletivo de Mulheres Migrantes, Cio da Terra, que atua há 7 anos em Belo Horizonte. E como psicóloga, faço parte da Comissão de Migração e Subjetividades do CRP-MG. Ambos lugares me permitem reconhecer e valorizar o trabalho que as pessoas que compõem o Conselho vem executando através do Conselho Federal, dos Conselhos Regionais, do CREPOP, para refletir e construir conhecimento sobre a migração, que nos últimos anos, sofreu um recrudescimento no número de migrantes internacionais e de mudanças nos trajetos percorridos.

Ao mesmo tempo sinto muita satisfação e orgulho pela composição desta mesa, afinal ela é composta na sua totalidade de pessoas migrantes. Neste evento, as quatro pessoas que estão aqui, somos psicólogas e psicólogos migrantes. Faço votos para que existam mais espaços como este dentro da academia, porque para falar de acolhimento e inclusão da população migrante, é necessário construir relações dialógicas e igualitárias entre pessoas e grupos que pertencem a universos culturais diferentes, e isto deve começar aqui, onde a academia se reúne para escutar o que tem a dizer a outra pessoa, e ao mesmo tempo se sensibiliza e procura entender o lugar da outra ou outro.

Temos aqui representantes da Colômbia, Bolívia e Guiné-Bissau, que carregam consigo inúmeros ensinamentos, muita luta e resistência. Assim, todas essas vivências traduzidas em saberes são os componentes desta mesa: as cosmovisões, as memórias, a nossa identidade e o território que é o mundo.

Então, vamos começar com a Catalina, que nos vai trazer as suas percepções. Catalina é uma mulher migrante, mãe solo colombiana, militante do Movimento de Migrantes Brasileiros, psicóloga, doutora CAPES e pós-doutora CAPES PNPd em psicossociologia de comunidades de ecologia social do Instituto de Psicologia da UFRJ. Foi coordenadora do Centro de Referência de Atenção a Imigrantes do Rio de Janeiro, CRAI. E trabalhou com a Comissão da Verdade da Colômbia. E também é membro do GT de Psicologia Comunitária da ANPEP.

Catalina Revollo Pardo

*Vice líder do Grupo de Pesquisa Diaspotis (UFRJ).
Membro da Coletiva Mulheres em Migração pela Paz.*

INTRODUÇÃO

Bom dia para todas as pessoas que estão presentes no auditório e assistindo a transmissão online. Agradeço o convite do Conselho Federal de Psicologia. O objetivo desta apresentação é expor alguns processos de base comunitária da população migrante latino-americana no Rio de Janeiro para refletir sobre a construção da psicologia brasileira das migrações.

Eu sou uma mulher cisgênero, branca, migrante, que tem passado por diferentes trajetórias migratórias voluntárias e forçadas. Deixei meu país (Colômbia) em 2004, de maneira voluntária com bastantes privilégios pela minha raça, situação socioeconômica e formação profissional, sendo assim considero fundamental problematizar minha branquitude migrante. Como vocês sabem meu país vivencia há mais de 60 anos um conflito social, político, econômico e armado. Trabalhei desde minha graduação o fenômeno do deslocamento forçado das mulheres no conflito, e foi no encontro com as mulheres vítimas que comeci a trilhar os caminhos para ser mulher, liderança social do movimento de migrantes no Brasil. Já sou militante há mais de 12 anos, e mesmo com o passar do tempo sempre destaquei que foi ao acompanhar e compartilhar com as mulheres vítimas da migração forçada do conflito armado no meu país que entendi que o sentido de fazer pesquisa em psicologia social é estar com os processos de base comunitária para a transformação social. (FALS BORDA, 1986).

Eu desenvolvi meu projeto de mestrado e doutorado junto com um grupo de 11 mulheres em situação de deslocamento, reassentadas na cidade de Bogotá. Neste processo, construímos coletivamente uma metodologia de tradução de testemunhos, afinal, para mim, sempre foi nítido que não estava fazendo pesquisa participante, pois não sou vítima de migração forçada e não sou militante do movimento de vítimas, pelo contrário, sou migrante com muitos privilégios e precisamente esta proposta metodológica pretende problematizar o encontro entre a migrantes com realidades sócio-migratórias antagônicas para não homogeneizar a luta e esvaziar as trajetórias de vida. Teoricamente nos apoiamos na tradução cultural do Homi Bhabha (2002) e do legado da proposta de tradução de saberes e de lutas da metodologia do Foro Social Mundial.

OS CAMINHOS TRILHADOS: CONSTRUINDO UMA PSICOSSOCIOLOGIA DAS MIGRAÇÕES

A partir da experiência com as mulheres do movimento de vítimas do deslocamento colombiano, identifico que minha vida em migração está transversalizada pela pesquisa e militância na luta pela construção de cidadanias interculturais com pessoas em situação de migração, o que vou chamar de vida pesquisa militante, sendo desenvolvida no Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro no Programa em Psicossociologia de Comunidades de Ecologia Social EICOS.

A proposta de uma psicossociologia das migrações parte da análise biopsicossocial imigrante, em articulação com a pesquisa militante, Merhy (2004) e Fals Borda, (1986). Para iniciar a análise, vou explicar as etapas da construção dos processos de base comunitária, nos quais eu estou envolvida por meio da militância e pesquisa.

A primeira etapa (2012-2020) se caracterizou pelas intervenções urbanas – *La Fiesta*: eu estava no meio do doutorado desenvolvendo meu trabalho de campo nos Itinerários Rio de Janeiro-Bogotá com as mulheres em situação de deslocamento (PARDO, 2022) e articulando redes para ações culturais na comunidade de migrantes latinoamericanos no Rio de Janeiro, entendendo-me com uma sujeita em migração. Chamamos estas ações de intervenções urbanas, saímos para ocupar a rua com música, dança e gastronomia, e assim se construiu o coletivo *La Clandestina*¹⁶, o nome não faz alusão aos processos de regularização migratória, se chamou assim porque a festa era clandestina já que acontecia

16 veja o vídeo: Colectivo La Clandestina (Rio de Janeiro)

por meio da ocupação do espaço público. Fizemos intervenções com esse coletivo no Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre e no Fórum Social Mundial Salvador, Fórum Social Mundial das Migrações.

Nesse caminho construíram-se alguns processos em rede com La Clandestina como a festa La Cumbia (organizadas por dois produtores brasileiros), a festa Rumba Tipo Colômbia (organizada por migrantes colombianos), a festa do dia dos mortos (organizadas por migrantes mexicanos), a festa Saudades de Cumbia (organizada por imigrantes argentinos) e a Festa Cumbia na Rua (organizada pela Organização anarquista Instituto Parhesia em movimento em Porto Alegre). Também acompanhamos e apoiamos a fundação do bloco Besame Mucho, que hoje em dia é um grande bloco do carnaval carioca de rua e fizemos articulações importantes com a banda Songorocossongo, uma das agrupações mais famosas que foi um ícone para os desenvolvimento de processos de integração sociocultural. (PARDO; ELHAJJI, 2020)

Continuando com as etapas, a segunda etapa (2013-2024) a denominei processo de cidadania transnacional, e acontece em paralelo com a primeira etapa e se estende até os dias de hoje. A construção de processos de participação social transnacional pelos migrantes colombianos na construção da paz na Colômbia. Nesse contexto conformamos o coletivo *Colombianxs por la paz (2016-2018)*, realizamos o Festival da Latinidade (agosto de 2013) e apoiamos as convocatórias e eventos políticos da comunidade chilena, mexicana e peruana. Começamos a articular uma rede com diversos coletivos, grupos e associações com Coletivos de Base Warmis (SP), Rede Milbi (SP), Coletivo Cia da Terra (MG), Mawon (RJ), Instituto Parhesia (RS).

Destaco a importância de transitar pelo Brasil tecendo redes entre os coletivos que trabalham com a pauta pró-migração, e neste sentido devo destacar a importância da cidade de São Paulo como cidade santuário, mas nem todas as cidades têm esse privilégio, mas a luta da população imigrante, refugiada e apátrida no Brasil têm processos nas bases contundentes em outras cidades e pouco a pouco vão sendo reconhecidos fortalecendo o movimento social da população migrante.

A terceira etapa (2020-2022), a denomino Comissão da Verdade da Colômbia, já que durante este período fui convidada para trabalhar de maneira voluntária com a Comissão da Verdade apoiando o processo psicossocial de escuta dos testemunhos das

vítimas no exílio. Esta comissão da verdade foi a primeira em trabalhar com vítimas fora das fronteiras nacionais. Nesta fase da pandemia, no meu terceiro ano de pós-doutorado, vivi uma migração forçada, porque eu tive que sair do Rio de Janeiro em três dias e dois anos depois tive que retornar ao Brasil, só sabendo 4 semanas antes. Esta migração forçada não foi causada por um conflito ou fato violento. Foi uma migração relacionada a uma catástrofe socioambiental.

A etapa quatro (2022-2024) acontece na pós-pandemia e eu a denominei de construção de políticas públicas. Neste contexto fui selecionada para ser a primeira coordenadora do Centro de Referência de Atenção a Imigrantes do Rio de Janeiro CRAI RIO que em sua fase inicial contava com serviços de acolhimento (abrigo), serviços de assistência sociojurídica e psicológica, aulas de português como língua de acolhimento e sala de informática.

Em 24 de janeiro de 2022 o congolês Moïse Kabagambe no Rio de Janeiro, nosso companheiro, foi assassinado. Um fato lamentável que fez com que o prefeito Eduardo Paes olhasse para a gente. É triste demais, saber que estamos lutando no movimento de migrantes no Rio há décadas e só depois desta tragédia a prefeitura instaurou o Comitê de Políticas Públicas para Refugiados, Imigrantes e Apátridas do Município do Rio de Janeiro COMPAR Rio. Se compararmos, o governo do Estado já conta com o Comitê Estadual Intersetorial de Políticas de Atenção aos Refugiados e Migrantes do Rio de Janeiro (CEIPARM/RJ) há 15 anos.

Julieta Hernandez foi vítima de feminicídio em janeiro de 2024 no Estado do Amazonas enquanto viajava de bicicleta retornando a Venezuela, este fato nos deixa geladas e reforça a necessidade de manter na luta da pauta migratória uma perspectiva interseccional de gênero raça e classe (LUGONES, 2008), e desde a luta das mulheres migrantes sou membro representando a Coletiva Mulheres em Migração pela Paz no CEIPARM e em janeiro deste ano fui eleita delegada da 2ª Conferências Nacional das Migrações COMIGRAR pelo estado do Rio de Janeiro.

EIXOS SENTIR-PENSANTES

De cada etapa vivida e analisada nesta pesquisa militante resgatei 8 categorias ou melhor chamados eixos sentirpensantes para refletir desde a psicossociologia das migrações.

- Migrações participativas: Termo proposto por Osvaldo Farias (2023) ao dar seu testemunho sobre o que foi criar e ser parte do coletivo La Clandestina. Este eixo propõe a migração de um processo coletivo participativo que acontece no encontro, em ocupar e reivindicar o direito a migrar e se vincular com os espaços urbanos desde uma prática intercultural.
- Estou cansada: A companheira Ketty Aire Laureano em 2020, no contexto de uma das primeiras jornadas de trabalho do coletivo Magdas Mígram do Centro de Teatro de Oprimido, nos diz que o cansaço no seu corpo é o peso do patriarcado, e nós mulheres se estamos cansadas é porque há um desequilíbrio nos trabalhos da sociedade. O lugar da mulher migrante mãe solo é viver cansada. Não é igual quando uma mulher migrante fala que está cansada, quando uma pessoa local está cansada. A falta de redes de apoio, o não ser fluente na língua do país de destino, fazem com que nosso cotidiano de mulheres migrantes mãe solo esteja sobrecarregado de tarefas, cuidados e desafios.
- A transformação do coletivo Colombianxs pela paz, em coletiva mulheres em migração pela paz. Na pesquisa tenho identificado que os coletivos migrantes têm características muito voláteis. Alguns destes coletivos vão se formalizar, criando associações ou organizações da sociedade civil, mas a maioria deles não farão um processo de formalização. Mas também há outros fatores que perpassam a transformação dos coletivos.
- A experiência do coletivo colombianxs pela paz, traz a violência de gênero como o motor para a transformação, a partir do episódio de violência ao interior do coletivo. As mulheres do coletivo, protegendo a nossa companheira, solicitamos a retirada do agressor do coletivo, por dita expulsão o coletivo se desintegra organicamente já que os companheiros não se solidarizaram com nossa postura. A partir deste ponto, nós mulheres que permanecemos articuladas, construímos nossa coletiva: mulheres em migração pela paz que tem como central a pauta de gênero e migrações.

- O Brasil não é um país xenófobo, o Brasil é um país racista, afirma o professor marroquino Mohammed Elhajji, líder do grupo de pesquisa Diaspotics da Escola de Comunicação ECO da Universidade Federal do Rio de Janeiro UFRJ. A pertinência dessa afirmação da centralidade ao racismo estrutural da sociedade brasileira que também permeia a abordagem do fenômeno migratório no país. O mito do Cristo Redentor de braços abertos, o Brasil como um país acolhedor, não é para todas/os/es. Acolhedor para quem? Acolhedor para mim e todas as pessoas brancas. Problematizar minha branquitude migrante é uma responsabilidade desde uma perspectiva internacional, supremamente importante também para fazer uma crítica para a branquitude da psicologia das migrações.
- Nada de nós sem nós é uma expressão que tomo emprestada do movimento negro para refletir o processo de construção das políticas públicas e a estruturação dos serviços públicos como saúde, educação ou assistência social. Quando me convidaram para coordenar o CRAI RIO tivemos uma equipe de servidores em que 80% era migrante. Neste ponto gostaria de questionar nosso Conselho Federal de Psicologia, onde estão as/es/os conselheiras/es/os migrantes?
- Foi um sonho feito realidade trabalhar com a Comissão da Verdade, baseados na proposta psicossocial de Carlos Martín Beristain, íntimo amigo de Ignacio Martín Baró, trabalhamos com os testemunhos e com a reconstrução das vidas das pessoas no exílio.
- Grupo de Lideranças Mulheres Refugiadas Imigrantes e Apátridas RJ, sou membro fundadora, e destaco a necessidade das mulheres migrantes em fazer dupla militância, porque temos que militar ante a institucionalidade brasileira e nos defender do machismo e sexismo dos nossos companheiros.
- Glotofobia como um fenômeno pouco denominado, está relacionado com a discriminação que sofremos ao falar português como segunda língua. Nesta experiência eu estou problematizando oportunhol como metodologia.

PARA NÃO CONCLUIR

Para construir uma psicologia das migrações, é necessário entender a migração como um fato social total (SAYAD. 1998). Nossa presença questiona todos os estabelecimentos supostamente estáveis da sociedade e dos Estados nação, nós estamos questionando o status de cidadania, e estamos propondo a construção de uma cidadania intercultural. Eu estou, talvez, falando uma coisa que vocês acham sem sentido, mas eu acho que estamos caminhando lá, estamos questionando as fronteiras.

Também é pertinente trazer a Fanon (2009) para a gente pensar que o imigrante, além de passar por processos de racismo xenófobo, ele passa por processos de infantilização, ele passa por processos de não ser abordado como um ser humano em muitos contextos. Fanon também nos dá uma puxada de orelha de como as categorias diagnósticas, os processos de compreensão terapêuticos e psicossociais da população negra, critica muito necessária para trabalhar com a população migrante.

Então, qual é a nossa responsabilidade com estas categorias que apresento chamadas de eixos sentir-pensantes. Precisamos ir para os processos de base, precisamos estar com a população imigrante, para entender que somos um sujeito coletivo, político que está construindo uma psicologia das migrações, a qual merece aprender, pegar, não encaixar a psicologia no fenômeno, mas melhor olhar as categorias da migração, as experiências da migração, como o Sayad (1998) nos fala da dupla ausência, por exemplo, como solucionar essa dupla ausência que tem o sujeito migrante para ele realmente ser reconhecido pelas políticas públicas. Então, como a migração nos dá luzes para questionar o fazer de uma outra psicologia e não a psicologia para trabalhar com migrantes. Trago umas pistas, a psicologia feminista me orienta, pensando nessas agências que acabo de falar com vocês, as violências, as agências e os cuidados, e isso que resume a minha apresentação. Obrigada.

Queria complementar as colocações da Catalina sobre maternidade transnacional e como as redes de apoio e de afeto constituem a necessidade da existência dessas redes. Em Belo Horizonte, o coletivo que componho, Cio da Terra, é uma rede de apoio que acolhe e inclui as mulheres migrantes. O meu TCC foi construído sobre o processo de reconhecimento da identidade como pessoa migrante a partir do acolhimento, o pertencimento e o cuidado dispensado entre as mulheres do coletivo. Além da constatação da necessidade da existência de nosso coletivo como rede de apoio, ficou evidente que não trata-se somente do cuidado e defesa de uma pauta identitária e individualista, se não da criação de redes e espaços coletivos de luta.

Referências:

BHABHA, H. **El lugar de la cultura**. Buenos Aires: Manantial, 2002.

ELHAJJI, M. Rio de Janeiro-Montreal: conexões transnacionais ruídos interculturais. In COGO, D.; ELHAJJI, M.; HUERTAS, A. (eds). **Diásporas, migrações, tecnologias da comunicação e identidades transnacionais**. Bellaterra: Institut de la Comunicació, Universitat Autònoma de Barcelona. 2012.

FALS BORDA, O. La Investigación-Acción Participativa: Política y Epistemología. In: GUIZADO, Á. C. (Comp.). **La Colombia de hoy, Sociología y sociedad**. Bogotá: Fondo Editorial Cerec, p. 21-31, 1986.

FANON, F. Piel negra, máscaras blancas. Madri: Ediciones Aikal, 2009.

LUGONES, M. Colonialidad y género. **Tabula rasa**, n. 9, p. 73-102, 2008.

MERHY, E. O conhecer militante do sujeito implicado: o desafio de reconhecê-lo como saber válido. In: FRANCO, T. B. et al. **Acolher Chapecó: uma experiência de mudança com base no processo de trabalho**. São Paulo: Hucitec, p.21-45, 2004.

PARDO, C. R. Itinerários Rio de Janeiro-Bogotá: uma análise translocal de outras aprendizagens nos encontros interculturais. **Revista Interinstitucional Artes De Educar**, v. 8, n. 2, p. 513–527, 2022. DOI: 10.12957/riae.2022.69829. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/riae/article/view/69829>. Acesso em: 15 abr. 2024.

PARDO, C. R. Testimonios y traducciones en el trabajo con mujeres víctimas del desplazamiento forzado en Colombia. **Tramas Y Redes**, n. 5, p. 101-117, 2023. <https://doi.org/10.54871/cl4c500m>

PARDO, C. R. (2017). Reseña crítica sobre el concepto de tercer espacio de Homi Bhabha: del local de la cultura hasta nuevas minorías, nuevos derechos. Notas sobre cosmopolitismo vernáculos. **Revista Interinstitucional Artes de Educar**, v. 3, n. 3, p. 377–385, 2018. Disponível em: 10.12957/riae.2017.29803. Acesso em: 15 abr. 2024.

PARDO, C. R. **Traduciendo los testimonios de las mujeres víctimas del desplazamiento en Colombia**. 2015. Tesis (Doctorado en Psicología) – Programa en Psicología de Comunidades y Ecología Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil. 2015.

PARDO, C. R.; ELHAJJI, M. En tiempos de Sóngoro cosongo: Memorias de los encuentros interculturales migrantes en la ciudad de Rio de Janeiro Migrações transnacionais, interculturalidades, políticas e comunicação. *In*: COGO, D.; BAILÉN A. H.; ELHAJJI M. (COORD.). **Migrações transnacionais, interculturalidades, políticas e comunicação**. Barcelona: Universidad Autónoma de Barcelona, Institut de la Comunicació, p. 307-316, 2020.

SAYAD. Abdelmalek. **A Imigração ou os Paradoxos da Alteridade**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 1998.

4.2 EXPOSIÇÃO

Laura Queslloya

Vamos continuar agora com a Hiordana Bustamante, Hiordana é uma mulher, migrante boliviana de origem quechua, psicóloga, assistente social e ativista pelos direitos humanos, é membro da Rede de Extensão Universitária para Imigrantes e Refugiados, REUNIR, doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Psiquiatria e Psicologia Médica da Unifesp, palestrante do Projeto Refugiado Humano do SESC desde 2018, membro do Conselho de Promoção da Racial Igualdade Amarela, entre outros. *

Lineth Hiordana Ugarte Bustamante

Doutoranda na UNIFESP

Bom, vou começar, primeiramente agradecendo ao Hugo pelo convite de participar neste espaço de diálogo e construção, para mim é uma honra estar aqui e agradeço muito pelo convite.

Vou começar fazendo minha autodescrição, sou uma migrante boliviana, meus traços e fenótipos demonstram a minha origem indígena, mas eu realmente reconheci essa minha origem só quando me tornei migrante no Brasil, até então eu não me considerava de origem indígena. Estou com uma blusa em preto e branco, com estampas de folhas e pétalas. E espero realmente contribuir um pouco a partir da minha experiência, primeiro como migrante e depois como pesquisadora da migração, principalmente boliviana, então muito do que eu vou falar tem a ver com essa experiência de migração que vivi aqui no Brasil e também a partir da minha pesquisa com a comunidade especificamente boliviana, então vai ser um olhar bastante boliviano.

Vou começar fazendo ênfase em alguns elementos sobre a migração, primeiro dizendo que, ela faz parte da essência humana, da nossa história, a história da humanidade que é marcada por migrações, e isso está demonstrado nos estudos científicos que fizeram, que marcam o país, no continente africano, especificamente Quênia, que desde lá, os nossos

antepassados, os nossos ancestrais se movimentaram para sair para outros territórios, primeiro à procura de alimentação e depois de proteção. E sem essa história de migração que a humanidade tem, a gente não poderia viver toda essa diversidade que hoje caracteriza a humanidade, não somente no Brasil, mas no mundo inteiro, e o Brasil é marcado também com uma história de migração.

As causas da migração são diversas, e a gente está vendo cada vez mais o movimento de pessoas, a procura de melhores condições de vida, é importante dizer que nenhuma pessoa migra só porque sim! A gente tem que deixar toda uma história, toda uma bagagem cultural para começar do zero em outro território. Então, apesar de que a migração, ela é considerada pelos organismos internacionais e pelas leis como um direito humano, esse direito muitas vezes é violentado, é violado, não é respeitado. Cada vez mais a gente vem vendo como se constroem muralhas mais altas, como se pensam em estratégias para frear a migração com políticas restritivas. E seu único feito é colocar os migrantes, as pessoas, os seres humanos em maior risco, em maior vulnerabilidade, porque inclusive na época da pandemia a gente tem visto isso, pensávamos que a migração ia ser freada porque as pessoas iam ficar reclusas em casa, mas não, as migrações continuaram acontecendo. E a migração apesar de ser um direito humano, apesar de termos uma nova Lei de Migração no Brasil, a gente vive uma exclusão estrutural, existem muita ausência de oportunidades para os migrantes, mesmo aqueles migrantes que conseguiram fazer uma outra formação, começar do zero, essas pessoas não conseguem se colocar no mercado do trabalho e vemos uma amostra disso em todos os territórios, inclusive em São Paulo, onde tem uma política específica para a população migração, a situação dos migrantes que têm uma formação e que podem contribuir com o país é ausente ainda. É importante ver que a migração não pode continuar sendo vista como um problema, ela tem que ser assumida como uma oportunidade, podermos conhecer outras formas de ser, de estar e de saberes também.

Então, eu queria dizer que sem essa história de migração, o Brasil não teria se tornado esse país multicultural, pluriétnico e multilíngue. São povos indígenas que estão aqui presentes, são comunidades quilombolas, seringueiros, migrantes vindos de mais de 260 países do mundo que fazem todo esse mosaico, e formam parte deste território, embora muitas vezes não sejamos visibilizados. Eu estava lembrando um pouco disso quando a Rocio falava, né? O Lula falou que ia trabalhar pelo povo brasileiro, mas os migrantes muitas vezes não são mencionados nessas falas, apesar de termos um governo progressista.

Bom, eu queria também ressaltar que nós migrantes não somente trazemos nossas malas, mas com a partida para outros territórios, nós trazemos uma bagagem importante de conhecimentos, um acúmulo de experiências, saberes, sonhos, uma série de contribuições econômicas, sociais e culturais. E isso é importante reconhecer!

Mas nessa chegada para um outro território, principalmente para quem vem de uma cultura diferente, de um país onde o idioma também é diferente, pode ser que muitos migrantes vejam o novo país de destino como um choque cultural. O idioma, a cultura, os costumes, a forma de organização social, a forma de se locomover no transporte público, isso pode representar um choque.

Tem também um psiquiatra espanhol que trabalha a questão da migração há mais de 30 anos, Joseba Achotegui, que trabalhou bastante os sete lutos da migração e interculturalidade. Ele tem uma bagagem importante de materiais, inclusive para a área da psicologia, e ele diz que existem sete lutos da migração, a família e entes queridos, a língua, a terra, a cultura, o *status* social, o contato com o grupo de pertencimento, e a segurança física. E talvez aqui se possa ressaltar que a língua e a cultura é o que nos chega à mente primeiro, mas existem esses outros lutos também. Mas a gente não está falando de um luto pela perda, a gente está falando de um luto pela separação. E esse luto é possível de se elaborar sim! Mas na medida em que o país de destino providencie, trabalhe em oferecer estruturas para que esses migrantes possam superar essas perdas. Muitas pessoas têm que deixar os pais, os filhos, os amigos, começar a formar suas redes sociais de novo, têm que aprender uma nova língua, têm que deixar de lado seus ritos, tradições e costumes, inclusive a sua formação profissional.

Outro conceito importante que eu queria compartilhar é o conceito da aculturação, que acontece principalmente nesse momento em que a gente interage com outras culturas, e aí vão acontecer uma série de mudanças, que segundo o psicólogo canadense John Berry, existem quatro formas de responder a esse processo de aculturação. E ele vai dizer assimilação, que é quando o migrante não preserva sua cultura de origem e tenta manter contato apenas com os membros do grupo dominante. Então, ele esquece um pouco, deixa de lado, como quem diz "vou me concentrar aqui, vou aprender a falar o português, vou me comunicar com os brasileiros e eu vou esquecer um pouco do que é a minha cultura". A Separação seria outra estratégia, mas essa é quando o migrante consegue se manter na cultura original, consegue reproduzir, praticar a sua cultura e evita interagir com o grupo dominante, nesse caso digamos, a cultura brasileira. O outro processo que

seria talvez o mais nocivo para a saúde mental é a marginalização que ocorre quando o migrante deixa de lado a sua própria cultura e também não se interessa pela cultura do país de acolhida. E o ideal seria a integração, quando o imigrante, ele mantém sua herança cultural, mas também aproveita a oportunidade para conhecer outros saberes, outras culturas, e se abrir a outras possibilidades.

Agora, falando um pouco da memória, é importante que a gente compreenda que quando as pessoas migram, levamos uma bagagem de experiência, de conhecimentos, de saberes, de formas de fazer, de ser, que é importante preservar. E essa é uma responsabilidade não somente do migrante, mas de toda a sociedade, da sociedade brasileira, nesse caso. E é papel do psicólogo também, trabalhar para que esses saberes se preservem. Essa é uma foto que mostra de que maneira a gente, os migrantes, preservamos essa memória, participando de diferentes espaços, mostrando a nossa cultura, a nossa bagagem cultural, todo o nosso potencial. Este aqui é um evento que eu participei no SENAC de São Paulo, mostrando as formas de preparar diversos alimentos que se tem no nosso território e que, também conseguimos encontrar no Brasil, porque a comunidade de migração bolivianos é uma das maiores no Brasil. Então, contamos com essa possibilidade de encontrar chunho, quinoa, diferentes tipos de milho e batata. Preservando assim os nossos costumes, os nossos ritos. Esse, por exemplo, é uma imagem do Inti Raymi, que é a festa do sol, é o momento em que a gente renova as nossas energias, é mais conhecido como o Ano Novo Andino. Então, é importante também para o migrante preservar sua identidade cultural, nessa imagem, a gente está vendo pessoas da África, pessoas do Peru, e pra gente, esse momento aqui no Brasil, é um importante espaço de preservar a nossa cultura, de nos renovar, de renovar os laços com outras pessoas vindas de outros territórios também.

O território, não é somente um espaço físico, o nosso companheiro José, ele dizia, o nosso corpo também é um território, e eu concordo plenamente com isso, mas é esse território que também nos permite dizer, eu pertencço a esse espaço, eu sou daqui, e muitas vezes os migrantes não nos sentimos pertencentes à comunidade brasileira, se estamos no transporte, se estamos nos espaços de cuidado à saúde, se estamos na escola, e talvez, nesse sentido, a gente vai construindo um espaço que diga, sim, eu sou daqui, eu me sinto bem aqui. A gente tem uma praça em São Paulo, a Praça Kantuta, Kantuta é uma flor, um símbolo pátrio do nosso país, e é um espaço onde a gente pode demonstrar a nossa dança, a nossa música, as nossas comidas, falar no nosso próprio idioma, em Quechua, Aymara, Guarani. É um espaço, não somente de integração boliviana, mas de integração latino-americana, tem se tornado um espaço de integração latino-americana, temos aí

muitos peruanos, amigos paraguaios, inclusive amigos que vêm da África, irmãos do Haiti, que se encontram nesse espaço e se sentem parte desse espaço, e podem falar, vender suas comidas, mostrar sua cultura, sua arte. A imagem apresentada, por exemplo, é uma fotografia da Feira da kantuta, e a outra é o evento da Festa do Migrante, que ano após ano acontece no Museu da Imigração do Estado de São Paulo, acontece a Festa do Migrante, e bom, acho esse ano vai acontecer dia 17 até o dia 21 de novembro de 2023, se não me engano. Esse é um espaço onde os migrantes têm a oportunidade de mostrar e dizer à comunidade brasileira, estamos aqui, fazemos parte desse país também. Então, quem puder ir para São Paulo, quem estiver em São Paulo, aproveite para conhecer outros migrantes de diferentes partes do mundo.

Trouxe para compartilhar, diferentes imagens de como a nossa identidade é preservada, é uma resistência à assimilação, preservar a nossa cultura, nossas tradições. Aqui vemos um grupo que se chama kollasuyu Maya, um grupo integrado por homens e mulheres que participam em diferentes espaços para mostrar que nós também temos uma riqueza cultural, que muitas vezes não é valorada, não é reconhecida. As pessoas preferem viajar de férias para Europa, França, Estados Unidos, Nova Iorque, e esquecem que tem países aqui perto que tem uma bagagem cultural muito rica, que também estão ali para receber as pessoas. Me lembro que quando eu cheguei, uma moça me perguntou, “de onde é você?”, da Bolívia, “E onde é que fica a Bolívia?”. Então, não se conhece, inclusive muitos brasileiros não se reconhecem como latino-americanos.

Outro dia eu estava vendo um brasileiro falar de Mato Grosso e dizer, o rio que atravessa o Paraguai, é o rio Paraguai, mas 90% dele está em território brasileiro, então, ele é mais brasileiro do que sul-americano. Lamentavelmente existem diálogos desse jeito que nos perguntam, onde que ele está? Então, preservar nossos costumes e tradições é uma resistência, uma luta por preservar a nossa identidade. A comunidade boliviana é muito grande e conseguimos nos organizar em diferentes grupos, desde diferentes áreas. O que não acontece com alguns migrantes, por exemplo, Irã, Síria, onde a comunidade é mais pequena e, às vezes, em alguns municípios, sequer tem outras pessoas desses territórios. Então, a integração para essas pessoas vai ser mais difícil.

Agora o que eu queria trazer, já que estamos em um espaço de psicólogos, é refletir sobre a questão da saúde, do ponto de vista da migração e de todos os elementos que eu trouxe, é importante que a gente compreenda que a diversidade cultural, atravessa todas as dimensões da nossa vida. E quando se fala de saúde, é importante também levar em

consideração essa parte cultural. O ser humano não se resume a um ser biopsicossocial. Então, a parte cultural é uma parte mais, mas que tem que ser levada em conta também, porque os nossos sintomas, eles são vividos a partir da nossa experiência, da nossa vida, das nossas costumes, inclusive a forma como a gente vai responder a esses sintomas, a essas doenças, digamos, em termos físicos, ou inclusive em questões de saúde mental, tem a muito a ver com como a nossa mãe nos cuidava.

Eu trouxe aqui um exemplo sobre o amarelo, esse é um problema ligado mais com a saúde mental, que é muito típico da Bolívia e acontece muito quando as pessoas vão se separar. Então, para preservar a saúde mental dessas pessoas que estão se separando, o que os pais fazem é fazer uma fita vermelha e colocar no braço, aqui no pulso das crianças, para que essas crianças não sofram com a ausência desse ser querido. É um rito muito importante, eu lembro que meus pais fizeram isso com minhas filhas quando me mudei para o Brasil, para que elas não sintam tanta falta, porque temos casos, inclusive, de crianças que chegaram a morrer por essa questão. Outro exemplo, por exemplo, é o manch'arisca, ou jap'ega, que acontece em situações de muito estresse, de muito trauma, em na nossa cultura acredita-se que perde o ajayu, se perde a alma. Então, para recuperar esse equilíbrio, essa harmonia, digamos, entre a natureza e o meu corpo, por exemplo, se fazem uma série de ritos, uma série de cerimônias com o chamá, o yatiri, para recuperar o equilíbrio.

Bom, nesse sentido, falando da questão da cultura, alguns autores dizem que é importante reconhecer isso, sabendo que mesmo a gente tendo uma formação em psicologia, tendo mestrado, doutorado, não sabemos tudo. É humildade cultural, reconhecer que não sabemos tudo, e nesse sentido, temos que correr atrás, reconhecer, e depois poder ter habilidades e elementos para lidar com toda essa diversidade, todas essas diferenças, todas essas características que acometem principalmente os migrantes, o que se conhece como competência cultural. E nesse processo de competência cultural, podem haver vários estágios, desde um nível mais embrionário até a competência propriamente dita. Mas esse processo também não tem um fim, é um processo contínuo, permanente, porque estamos falando de pessoas que vêm de mais de 260 países do mundo, imaginem o que podemos aprender, compreender. Trouxe alguns desafios que provavelmente ainda se repetem:

1. Pensar em estratégias terapêuticas para a valorização das memórias culturais positivas, oferecendo espaço para a expressão e validação das experiências de perda.
2. Desenvolver estratégias de integração que respeitem e valorizem a identidade cultural dos migrantes.
3. Receber treinamento em competência cultural.
4. Inclusão de terapeutas e profissionais da saúde mental de diversas origens culturais.

E finalmente quero concluir com esta frase, que possamos construir uma psicologia mais intercultural, mais comunitária, popular e libertária, que leve em consideração os saberes e as perspectivas da diversidade dos povos, que possibilite a recuperação das práticas e saberes ancestrais para o cuidado integral, resgatando a identidade, a memória, o território, ampliando a visão do imaginário que as pessoas têm da psicologia. Criando espaços de cuidado e autocuidado, não só na nossa casa, ou nas instituições onde trabalhamos, mas também em nossos bairros e comunidades, na sociedade da qual fazemos parte.

Aqui eu deixo um material para leitura.

Gracias!

4.3 EXPOSIÇÃO

Laura Queslloya

Continuando recebemos agora Lassana Danfá, graduado em bacharelado em psicologia e formação é da universidade e formação do psicólogo pela Universidade Federal de Pernambuco, doutor e mestre em psicologia pelo programa de pós-graduação em psicologia da USP, professor visitante da Universidade de Pernambuco, membro do Laboratório de Interação Social Humana, vinculado ao departamento de psicologia.

Prof. Dr. Lassana Danfá

Professor visitante do Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Alagoas (IP/UFAL).

(...) Eu vou me autodescrever, sou proveniente da Guiné-Bissau, sou um homem negro africano, eu estou vestido nos moldes africanos, acho que já pra caracterizar. Vivo no Brasil há uns quatorze anos, onde eu fiz toda a minha a minha formação acadêmica e muito feliz pelo convite do CREPOP, principalmente o CREPOP de Recife, né? No caso, Pernambuco e muito feliz de poder compartilhar mesa com colegas da América Latina, no caso Laura, Hiordana e Linê, eh, é sempre bom participar desses debates. E eu parableno também o CREPOP, porque eh, a psicologia finalmente, eh, tá participando no processo de uma ética de reparação, porque a psicologia reconheceu que no passado contribuiu um pouco para a exclusão de alguns grupos sociais, eh, estou falando da psicologia de Renato Kehl, estou falando da psicologia que participou no momento de eugenia, eh, eu estou falando de uma psicologia que participou inclusive no congresso de mil novecentos e vinte e nove (1929), que fez recomendação pro estado brasileiro de tipos de imigrantes que deveriam compor a nação brasileira. E nesse caso, os imigrantes que são não-brancos, onde situa basicamente os negros e e os indígenas, não eram desejáveis no Brasil (Masiero, 2005).

Então, acho que o CREPOP tá fazendo um trabalho excelente de poder, é trazer a psicologia para um debate daquilo que Achille Mbembe denomina de uma ética de reparação (Mbembe, 2018). Veja, a minha fala, hoje como um todo, ele vai centralizar

muito mais na questão de como reparar essas questões. Eu acho que a gente não chegou na crise migratória por uma obra do acaso, ou seja, não foi uma inundação, não foi um desastre natural, houve acontecimentos históricos que provocaram isso. E se existem acontecimentos históricos que provocaram isso, existe uma possibilidade disso ser reparado. Eu não estou falando disso, eh, basicamente a partir da minha leitura única, eu estou falando de uma pessoa que estudou a imigração, a minha tese de doutorado, mas eu vou trazer alguns autores, eu vou trazer alguns exemplos que demonstram como é possível a gente reparar isso que foi criado. O próprio nome da mesa, que é a questão da cosmovisão e identidade, já remete a um processo histórico que provocou tudo aquilo que hoje estamos vivendo.

Se a gente fala de islamofobia, a gente está falando de uma colonização que aconteceu no norte da África e que depois esses mesmos sujeitos que foram colonizados foram para a França procurar uma vida melhor. Se a gente está falando da, como é que se diz, da crise migratória na Europa por conta dos africanos, a gente está falando de seres humanos que foram historicamente dizimados e que historicamente foram subalternizados e que conseqüentemente foram para a Europa procurar uma nova, uma nova vida. Eu trabalho muito com Frantz Fanon e, Frantz Fanon dizia uma coisa que pra mim é interessantíssima, ele dizia assim: aqueles que colocaram os seres humanos nessa condição de subalternização que ajudam a reparar os danos que foram causados (Fanon, 2005), ou seja, todos nós somos responsáveis, negros, brancos, indígenas e por aí vai, para poder resgatar a humanidade que foi perdida por conta desses processos históricos.

Eu não estou falando isso da minha cabeça, eu vou dar um exemplo claro. O Haiti foi a experiência negra mais bem sucedida de luta contra a escravidão. Você vai encontrar essa discussão no livro de Susan Buck-Morrs (2017), que é um livro intitulado “*Hegel e o Haiti*”, onde ela demonstra que todo o projeto iluminista só conseguiu se vingar por contra as reivindicações que já existiam no Haiti. E eu estou falando também do Haiti, de um país que libertou a América Latina, porque quando Simón Bolívar precisou da libertação da América Latina, ele recorreu ao Haiti pela experiência que o Haiti teve na luta contra a escravidão. Ou seja, o Haiti pagou o preço de se libertar. Eu estou falando isso de forma muito triste, ele pagou preço de se libertar. Por que eu estou falando isso? Eu estou falando isso a partir do livro de um francês, chamado Thomas Piquet. Ele publicou um livro chamado “*Breve História da Igualdade*”. Neste livro, Thomas Piketty (2022), que é o autor contemporâneo, vivo ainda, sociólogo, ele contou uma história do Haiti passar 75 anos pagando mais de 150 milhões da França por eles se libertarem.

Ora, você vai me dizer que o Haiti está emigrando hoje por conta de uma obra do acaso? Ou por conta desse acontecimento? Por que a humanidade não cobrou da França uma reparação a esses 150 milhões que o Haiti precisou pagar por cerca de 75 anos? Por que a humanidade não cobrou da Inglaterra, por eles cobraram as colônias de Barbados e outros lugares, deles pagarem também, por eles se libertarem da condição de escravidão? Por que a humanidade não cobrou centenas de impostos que foram cobrados aos africanos na época da colonização, que hoje colocou a África na condição em que se encontra?

É por isso que eu não estou achando que não se trata de uma obra do acaso. Aconteceram processos históricos que provocaram isso. O projeto iluminista fracassou à medida em que todos os pensadores iluministas, Johnny Locke, que era a companhia, ela até citou (fazendo referência a uma pessoa da plateia), que foi o maior acionista de uma das maiores companhias de escravidão na Inglaterra. Quem é John Locke? O pai do liberalismo. O Rousseau ficou em silêncio com a escravidão negra. Thomas Hobbes, a mesma coisa, ou seja, todos os autores de iluminismo ficaram em silêncio com a questão negra. Ou seja, não é uma obra do acaso, o iluminismo fracassou. Devemos considerar esse fracasso (Delacampagne, 2013).

E aí eu vou contar uma outra questão que o Thomas Piketty vai discutir no seu livro. Porque eu não estou criando, não estou sendo ilusório. Não estou tendo uma ilusão aqui. Estou contando coisas que é possível dar. Os judeus foram 6 milhões de povos exterminados por conta do Holocausto. Não se compara com o caso de genocídio belga, de jeito nenhum. Veja, eu não estou desconsiderando que o caso judaico é um caso de extermínio. Estou considerando que é um caso de extermínio. Mas há uma questão que Aimé Césaire (2010), que escreveu o livro “*Discurso sobre a Negritude*”, que ele vai dizer. O que não perdoa o Hitler foi o fato dele provocar no homem branco aquilo que eles vinham fazendo com os outros povos. Por isso que todo mundo ficou horrorizado. Porque se não acontecesse com os homens brancos, será que teria esse mesmo impacto?

E aí eu vou contar mais uma história mais triste ainda da situação. Primeiro, a Alemanha participou em vários debates depois do Holocausto. A partir de 1952, Thomas Piketty, no seu livro, ele vai trazer, não é apenas Thomas Piketty, um outro autor, aliás uma autora, que é uma pessoa lá da UNILAB, Eliane Barbosa da Conceição (2023), traz no seu livro “*Tributação justa, reparação histórica, uma discussão necessária*”, que a Alemanha pagou aos judeus financeiramente pelo preço que os judeus passaram pelo Holocausto, pagaram pelo Holocausto. Eu vou contar os valores aqui. Ou seja, em 1952, a Alemanha

pagou 715 milhões de marcos, correspondente hoje a mais de 7 milhões de dólares aos judeus, por conta dos danos provocados pelo Holocausto. Logo em seguida, em 1965, pouco tempo depois, essa mesma Alemanha pagou 983 milhões aos judeus, reparando os danos causados pelo Holocausto. Até a década de 80, a Alemanha foi obrigada a pagar aos israelitas judeus e não judeus, equivalente a 146 milhões, ou seja, até a década de 80.

Quanto foi pago para os haitianos, os africanos? Alguém sabe o valor? Será que é uma ilusão se a gente pedir isso? Será que é pedir demais? Todo mundo estava dizendo aqui, nenhuma política pública resolve. Se uma política pública que já fez sucesso, qual? Os judeus foram reparados. Essa é a política pública que deu certo. Por que que esses exemplos dos judeus não foram pegos para aplicar aos indígenas, aos negros e aos africanos que foram historicamente dizimados? É fácil culpabilizar o fenômeno natural, no caso, como é que se diz, o terramoto do Haiti. Mas não foi isso que tudo empobreceu o Haiti, gente. Aos 75 anos de pagar uma dívida à França, por que a França não devolveu? Se isso foi pago para os judeus, a Alemanha fez isso, por que que a Europa, isso é uma questão humanitária, por que que a Europa não devolve aquilo que roubou do continente africano? Essa questão imigratória hoje teria sido resolvida. É como se a gente não soubesse onde estaria a causa. Todo mundo sabe a causa, gente. Ninguém é ingênuo para não saber que a causa original de toda essa questão é pelo fato desses lugares foram historicamente dizimados e até hoje continua a mesma situação. E todo mundo acha que aconteceu por um maluco acaso. Ou seja, não podemos fazer nada. Vamos criar políticas públicas, vamos tentar resolver aqui e acolá, e os problemas sempre vão continuar persistindo. Mas se a gente reparasse pelas famílias, será que a gente chegaria até aqui? Se os africanos foram pagos, será que a gente chegaria até aqui?

Veja, eu estou falando de um continente, que teve importância enorme na história da humanidade. Alexandria, que abriu as portas da Universidade do Egito para acolher Pitágoras, para acolher todos os grandes pensadores que você vai encontrar na obra de Cheikh Anta Diop (1974) e Anténor Firmin (2016). Eu estou falando, como é que se diz, de céus humanos, que contribui bastante para a construção da administração da Península Ibérica. E que depois o próprio Colombo aprendeu com os africanos os instrumentos de navegação que ele usou para invadir a América Latina. Eu estou falando também de um continente que teve um papel importante no Mar Mediterrâneo, que era um encontro de muitas civilizações. É exatamente no Mediterrâneo que tudo aconteceu, é exatamente ali que a Europa se ergueu, a partir da fusão de várias culturas. Ou seja, a Europa, como dizia Fanon (2005), é também uma construção africana. Todos os lugares do mundo

pertencem aos africanos. Por quê? Os africanos ajudaram a erguer a humanidade como um todo. Mas os africanos são os grupos sociais, ou seja, imigrantes, mais vulneráveis. Por quê? Porque a África é um lugar onde mistura uma multiplicidade de subalternidade: negro, um continente precarizado, e os seres humanos onde todo mundo acha que pode falar qualquer coisa sobre africano e dá certo. Você pode falar qualquer coisa sobre africano e pega. Ou seja, mesmo quem não conhece a África fala sobre a África.

E aí a Linné trouxe uma reflexão. A própria categoria xenofobia. Será que é todo imigrante que desencanta? Será que é xenofobia ou aversão a determinados grupos sociais? Ou seja, o conceito da xenofobia é um conceito frágil para você dar conta do fenômeno da imigração. Porque não é com um imigrante alemão, de olhos azuis, que existe uma aversão. Não é com um imigrante inglês que existe uma certa aversão. São imigrantes negros, indígenas, latino-americanos, mexicanos, muçulmanos, árabes e por aí vai. Ou seja, a categoria xenofobia é uma categoria frágil para pensar o fenômeno da imigração, com todo respeito. Não se trata de troca cultural, porque essa troca cultural, ela ainda passa a ser uma troca onde o que predomina é o modelo de pensamento eurocêntrico. Se predomina o modelo de pensamento eurocêntrico, essa troca intercultural é frágil. Então, é preciso pensar a opção pelos modelos contra-hegemônicos e pensar nos sujeitos atuais.

Vou caminhar a minha fala para focar numa outra questão. A questão de pensar a reparação, pensar a questão da memória histórica da reparação. O que estou querendo dizer com isso? Será que moralmente as pessoas olham para um africano e consideram que esses africanos, aquilo que eles sofreram historicamente, merece um peso moral? Será que quando olhamos tudo aquilo que aconteceu com a África, olhamos como um lugar de pena, de coitadismo, ou olhamos moralmente e pensamos que eles foram historicamente massacrados? Será que olhamos para essa questão? A primeira questão que se coloca é olhar para esse fenômeno a partir de uma dívida, de uma memória histórica verdadeira (Conceição, 2023). A gente ensinar as crianças, ensinar nas universidades que aquilo que aconteceu com os africanos é moralmente inaceitável, da mesma forma que todo mundo acha moralmente inaceitável o holocausto. Simples. Essa é a primeira questão. Na segunda questão, aqueles que criaram toda essa situação de dizimar os povos, de escravidão e tudo mais, eles devem ser obrigados pelos governos de devolver aquilo que eles roubaram. Isso no Brasil, em todos os lugares do mundo. Eles devem ser obrigados. Isso seria um processo de restituição, ou seja, o governo exigiria daqueles que criaram tudo aquilo de reparar (Conceição, 2023).

Eu vou dar um exemplo. Quando terminou a escravidão no Brasil, por conta do... Eu não sei nem se terminou. Mas enfim, acho que nem terminou. Quando terminou, quando aconteceu a abolição, vamos chamar assim, a abolição, os negros foram deixados a Deus dará. Vocês acham que, se isso acontecesse com os brancos, estariam na condição em que estiveram hoje? Ou seja, terminou a escravidão, foram soltos, vão-se embora, não temos nada para vocês, sigam a vida de vocês e que tudo vai dar certo. Ou seja, vai acontecer uma obra de acaso, vocês vão conseguir se erguer. E aí, o que aconteceu? O Brasil Imperial, isso você vai encontrar no livro de Sérgio Guimarães (2021), que é, no caso, *Modernidade Negra*, onde ele vai dizer justamente que o Brasil Imperial deu como moeda troca e indenização aos fazendeiros, os ex-escravizados. A categoria empregada doméstica não nasceu por acaso, foram essas mesmas pessoas escravizadas que foram colocadas como moeda de troca, ou seja, nós acabamos com a escravidão, então nós temos que entregar alguma coisa para vocês. O quê? Os negros estão soltos, sem nada para trabalhar, sem lugar, sem-terra, eles vão acabar indo para as fazendas de vocês, continuar sendo escravizados. Isso é um pacto do Brasil Imperial com o Brasil Republicano. Ou seja, esse pacto do Brasil Imperial com o Brasil Republicano exatamente criou essa situação. Ou seja, vamos deixar os negros soltos, então vocês podem pegar os negros soltos e levam para as fazendas de vocês, que continuam a mesma lógica de escravidão (Guimarães, 2021).

É por isso que toda vez que a gente escuta fulano foi pego, fulano foi liberto de uma condição análoga à escravidão, fico irritado. Não é análogo, é uma condição de escravidão, esse termo análogo, é um engodo. Não é análogo. E eu estou falando de uma questão que é uma regra, não é uma exceção, é uma regra. Acontece muito mais do que a gente imagina. A gente só vê aquilo que aparece na mídia, mas é algo que acontece o tempo inteiro. Me desculpem pela tonalidade da voz, acho que às vezes são assuntos que... São assuntos que às vezes.... São assuntos que geram às vezes uma certa revolta, não tem como falar. E aí eu vou partir para a final da minha fala, ficando naquilo que o Mbembe (2022) vai dizer.

Achille Mbembe escreveu um livro recentemente chamado *Brutalismo*, onde ele me alertou para uma coisa que não estava nem pensando. Onde ele vai colocar que os africanos são exatamente os que menos emigram. Por quê? As fronteiras o tempo inteiro são fechadas para os africanos, porque eles são imigrantes indesejáveis. A Europa fecha a porta para os africanos, Estados Unidos fecha a porta para os africanos, América Latina fecha a porta para os africanos. Ou seja, de todos os cidadãos que vivem na Europa, os

africanos da África do Norte, da África subsaariana, não chegam nem a um por cento de imigrantes na Europa. Mas a ideia que se passa é que todos os dias os africanos tentam passar e chegam na Europa. Não, não existe isso. Eles não conseguem nem passar. Por quê? Há um policiamento nas fronteiras. Isso culmina em quê? Crianças morrendo. Isso culmina em quê? Gente, como é que se diz, asfixiado. Isso culmina em quê? Violências (Mbembe, 2022). Todo tipo de coisa que você imagina na passagem entre Espanha e Marrocos, por aí vai, naquelas áreas aí. É claro que isso não comove ninguém. É claro que imagina. Como é que isso vai comover se moralmente eu não considero escravidão, se moralmente eu não considero o massacre do Congo Belga, se moralmente eu não considero nenhuma daquelas atrocidades que acontecem na África como sendo algo atroz?

Mbembe disse isso no livro “*Políticas de Inimizade*” (Mbembe, 2020). Mbembe disse isso. O projeto de campo de concentração e de extermínio sempre existiu. O Holocausto não foi a primeira coisa que inaugurou. Mas se torna o único exemplo da desumanização. E a gente precisa pensar qual é o caminho que a gente precisa traçar para poder resolver isso. Então, o exemplo que eu trouxe aqui do caso dos judeus, que foram reparados, é um exemplo que deu certo, porque hoje em dia a gente encontra nos imigrantes vulneráveis os judeus. Imagina, a gente encontra. Ao longo de todo esse debate não apareceu nada para os imigrantes judeus. Porque os judeus tiveram processo de reparação. A gente todo mundo sabe o caminho. A Europa sabe o caminho. Os Estados Unidos sabem o caminho. O Brasil sabe o caminho. É indenizar materialmente os danos que foram causados pelos grupos. Isso tem que ser financeiramente. Pegar o dinheiro e entregar para as pessoas que vocês roubaram. Simplesmente. Isso resolveria toda essa questão. E todas as políticas públicas dariam certo.

Mas você me pergunta, Lassana, será que as crianças negras que cresceram hoje entendem que merecem aquilo? Você tem políticas de cotas. Que dentro das esquerdas há uma discordância. Você vai encontrar gente que é progressista que é contra políticas de cotas. Que se diz progressista. Como é que você se considera antirracista se você é contra qualquer medida econômica de reparação de danos contra os negros? Você não é. Você precisa reler. Você precisa reler Fanon. Você precisa reler Paul Gilroy (2012). Você precisa ler uma infinidade de autores que vão te direcionar. Mas não é possível você ser antirracista e não apoiar as medidas econômicas que beneficiam a população negra. Não é possível você ser antirracista e não apoiar todas as políticas governamen-

tais que favorecem a comunidade negra. Gente, eu não acredito em um antirracista assim. Um antirracista, para mim, é aquele que abre as portas do emprego para o negro. Porque ele sabe que as portas vão se fechar para o negro. Um antirracista, de verdade, é aquele que abre portas para imigrantes sem perguntar o seu próprio nome. Quando eu falo perguntar o seu próprio nome, é no sentido metafórico. Sem perguntar que sotaque você tem. Sem perguntar qual é a sua origem. Sem perguntar qual é a sua tonalidade de pele. Mas é claro que isso é difícil, quando a gente pensa, por exemplo, na situação atual.

A outra parte da humanidade que é fechada, que não sai, é exatamente o caso da Palestina. É uma parte da humanidade enjaulada, como diz um Mbembe (2022). Há uma sedentarização absoluta, ou seja, os africanos foram obrigados a ficar na África, porque não podem sair. Em nenhum lugar do mundo os africanos fecham as portas. Estou falando disso pela experiência. Além dessa questão, você vai encontrar a mesma questão na Palestina. Ou seja, é uma comunidade enjaulada (Mbembe, 2022). Ou seja, será que todo mundo tem a mesma possibilidade de mobilidade? Não. Os africanos não têm. O desafio da África é poder se mover. O africano não pode se mover a qualquer lugar, porque ele é indesejável. Esse é o imigrante que eu estou dizendo. Eu passei 14 anos no Brasil. Ao longo da minha graduação, eu comunicava muito pouco com os colegas da sala. 5 anos da minha graduação, depois do mestrado. O mestrado já melhorou, depois do doutorado e tudo mais. Mas os meus 5 anos de graduação foram terríveis. De trabalho de grupo. Não veem as pessoas africanas como inteligentes. Esperam de mim sempre que eu danço, que eu faço qualquer coisa, menos achar que eu tenho qualquer coisa de intelectual. Então, acho que eu termino a minha fala dizendo que todos nós devemos pegar o livro da Eliane Barbosa da Conceição, que é *Tributação Justa e Reparação Histórica* (Conceição, 2023). Ela publicou recentemente. Para mim, esse livro deve ser a bandeira de todos os debates de políticas públicas. Por quê? Porque nesse livro, ela mostra... Ela é professora do UNILAB, lá do Ceará. Ela demonstra nesse livro exatamente como são os caminhos que podem ser seguidos para poder reparar, de ponto de vista material e de ponto de vista moral, todos os danos que foram causados para as populações negras e outras populações subalternizadas. Muito obrigado.

Referências:

BUCK-MORSS, S. **Hegel e Haiti**. São Paulo: n-1 edições, 2017.

CÉSAIRE, A. **Discurso sobre negritude**. Belo Horizonte: Nandyala, 2010.

Conceição, E. B. **Tributação justa, reparação histórica: uma discussão necessária**. Belo Horizonte: Letramnto, 2023.

DANFÁ, L. Pensamento psico-filosófico e racismo. *In*: JARDIM, F. A. A.; SILVA, M. A. C.; SILVA, R. O. (Orgs.). **Múltiplos olhares para as relações raciais na educação**. EDUNEB, p. 27-58, 2023.

DELACAMPAGNE, C. **História da escravatura**. Lisboa: Texto & Grafia, 2013.

DIOP, C. A. (). **A origem africana da civilização: Mito ou Realidade**. Lawrence Hill & CO, 1974.

FANON, F. **Os condenados da Terra**. Juiz de Fora: UFJF, 2005;

FIRMIN, A. **De l'égalité des races humaines: anthropologie positive**. Collection XIX, 2016.

GILROY, P. **O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência**. São Paulo: Editora 34, 2012.

GUIMARÃES, A. S. A. **Modernidades negras, a formação racial brasileira (1930-1970)**. São Paulo: editora 34, 2021.

MBEMBE, A. **A Crítica da Razão Negra**. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MBEMBE, A. **Políticas da inimizade**. São Paulo: n-1 Edições, 2020.

MBEMBE, A. **Brutalismo**. São Paulo: n-1 Edições, 2022.

MASIERO, A. L. A Psicologia racial no Brasil (1918-1929). **Estudos de Psicologia (Natal)**, v. 10, n. 2, p. 199-206, 2005

PIKETTY, T. **Uma breve história da igualdade**. Editora Intrínseca, 2022.

4.4 DEBATE DA MESA COSMOVISÕES, MEMÓRIAS, TERRITÓRIO E IDENTIDADE

Laura Queslloya

Obrigada. Agora abriremos para os nossos blocos de perguntas. Por gentileza, serão somente três. Faremos as três perguntas para depois passarmos para os nossos palestrantes.

Gabriel Godoi

Boa tarde a todos, todas e todes aqui presentes. Primeiro, parabenizar o CFP pela composição da mesa e, principalmente, por essa mesa ser composta por pessoas que realmente sabem o que falar sobre migrações. Então, acho que isso é bem importante. Retomando essa última fala do professor Lassana, eu queria colocar uma composição também antes da pergunta, que é lembrar um texto do historiador Thal Gollin, que publicou no Rio Grande do Sul, que se chama Os Cotistas Desagradecidos, em que ele vai falar que a primeira política de cotas do Brasil se deu principalmente no Rio Grande do Sul para as imigrações alemãs e italianas, as cotas de terra que foram concedidas, cotas na agricultura, principalmente, que compôs aquela imigração necessária numa época de embranquecimento do Brasil. E isso não é falado também hoje em dia, o quanto esses outros povos imigrantes também se beneficiaram de políticas de reparação, políticas do governo federal, para que pudessem hoje estar numa posição de privilégios. Então, isso me bate com a minha pergunta, porque a nossa profissão da psicologia tem uma tendência histórica de tirar a história das coisas, de essencializar as subjetividades. Então, quando a gente vai pensar numa política pública de imigrações, acho que o que eu fico pensando é como a gente evita a armadilha de essencializar os povos imigrantes que estão em situação de vulnerabilidade, que são as pessoas negras, as pessoas latino-americanas, as pessoas indígenas, as pessoas da população LGBTQIA+. Como a gente não essencializa a

vulnerabilidade nessas populações, dos povos desses territórios, e como a gente trabalha numa diretriz de autonomia, de concessão de direitos, de sujeito de direitos. Acho que essa é a grande questão. O imigrante não é só o imigrante africano, o imigrante também era o imigrante italiano, todos são imigrantes, mas uns são vistos como menos sujeitos do que os outros. E eu acho que é isso que a psicologia faz muito, como a gente não faz isso a partir de agora. Acho que essa é a minha questão.

Paula de Paula

Obrigada mais uma vez, à mesa. Gostaria de lembrar, Lassana, seguindo você, que toda política de ajuste fiscal é racista. E quando temos essas propostas de ajuste fiscal que vem desde o Consenso de Washington, isso é premeditado, vemos concessões para os grandes capitalistas financiarem a política pública. Isso está acontecendo agora, com a privatização dos presídios. E eu me lembro muito que o Celso Mourinho comentou na ocasião do terremoto em Nuenti que não precisaria de ajuda humanitária, bastava liberá-los da dívida que eles já tinham pagado há muito tempo.

Gostaria de ouvir de você sobre a questão posta pelo presidente de Israel quando ele justifica o desrespeito ao povo palestino, apresentando um mapa que inclui o desaparecimento tanto da faixa de Gaza quanto da Cisjordânia. Há uma reorganização do Oriente Médio pensando em uma potencialização do poder OTAN dos Estados Unidos. Então, eu gostaria de ouvir sua opinião sobre isso, porque me parece que esse conflito tem muito interesse em fortalecer esse bloco, em detrimento do BRICS+. Eu queria escutar você um pouco sobre isso.

Altieres Frei

Boa tarde, muito obrigado pela mesa, pelas colocações. Vou ser breve na questão. O professor Lassana citou o brutalismo do Chilimbembe. A gente tem podido visitar a obra do Inbembe, usamos aqui necropolítica quase tanto quanto usamos. Que espaço potente, virou um chavão, um clichê. Mas no Necropolítica, o Inbembe, dentro daquela tese da

África ser a jazida da humanidade, ele fala de uma proposta de revisitarmos isso, ele dá três categorias. Uma é o afropessimismo, esse a gente conhece muito bem, imagem de terra devastada, mas ele fala de outras duas chaves. O afrofuturismo e o afropolitanismo. Então, temos essa carência de pensarmos, de revisitarmos o futuro, as visões de futuro. O afrofuturismo nos traz essa estética, a gente bebe muito de Fenacult, é como a gente consegue acessar isso aqui no discurso universitário, pelo menos. Mas eu fico curioso com essas visões. Então, na sua visão, por favor, se for possível, como a gente poderia construir tanto essa imagem de afrofuturismo, o que a gente tem de referências para fazer essa caminhada? E, principalmente, o afropolitanismo. Eu, aqui, nos meus conhecimentos, vou montando o signo, pole, cidade, quer dizer, pensar essa experiência em comum. Eu gosto muito de uma ideia do professor Peter Paul Pelbert, que fala que a gente tem uma visão de comum, que é o resgate do comum, como se o comum fosse o perdido. Nunca houve comum. O comum está por ser inventado. Então, talvez as poles estejam por serem inventadas. Acho que o desafio de pensarmos as cidades, é pensar nessas invenções. Então, aí, ouvindo esses ecos de Alexandria, esses estilhaços que vêm, fica essa curiosidade de pensar suas visões sobre isso. E aí, para os demais colegas da mesa, se cabe pensar o análogo aqui na América do Sul. Como a gente pode pensar o equivalente ao afrofuturismo se a gente diluísse o imperialismo brasileiro nesse cenário em que nós não nos reconhecemos sul-americanos? E que cidades? Porque, claro, eu não conheço, não tive a oportunidade de ir em Machu Picchu, por exemplo. Mas se aquilo também é um modelo que às vezes nos escapa, que os incas eram imperialistas, que aquilo também era o império, que também houve resistência. Então, como pensar essa experiência comum em cidades, em aglomerados humanos?

Laura Queslloya

Só queria complementar as perguntas, já foram três, mas conversando com as companheiras, Catalina, pensando na maternidade transnacional e como as redes de apoio e de afeto constituem a necessidade da existência dessas redes. E Jordana, aqueles conflitos culturais e generacionais que você comentou, que tem a ver com a criança e a separação dos pais e na criação dos filhos, como isso repercute sobre a identidade dessas crianças? E aí deixo a palavra com Lassana.

Gente, são perguntas extremamente interessantes. Começando com a pergunta dele. Desculpe, eu não conheço o seu nome. Gabriel. Quando você toca na questão de políticas de cotas, existiu historicamente a questão de políticas de cotas na universidade para brancos. Em 1950, existia a lei chamada Lei do Boi, onde os filhos de fazendeiros podiam ingressar na universidade, fazer um curso de engenharia, sem precisar passar por vestibular. Ninguém questionou isso. O projeto imigratório também no Brasil é um projeto de cotas. Os imigrantes foram beneficiados financeiramente por poder ingressar no Brasil. E não bastasse isso, eles tinham direito à terra, mas os negros foram proibidos. Os negros foram proibidos. Por isso que eu estou falando de medida reparatória. Foi colocado na própria lei de que os negros não podiam ter direito à terra e nem estudar. Então, todas essas medidas que eu estou falando aqui, existia uma legislação que barrou os negros e minimamente de acessaram os direitos mínimos. E quando eu falo de políticas de cotas ainda, eu preciso dizer isso, os negros são aprovados. Eles fazem a seleção. Eles não são reprovados... Eles fazem a seleção. Essa é a grande confusão que se faz. E sabe por que criaram a questão de sorteio para a política de cotas? O sorteio. Porque começou... Como leva em consideração 20% e tinha que ter minimamente três vagas para poder tirar de cotas, as universidades começaram a fragmentar os concursos para dificultar o acesso aos negros. Essa é a questão que o STF criou, a questão do sorteio. Obrigatoriamente, ter vagas que tem que passar para um negro aprovado. Então, só para você entender. Ainda assim, muitas vezes, não acontece.

Então, as políticas afirmativas já existem para os brancos. E tem uma questão que é muito séria. A questão de cotas existiu para cinco grupos sociais, mas a maior aversão é dirigida aos negros. Veja como o raciocínio é forte. Indígenas, pessoas de escolas públicas, que podem ser pessoas brancas, pessoas com deficiência, pardas, que eu considero também pessoas negras, de certa forma. Então, não lembro o quinto grupo, mas são os cinco grupos sociais. Mas a maior aversão é em relação a cotas para negros, para você ter ideia de como é a questão do racismo no Brasil. E ainda as pessoas dizem que são antirracistas, mas não defendem essas medidas. Eu não consigo entender, realmente. É preciso estudar mais o antirracismo. Talvez ler mais Fanon e outros autores nos ajude mais. Com todo o respeito para os autores mais contemporâneos, eu acho que sou ainda muito inexperiente nesse debate. Nem me aventuro a escrever livros. Eu vou ainda muito mais nos artigos. Eu prefiro ler Fanon e outros autores para aprender mais. Quando eu

estiver lá por uns 50 anos, talvez eu escreva o meu próprio livro. Não sei. Ainda aos 38 anos, eu estou aprendendo com os mais velhos, como sempre na África, a gente gosta de aprender com os mais velhos.

A segunda questão, que é a questão... Paula, realmente você tem razão. Ela diz no livro dela, é isso que ela traz. Se os negros sempre foram tirados de tudo, cada questão de tributação deve pensar a questão negra. Veja, quando a gente fala que os pobres pagam mais impostos do que os ricos, a gente está falando de quem? A gente está falando de negros, que pagam mais impostos. Então, é preciso que o Estado... Isso é uma forma de reparação. Inclusive, Elaine coloca isso muito bem no livro dela. Ou seja, a outra forma do Estado reparar é justamente mudar a tributação e cobrar menos de negros. Ou seja, se o Estado... Ela até foi muito ousada. Se o Estado tirou muito dos negros, então que tal cobrar os negros menos tributo do que qualquer outro grupo racial? Então, eu concordo com isso. É possível.

Veja, o caso de Israel, Natanyahu, ele precisa justificar a aniquilação de um grupo social. Existe um conceito na psicologia, que é deslegitimação (OREN, BAR-TAL, 2007)., que é um caso extremo de estereótipos para justificar a aniquilação do outro. Já que é moralmente inaceitável matar o outro, é preciso criar uma justificativa moral como se fosse alibi para eu poder dizimar aquele grupo social. É a mesma coisa nas favelas. É a mesma coisa nas favelas. É preciso dizer que todo mundo nas favelas é ladrão, é bandido, é traficante. E aí, quando um policial atira, você vai encontrando as justificativas como: mas atirou porque estava tentando pegar o bandido. Então, inclusive... a mesma coisa. Por quê? Por conta da deslegitimação. Se todo mundo na favela é traficante, se morreu um, é por conta do tráfico. Alguém duvida, se tivesse 80% de traficantes na favela, será que os policiais conseguiriam ganhar essa guerra? Imaginem favela de 300 e poucos mil habitantes ou 500 e poucos mil habitantes. Se tivesse, como é que se diz, 80% de bandido nas favelas do estado, ganharia essa guerra? Claro que não. Jamais.

E, por último, você colocou uma questão muito interessante da reflexão de Mbembe. Tem um professor da UNB, que é Anderson Oliva. Alguém deve conhecer, quem é daqui. Acho que é historiador. Eu gosto muito dos escritos dele. Anderson Oliva diz que, para estudar a questão negra, para trabalhar de forma a minimizar a desigualdade racial, é preciso trabalhar em três dimensões. Uma dimensão valorativa, uma dimensão afirmativa e uma dimensão repressiva. Eu vou chegar na parte de Mbembe. A dimensão valorativa significa voltar para o passado africano muito valoroso. Ou seja, não é aquele passado da

África de escravidão. Ou seja, existe uma África antes do século XV. Existe uma África que até migrou para as Américas e teve um contato muito bonito com os indígenas. Isso, hell hooks traz isso no livro dela, *Olhares negros: raça e representação*. Ou seja, existe uma África que viajou para as Américas e teve contato com os indígenas, que é um contato mais civilizatório. Ou seja, o contato imigratório dos indígenas com os africanos não teve ninguém dizimando ninguém. Dizimar os imigrantes ou invadir os outros lugares para dizimar foram os ocidentais. Não foram os indígenas nem os africanos (hooks, 2019). Então, é preciso, primeiro, voltar para essa questão valorativa.

O autor que faz essa discussão muito consistente é o Cheikh Anta Diop (1974). Ele tem um livro belíssimo, *A Origem Africana da Civilização: Mito à Realidade*. Ele volta para o Egito para poder fazer essa discussão. Mas o que é que fizeram? Criaram uma teoria chamada egiptologia. Eu acho que é uma ciência também. A egiptologia, que é os estudos sobre o Egito, embranqueceram o Egito. Diziam que existe uma África branca. E Cheikh Anta Diop, foi químico, filósofo, físico, ele fez um estudo e provou que os egípcios sempre foram negros. Isso é tão verdade que o nome original do Egito era Kemet, Terra dos Pretos. Então, foi uma deturpação. E aí você vai encontrar alguns autores que vão chamar o Egito de Oriente Próximo, ou seja, não é mais África. Ele está no Oriente Próximo. Se ele está no Oriente Próximo, é uma forma de invisibilizar que o Egito sempre fez parte da África. Mas onde é que se situa o Egito? Você falou da questão afrofuturismo, alguma coisa assim do tipo. Etiópia. Etiópia é um universo civilizatório. O Egito fazia parte da Etiópia. Café e tantas outras, foram invenções etíopes. Por exemplo. Cristianismo Copta Etiópia como o seu mentor. Se você pegar até o próprio Freud, no livro dele, que é *Moisés e monoteísmo*, ele disse que Moisés é um egípcio cuja lenda foi inventada para transformá-lo em um judeu. Logo, o monoteísmo é também uma invenção africana. Ou seja, a África compõe tanto monoteísmo assim como politeísmo.

Levar em consideração que nós africanos podemos ser cristãos, podemos ser muçulmanos, podemos ser de candomblé, de umbanda, sem que isso implique na nossa inferiorização. Então, acho que nesse debate de afrofuturismo, acho que a gente precisa voltar para esse olhar histórico que traz a civilização africana como uma civilização potente. Inclusive, aliás, já para terminar a minha fala, a ideia de civilização excludente foi civilização que excluía mulheres, crianças e os bárbaros. A civilização africana, sobretudo no caso do Egito, passou mais de cinco séculos. As mulheres sempre foram protagonistas, sempre participaram na vida pública. Tanto que a primeira rainha foi uma rainha africana.

Então, essa ideia de excluir as mulheres no cenário político foi uma invenção ocidental, não foi uma invenção africana. Então, poder resgatar essa história, inclusive no caso do matriarcado, Cheikh Anta Diop (1974) nos ajudaria a poder desmistificar essa África. Vai na primeira dimensão, que é a dimensão que a Oliva chama de dimensão valorativa, que é o que eu trabalho. Ou seja, eu trabalho na dimensão valorativa e também eu cobro em todas as minhas palestras para pagar as dívidas. Eu vou insistir nisso até o meu último dia. Essas dívidas precisam ser pagas. A gente não pode esquecer, a gente pode fazer debates, a gente pode ter... Não é pela empatia. Eu gosto de empatia. Não é pela empatia, não é pela simpatia, não é pela solidariedade. É pagar de forma justa. Então, acho que isso, para mim, é exatamente o caminho que eu tento trilhar e todos os meus debates tentam caminhar nesse âmbito. Não sei se eu respondi à pergunta.

Referências:

DIOP, C. A. **A origem africana da civilização: Mito ou Realidade.** Lawrence Hill & Co, 1974.

HOOKS, b. **Olhares negros: raça e representação.** Editora Elefante, 2019.

OREN, N.; BAR-TAL, D. The detrimental dynamics of delegitimization in intractable conflicts: The Israeli–Palestinian case. **International Journal of Intercultural Relations**, v. 31, n. 1, p. 111-126, 2007.

Lineth Hiordana Ugarte Bustamante

Bom, eu não sei se vou conseguir responder às perguntas, mas eu vou tentar. Com relação ao primeiro questionamento, o que a psicologia não deve fazer? Eu vou colocar um exemplo e explicar a partir desse exemplo. Teve uma época, uns anos atrás, em que crianças, migrantes, crianças, principalmente bolivianas, eram amplamente diagnosticadas com autismo. Inclusive a comunidade de migrantes, coletivos de migrantes, se posicionaram frente a esses diagnósticos errôneos, digamos assim. Então, acho que entender esse processo de migração implica vários elementos, várias questões. Ver a questão cultural que eu estava falando, ver os próprios recursos que as pessoas têm para superar os desafios

que há vida traz, ver inclusive, digamos assim, onde essa criança está inserida, onde essas pessoas estão inseridas, qual é o território, o espaço social onde essas pessoas estão inseridas. Compreender todas essas dimensões é importante, não somente ver o sofrimento emocional ou os sintomas. O que acontecia, por exemplo, com essas crianças, que os profissionais, olhavam mais os sintomas. Se a criança estava quietinha, se se balançava, não sei o que, se não falava, se não interactuava com outras pessoas, as pessoas diziam, essa criança tem um problema, essa criança é autista. E foram muitos casos. Teve um caso, por exemplo, que eu lembro que conheci a mãe dessa criança, que a criança foi diagnosticada com autismo na escola. Só porque a criança fazia um movimento assim, fazia um barulho, fazia um barulho. Olhando um pouco e conhecendo um pouco a realidade dessa criança, a gente percebeu que tratava-se de uma reprodução de como essa criança era cuidada pela sua família. Então, essa criança, ela costumava ficar no colo da mãe enquanto a mãe estava costurando. E o que ela fazia era reproduzir esse movimento da costura e esse barulho. Então, o processo de imigração, ele implica um processo de adaptação. Para algumas pessoas pode ser mais difícil, para outras vai ser mais difícil. E isso vai depender de muitos elementos. Por isso, é importante ver todas essas dimensões antes de emitir um diagnóstico. Evitar a psicopatologização do sofrimento emocional. Às vezes, pessoas chegam chorando a uma consulta e imediatamente são diagnosticadas com depressão. Quando você olha para essa pessoa, essa pessoa está completamente disposta e vai correr atrás de procurar um trabalho, nem que seja atravessando a cidade inteira. Então, você vê somente alguns elementos e já se diagnostica. Acho que é uma das coisas que não devemos fazer. E para chegar a isso, a gente precisa principalmente discutir sobre essas questões da migração desde a formação. Desde a formação, não somente dos psicólogos, mas de todos os profissionais, porque em algum momento do exercício profissional, vai ter que lidar com algum migrante. Então, é importante reestruturar todo o conteúdo curricular das faculdades, das universidades, porque não se fala sobre essa questão. E quando a gente chega para trabalhar no campo, diretamente com as pessoas, é aí que a gente vai visualizar os desafios, os vazios da nossa formação. Então, acho que está na hora de fazer também uma revolução nesse sentido, de descolonizar também os saberes no interior das universidades. Bom, eu não sei se respondi. E a outra questão era como... Ah, é o que o senhor dizia, né? O que fazer se os brasileiros não se reconhecem como latino-americanos, como sud-americanos, pelos exemplos que eu trouxe, né? E tantos outros, né? Aquele simples detalhe de não saber. Hoje a Bolívia está situada aqui do lado, a poucos passos, a poucos quilômetros daqui. Então, acho que passa muito por esse conhecimento, essas coisas são transmitidas também desde a escola, né? Na escola não se dialoga sobre

essas coisas, não se fala sobre toda essa diversidade, não se trabalha para recuperar a identidade também do brasileiro. É muito difícil você encontrar dentro das escolas, por exemplo, materiais, conteúdos literários que vêm de autores latino-americanos, né? Você tem bastante de europeus, americanos e portugueses, mas a literatura latino-americana é pouco explorada, pouco trabalhada. Acho que talvez seria um caminho, né? E sempre olhar aquilo que a mídia nos transmite de uma forma crítica, né? Porque são pessoas que estão aí, né? Com status, com poder, estão transmitindo conhecimento e existem esse tipo de falas, né? Que dizem, então, onde você se situa? Como você se vê? Quem é você? Existe uma negação também, né? Dessa própria história, da própria história. E em relação à pergunta da Laura, como esses conflitos intergeracionais impactam na vida de crianças, de adultos, de adolescentes, mas principalmente eu queria me referir às crianças e aos adolescentes. Durante a minha pesquisa do mestrado, entrevistei várias famílias, visitei muitas famílias, principalmente bolivianas, porque minha pesquisa era dirigida a esse público. E eu percebi uma dificuldade muito difícil que as famílias enfrentavam, né? As crianças, a gente sabe que a etapa da adolescência é uma das etapas mais difíceis para qualquer, não somente para os migrantes, para qualquer ser humano. Então, as crianças, bom, os adolescentes, nesse caso, chegavam a um patamar, digamos assim, de dizer, eu não aguento mais. Aqui, eu não me sinto parte da comunidade brasileira, desse território. Eu quero voltar para a Bolívia. Achando que na Bolívia eles vão ser reconhecidos como bolivianos, né? E as crianças já incorporaram vários elementos da cultura brasileira. O próprio idioma, muitas crianças são obrigadas a falar português e esquecer o idioma mãe, né? Ou espanhol, por exemplo. As professoras cobram muito isso das famílias. Então, é uma forma de negar a identidade. E quando esses adolescentes retornavam para a Bolívia, em muitos casos, eles não se identificavam como bolivianos. Eles não eram vistos como bolivianos. Eles eram discriminados novamente nesse território que eles achavam que era o seu. Porque eles já não falavam espanhol, tinham sotaque português, se vestiam de uma forma diferente, comiam de uma forma diferente, e isso afastava, né? E eles sofriam de novo uma discriminação. E aí, eles retornam aqui, se perguntando, quem sou eu? Se não sou visto como boliviano na Bolívia, apesar de ter nascido ali, e tampouco sou visto aqui como brasileiro, né? Então, acho que existe um impacto na identidade, inclusive de nós mesmos como adultos, né? Porque nós também temos conflitos na forma como a gente vai educar, né? Eu falo desde minha condição de mãe, por exemplo, né? As minhas filhas cresceram aqui desde os 4 anos, né? Então, todo o seu repertório cultural, digamos, é do Brasil. Elas poucas vezes foram para a Bolívia, né? Então, às vezes eu quero educar, a partir da forma como eu fui educada na Bolívia. Então, isso muitas vezes não

é aceito, quando se fala principalmente de namoro. O maior conflito que acho que eu passo neste momento, porque elas já são adolescentes terminando o colégio. Então, é importante por isso que a categoria profissional, principalmente psicólogos, trabalhem essas questões, e que as crianças, os adolescentes, todas as pessoas sintam orgulho de dizer eu sou boliviana, eu sou haitiana, eu sou colombiana. Mas também eu me sinto parte desse território porque aqui eu vivi, porque aqui eu moro, porque aqui pretendo continuar vivendo. Então, acho que é importante trabalhar na recuperação disso, porque senão a gente se enfrenta com situações, com problemas de saúde mental muito sérios, e eu conheço vários adolescentes que terminam praticando a automutilação, porque eles não conseguem expressar esse sofrimento, esse conflito de identidade, são muitos casos. Acho que é essa reflexão que eu posso deixar. Obrigada.

Catalina Revollo Pardo

Abrir os olhos para os processos de base comunitária das populações imigrantes, para a construção desse processo de uma psicologia que seja ancorada nas políticas públicas no Brasil. Eu acho que todos precisamos abraçarmos ao Fanon, para repensar o psicossocial. A gente tem que construir uma psicologia com esta população. Por que os processos de base comunitária não são entendidos como o caminho metodológico que o campo nos está apontando para a intervenção, para a construção das políticas públicas, transcendendo o debate da identidade, e isto também questiona como fazemos a psicologia.

Sobre Gaza: Primeiramente, eu quero que fique muito claro e registrado que é necessário um alto fogo imediato. Não há como pensar e categorizar o que está acontecendo como uma guerra. Isso é um genocídio, porque quando é guerra, há dois bandos. Então, isto é um genocídio, e isto tem que ser parado. O alto ao fogo é um chamado que nós como categoria estamos fazendo. No coletivo Psi Migra, fizemos uma carta, Henrique e Rima lideraram o processo. A gente está distribuindo nos diferentes espaços, socializando para assinar. Pregamos nitidamente como categoria, precisamos parar isto. Agora a situação em Gaza, revela o mais cruel do que a migração nos traz. São pessoas, em muitos casos, apátridas, são pessoas que estão morando há décadas em campos de refugiados, numerosíssimos, que já são gerações e gerações crescendo nesses espaços, outros que questionam os Estados-nação e que são outras figuras também já com governos próprios, com

gerações inteiras constituídas. Gaza é o grande grito, aqui há um fato social total nos avisando que as coisas não estão funcionando. E essa finalização, quando a gente fala em um alto fogo, é porque tem que se solucionar isto. questionar os estados-nação agora, para que não morram crianças, a gente tem que questionar e rever que outras estruturas políticas temos que criar.

Não tem um caminho outro, vidas não podem pagar por fronteiras, vidas não podem pagar por manter cidadanias, por manter status. E a gente como categoria profissional, a gente tem que refletir também como vamos também criticamente entender a terceirização das fronteiras e como categoria psi não podemos pactuar com esses processos. Porque Gaza é um processo, assim, a Gaza é um desses territórios, todo o continente africano é outro desses territórios. Então, há muitos povos com imobilidade humana e essa imobilidade humana está sendo gerada por estratégias que estão datadas na terceirização das fronteiras.

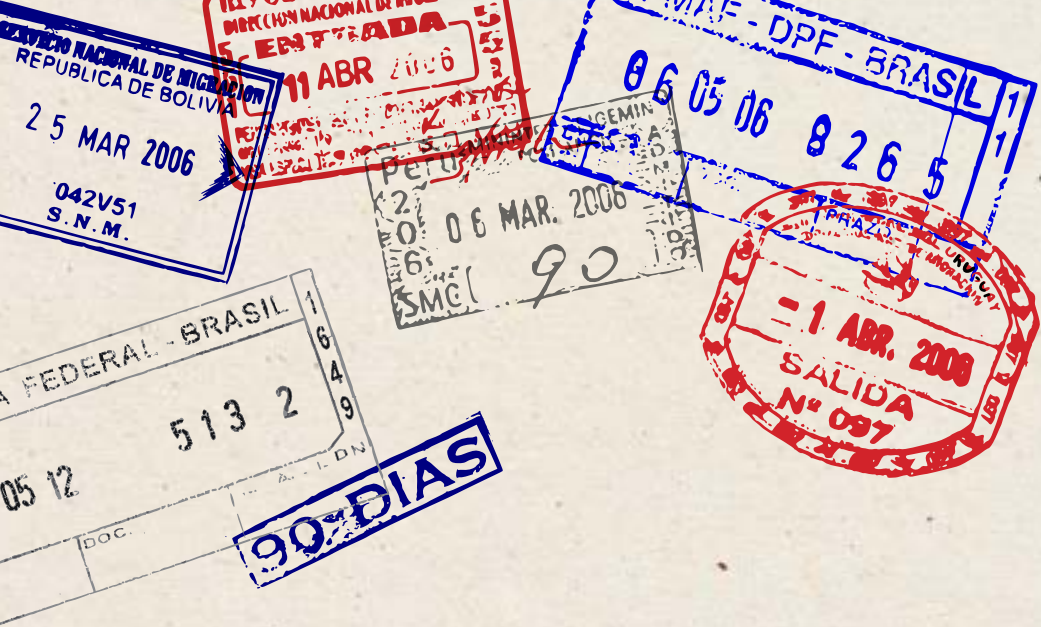
Na terceirização das fronteiras circula muito dinheiro e muitas vagas de emprego para a gente. Muitas, porque é aqui no Brasil, quando chega uma ONGs, quando chegam as organizações internacionais, quando vem construindo todos esses budgets gigantescos de muito dinheiro doados por empresas transnacionais que estão gerando processos de um suposto cobrir lacunas e apoiando construção de supostos de políticas públicas que não tendem mais a ser processos assistencialistas. Hoje eu vou falar pelo Rio de Janeiro, hoje é nítido, migrante em situação vulnerável que chega na cidade, ele vai ter, sim ou sim, noites de rua. Não há uma solução contundente, único abrigo que foi criado, foi do que tivemos no CRAI RIO, e ele foi desmontado. Não há um abrigo diferenciado para a população imigrante na cidade. Não estamos em um processo de construção e mediação para que aconteça, mas vai enfrentar a rua também mesmo, sendo levado para um abrigo que não comporta, que a pessoa tem resistência a ficar em um abrigo de população brasileira que está em situação de rua, não é igual ao migrante. Então, há certas barreiras, certas coisas que quando são mostradas para a gente, parece que tudo está resolvido, mas quando vocês, e aí vem o ponto, estamos na ponta também, trabalhando, percebemos como o furo é grande, e o furo vai nitidamente a isso, a vida. Então, a gente tem que ir como categoria também para entender que além de precisar problematizar uma postura descolonizadora, todas essas categorias dos cuidados, precisamos ir também para as questões raiz. Temos que ajudar e lutar pela soberania alimentar dessa população e temos que lutar pelo abrigamento e a moradia digna dessa população. São coisas muito

básicas. Há pessoas que estão realmente, estamos passando por situações muito, como coletivamente falando, muito sérias. E aí questionar também o lugar como terapeutas, como pessoas nas organizações, nas instituições, construindo essas políticas públicas. Precisa também essa população estar na ponta, nos serviços de ponta. Migrantes, não é só que capacitaram o CREAS para trabalhar com migrantes, não é só que capacitaram lá os enfermeiros para trabalhar com migrantes. Não, gente, tem que ter uma pessoa migrante, enfermeira lá trabalhando, tem que ter uma pessoa migrante, assistente social lá trabalhando. Somos muitos e estamos querendo trabalhar também nesses espaços. Ali eu acho importante colocar que temos também que mirar muito criticamente quando chegam também esses pacotes. A Ângela Facundo traz uma proposta muito interessante de entender a categoria, como se constrói o sujeito do refúgio, o sujeito refugiado, como também a todo um aparelho do Estado brasileiro, das políticas públicas, para cooptar ele para o mercado neoliberal. Então, como a gente como categoria tem que rever isso? Isso que estou falando faz pedaço, porque esses são processos que são, nessa terceirização, temos que também como categoria lutar.

Na questão, para trazer a questão do comum nas cidades, eu acho muito importante destacar os processos das comunidades que eu, pessoalmente, conheço. Há indígenas nos diferentes, especialmente CRIC, na Colômbia. Eu acho que é um movimento indígena que traz, no Cauca colombiano, que traz um legado muito importante, nos trazendo dicas e entendimentos de uma construção de um futuro em que a gente é natureza e estamos em construção de um processo político outro com nosso passado, nosso presente e nosso futuro. Eu acho que, no Brasil, a gente tem que trazer o Bispo dos Santos, com a contracolonialidade dos povos da Caatinga, que ele traz ali uma questão futurista, um início, meio início, que é estruturante para aterrissar esse processo para esse território, como ele vai refletir até em questões sobre arquitetura, as comunidades, às diferentes, as periferias das cidades. E eu acho também que é necessário trazer o legado dos povos do Pacífico, o Pacífico colombiano e o Pacífico equatoriano, que são chamados de La Gran Comarca, que ali se praticam processos de resistência ancestral para a construção de um processo político atual. E é aí onde está a Francia Marques, minha vice-presidente. E são processos de base, são territórios, hectáreas, hectáreas, que são já reconhecidos legalmente por nosso país, entregas a essas populações que estão mantendo o equilíbrio, o bioma do lugar, estão fazendo uma resistência além de tudo, com toda a ordem do conflito social, político-econômico e armado colombiano, que são realmente emblemáticos e vão nos dar as pistas, ao meu modo de ver. Eu não posso falar pelos povos andinos do Peru e da

Bolívia, mas destacam o movimento forte nas periferias de Lima, que parte da minha família está ali, meu filho também, da Cholo Legal, o processo de trazer a cultura artística, Cholo, para um processo estético e de visualização de outra maneira.

Finalmente, as maternidades transnacionais e redes de cuidado. Esse é o grande puxão de orelhas que eu já vou deixar aqui. Não há como as/es/os migrantes podemos trabalhar e ser mais migrantes solos. Não há creches suficientes para isso, ou em muitos territórios não há. As creches funcionam de meio-dia às cinco da tarde. Desculpem, quem trabalha esse horário? Vocês trabalham oito horas? Eu também. Ou muitas crechs vão de meio-dia a três, porque a professora faltou. Então, você não conta com nenhuma garantia. Somos muitas mulheres solteiras, migrando, porque a feminização da migração não é só pensar que foi por quantidade, porque, aliás, às vezes a quantidade se mantém nesses 50-50 com muita frequência, mas é pela característica dessa migração. Como mais mulheres sozinhas carregando sua família, estamos migrando. E isso implica uma construção de políticas públicas para a primeira infância migrante. A gente precisa de soluções reais. Não filas de espera, não creches que não cumprem o horário. Eu mesma não posso aceitar cargos de trabalho por esse teto de vidro. Minha última experiência foi antes de ontem. Eu queria... Uma colega está recrutando pessoas para trabalhar desde uma perspectiva descolonizadora com a Petrobras. Mas o primeiro que foi dito é que eu não posso entrar porque sou mãe solo, migrante. Ela não vai contratar alguém que tenha essa característica. É muito difícil. E isso acontece com todas. Aliás, no meu caso, eu falo de uma maneira mais tranquila. Eu estou chorando de barriga cheia. A maioria não. A minha irmã, companheira, racializada, muito provavelmente não. Obrigada. Desculpa. E aí também complementando. Isso mesmo acontece para a população de rua. Vamos lá. Da mesma forma que a brasileira conta com a rede para deixar a pessoa, os abrigos também acontecem essa mesma farsa. Os abrigos brasileiros, pelo menos no Rio de Janeiro, são, na maioria, pernoite. Então, só a pessoa pode pernoitar e às sete da manhã já tem que ir para a rua e voltar às sete da noite. Uma pessoa imigrante em situação de rua, ela não tem rede, ela não tem para onde ir, ela não conhece, ela está exposta, ela vai ser roubada. Então, isso também é necessário entender. Há necessidade de construção de aparelhos públicos completos para a gente.



5. MESA REDONDA: INTERVENÇÃO E ESTRATÉGIAS – PSICOLOGIA, POLÍTICAS PÚBLICAS E DIREITOS HUMANOS.

Mediação: Alexandre Branco-Pereira

5.1 EXPOSIÇÃO

Alexandre Branco-Pereira

Frente Nacional pela Saúde de Migrantes (FENAMI)

Olá, boa tarde a todos, todas e todes. Meu nome é Alexandre, vou fazer minha audio-descrição. Sou um homem branco, careca, estou vestindo uma camisa preta e azul e um keffieh palestino sobre os ombros. Queria agradecer a presença de todas, todos e todes. A mesa de hoje vai falar sobre intervenção e estratégias, psicologia, políticas públicas e direitos humanos, num momento particularmente sensível do contexto mundial. Na nossa ordem, a primeira a falar será a Heloísa, depois Gabriela, Rima e Henrique, depois nós vamos ter um espaço para perguntas e comentários. Sem mais delongas, então, eu queria passar a palavra para a Heloísa César, que é graduada em Psicologia pela Universidade Federal de Roraima e pós-graduada em Neuropsicologia pela Uniasselvi. Desde o ano de 2020, trabalha na resposta humanitária à migração venezuelana e atualmente responde como Supervisora de Saúde Mental do Projeto do Médico Sem Fronteiras no Estado de Roraima. Heloísa, por favor.

Heloísa Silva Coelho César

*Supervisora de atividades de Saúde Mental em Roraima
Médicos Sem Fronteiras*

Oi, boa tarde a todos e todas, cumprimento a mesa, em especial os meus colegas. Eu me chamo Heloísa, sou uma mulher negra de cabelos cacheados, naturalmente pretos, com mechas pintadas da cor amarela, visto uma blusa branca, uma calça azul e branca, sapatos rosa e uso um colar indígena da comunidade Ticuna, do Amazonas.

Sou psicóloga roraimense, filha de pais nordestinos que migraram para Roraima em busca de uma melhor condição de vida. Atualmente, atuo como Supervisora da Equipe de

Saúde Mental de Médicos Sem Fronteiras (MSF) no Projeto da organização em Roraima. Recebi um convite muito interessante para compartilhar nossa experiência de trabalho em campo, então eu venho aqui representar uma equipe muito forte de psicólogos e psicólogas que trabalharam desde o ano de 2018 até 2023 nesse projeto.

O objetivo hoje é compartilhar sobre o trabalho da Equipe de Saúde Mental e Atenção Psicossocial em Roraima, suas ações e estratégias utilizadas de 2018 a 2023.

Médicos Sem Fronteiras é uma organização médico-humanitária internacional, não governamental, atuante em mais de 70 países do mundo. Nós temos uma característica diferente de outras organizações, pois somos independentes, ou seja, quase todos os nossos recursos vêm de doadores individuais, inclusive do Brasil, onde temos mais de 500 mil doadores. A partir desta independência é que nós podemos chegar até os locais em que identificamos as maiores necessidades de cuidado em saúde, incluindo situações de emergências.

Em 2018, Médicos Sem Fronteiras começou o trabalho em Roraima quando observou uma emergência humanitária devido ao fluxo migratório intenso de pessoas que saíam da Venezuela para o Brasil em busca de melhores condições de vida, acesso à alimentação, moradia e serviços de saúde. Esse projeto começou com as equipes de promoção de saúde e saúde mental. Num primeiro momento, essas duas equipes faziam o trabalho de psicoeducação e educação em saúde para os migrantes e refugiados venezuelanos indígenas e não indígenas que chegavam ao Brasil sem informações sobre o Sistema Único de Saúde, ou sobre acesso aos seus direitos.

Nós percebemos que, a partir de 2015, o Brasil começou a receber um fluxo migratório cada vez mais significativo, que contava com mulheres, homens, crianças, adolescentes, indígenas e grupos LGBTQIA+ que cruzavam a fronteira em busca de uma vida melhor. A fronteira é composta pela cidade venezuelana de Santa Helena de Uiarén e a cidade brasileira de Pacaraima. Muitas das atividades do nosso projeto foram realizadas na cidade de Pacaraima, devido ao grande fluxo de migrantes e refugiados nessa cidade. Também tivemos atuação na cidade de Boa Vista, que é a capital de Roraima, onde outra grande parcela de migrantes e refugiados, inclusive, atualmente se encontram.

Esse processo de deslocamento forçado pode trazer grandes impactos psicossociais para a vida dessas pessoas. Por isso, nós sempre buscamos ter um olhar técnico e não patologizar

a experiência desse migrante ou refugiado, sempre ressaltando que há reações psicológicas esperadas como consequência das situações de migração e deslocamento forçado. Por isso, nossas atuações estiveram baseadas na premissa de acolher, orientar e não patologizar a experiência do migrante ou refugiado.

Gostaríamos de mencionar a lei de número 13.445, de 2017, que preconiza o direito da pessoa a migrar. Ela também aponta sobre os direitos dos migrantes no Brasil, aos serviços de base, como moradia, educação e saúde. No entanto, percebemos nessa jornada de trabalho que muitos migrantes não conseguiam acessar seus direitos, especialmente a saúde, por diversas barreiras, sendo uma delas a barreira linguística. Deste modo, nossa equipe também foi composta por psicólogos que falavam espanhol para podermos atender essa população e comunicar a eles informações importantes sobre saúde para que eles pudessem acessar os serviços. Também gostaria de ressaltar que MSF nunca visa substituir o serviço público de saúde, mas fortalecer e complementar esse serviço. Chegamos a partir de emergências em saúde pública e visamos complementar o serviço que se encontra, por exemplo, superlotado e/ou sobrecarregado, como em Roraima.

Como roraimense, observo que o acesso aos serviços de saúde mental é dificultoso. Existem poucos profissionais atuando na rede quando relacionamos à demanda. De alguns anos para cá, foram contratados mais psicólogos para poder fazer o atendimento das pessoas nas UBS, nos CRAS. Por isso, quando MSF iniciou suas atividades, identificamos que saúde mental era um componente com o qual poderíamos colaborar e apoiar. Entretanto, como uma organização que atua em emergências e busca sempre garantir a continuidade de suas atividades repassando as responsabilidades e atividades às autoridades competentes, ao final de 2023 este projeto será encerrado. MSF compreende que essa é uma crise humanitária, mas que não tem mais caráter emergencial e sim crônica. Compreendemos que as autoridades podem e devem estabelecer estratégias para atender as demandas e necessidades desta população. Estamos cientes de que Boa Vista é uma cidade ainda pequena, capital de um estado territorialmente grande como Roraima, e que precisa fortalecer seus serviços de saúde e receber investimentos para poder dar suporte a toda a população, seja brasileira ou migrante, que ali se encontra hoje.

Como mencionei anteriormente, MSF focou suas atividades ao longo destes anos em Boa Vista e na cidade fronteira de Pacaraima. Em alguns momentos também oferecemos

alguns apoios pontuais a outros municípios, onde identificamos que havia alta concentração de migrantes e refugiados os quais enfrentavam dificuldades de acesso à saúde.

Nosso trabalho ocorreu em grande parte através de clínicas móveis, as quais iam até os locais de grande concentração de populações migrantes e refugiadas. O trabalho foi desenvolvido pela equipe de saúde mental, a quem eu venho representar, mas também por uma equipe de promoção de saúde, uma equipe de enfermeiros com trabalho de saúde sexual e reprodutiva, e cuidados gerais, além de profissionais médicos.

Compartilhando um panorama da história de nosso projeto, inicialmente começamos atuando nos abrigos da Operação Acolhida, mas entendemos que ali a população migrante e refugiada já estava sendo amparada de alguma forma por outras organizações, e que existiam pessoas que estavam em situações mais vulneráveis, como por exemplo pessoas em situação de rua, indígenas venezuelanos que migraram para o Brasil, que se encontravam em comunidades indígenas ou em ocupações espontâneas, pessoas que estavam em Pacaraima e que também não conseguiam acessar aos serviço de saúde por várias barreiras, inclusive linguísticas e também por não conhecer/compreender o sistema de saúde. Assim, no período de 2019, começamos a sair dos abrigos oficiais. Trabalhamos em parceria com as autoridades de saúde locais para a definição de estratégias de atuação e também encaminhamentos para o sistema de saúde. Sobre nossa atuação em saúde mental, é importante observar que os critérios para implementação das atividades são: Contextos em que as pessoas foram expostas a eventos potencialmente traumáticos decorrentes de conflitos armados, desastres socioambientais ou epidemias/pandemias, lacunas na atenção à saúde prestada por instituições locais, incluindo a atenção psiquiátrica, e também como apoio na atenção integral à saúde.

Gostaria de ressaltar que nós tivemos um olhar para as singularidades dessa população, que é uma população diversa, e o nosso trabalho foi estruturado de acordo com isso. Nas clínicas móveis, fizemos atendimentos psicológicos individuais e familiares, atividades psicoeducativas com temáticas sobre a migração, saúde mental e o papel do psicólogo. Também realizamos sessões psicossociais, por exemplo, com temáticas de manejo de estresse, pois percebíamos que as pessoas chegavam apresentando sintomas de estresse agudo. Nos reuníamos e conversávamos com eles para falar sobre esses sintomas que muitas vezes podem surgir quando a pessoa passa por um momento de crise e como ele deve ser cuidado para não se agravar, bem como temáticas sobre as emoções, saúde mental e sexualidade, pre-

venção a violências, dentre outros. Então, o que identificávamos a partir do contato com a população migrante ia servindo como base para formular e desenvolver atividades. Outro ponto trabalhado foi o fortalecimento da rede SUS, com a participação nas reuniões de maturação, para apoio na organização de fluxos de encaminhamento. Também oferecemos briefings culturais, dados por profissionais venezuelanos e mediadores interculturais, que contam para outros profissionais de saúde, desde a sua perspectiva, como é para a população venezuelana indígena e não indígena a relação com a saúde, o sistema de saúde no país de origem, as diferenças culturais, e quais são as barreiras que eles encontram ao chegar no Brasil; conversando com os profissionais de saúde, principalmente os de saúde mental, sobre a questão da cultura venezuelana indígena e não indígena. Também apoiamos em capacitações para outras organizações com várias temáticas, como a de primeiros auxílios psicológicos, autocuidado do profissional de saúde, dentre outras.

Então, resumidamente, sobre os locais de atuação: Inicialmente estávamos nos abrigos, depois passamos a atuar em ocupações espontâneas, espalhadas em bairros por Boa Vista e em espaços públicos, como por exemplo em uma quadra em Pacaraima, cidade de fronteira, onde muitos migrantes e refugiados dormiam por não conseguir entrar nos abrigos da Operação Acolhida, pois estes estavam cheios. Como não havia espaço, eles permanecem nas ruas. Neste local se concentra um grande número de migrantes e refugiados, o que motivou a realização das clínicas móveis para poder atender a essa população. Também realizamos trabalhos nas comunidades indígenas transfronteiriças.

E quais eram os demais públicos-alvo da nossa equipe de saúde mental? Crianças, adolescentes, mulheres, população LGBTQIA+, e indígenas, todos migrantes e refugiados. Ao longo dos 5 anos, com as atividades de saúde mental, nós realizamos 5.916 atendimentos individuais e facilitamos 1.675 atenções grupais, com 21.090 participações. A partir dessas atividades, os principais sintomas que a equipe de saúde mental identificou entre os migrantes e refugiados venezuelanos que chegam a Roraima foram sintomas de ajustamento e estresse agudo, seguidos de sintomas depressivos, de ansiedade e problemas comportamentais. Esses sintomas podem estar relacionados a vivências que os pacientes identificavam durante as consultas e as atividades, como por exemplo a fuga forçada do seu país, o deslocamento forçado e a separação familiar. Durante esse período observamos que muitos deixavam o seu país em busca de trabalho para poder conseguir dinheiro e trazer a família. A morte de algum membro da família também foi um evento destacado.

Quando a COVID-19 chegou, foi um período em que a fronteira esteve fechada, então migrantes e refugiados não conseguiam acessar legalmente o Brasil. Eles acessavam o Brasil por passagens ilegais, conhecidas como “trochas”, e ali aconteciam, infelizmente, muitas violências, às quais atendíamos também. Assim, nossa estratégia foi estar mais perto de onde eles chegavam para poder atendê-los. Outro evento importante de se destacar foram os números de casos atendidos relacionados à violência conjugal.

Trago, de maneira geral, algumas reflexões. Gostaria de ressaltar que a nossa atenção à população indígena, migrante e refugiada, ocorreu tanto em Boa Vista, ou seja, às populações indígenas em contexto urbano que se encontravam em abrigos indígenas e em ocupações espontâneas, quanto nas comunidades indígenas que se encontram na fronteira. A equipe de saúde mental desenvolveu um trabalho de fortalecimento de base comunitária muito bonito, onde se aproximou da comunidade, entendeu quais eram as demandas e o que eles queriam que a gente fizesse para apoiá-los, e o trabalho resultou em muitas coisas positivas, inclusive fortalecendo a comunidade para o desenvolvimento de uma horta comunitária. Nas comunidades indígenas, o que percebemos foi que os indígenas migrantes e refugiados, por não estarem no censo da comunidade indígena, não tinham acesso aos serviços de saúde indígena ofertados pelo DSEI-Leste (Distrito Sanitário Especial Indígena), e pela SESAI (Secretaria Especial de Saúde Indígena). Encontrávamos muitas pessoas com questões crônicas de saúde ou questões de saúde mais básicas que não tinham sido atendidas pela equipe que ia até lá para atender as comunidades indígenas brasileiras, simplesmente por serem migrantes e refugiados.

É importante ressaltarmos que a atenção em saúde mental e bem-estar psicossocial das populações migrantes e refugiadas requer uma abordagem holística e coordenada, adaptando o modelo de cuidado para as necessidades dos grupos mais vulnerabilizados. Dentro disso, eu cito essa outra reflexão que é sobre o preparo das equipes que vão atuar com essas populações, especialmente reforçando a atuação do mediador intercultural. Nós tínhamos três mediadores em nossa equipe: uma mediadora intercultural indígena Warao e outras duas mediadoras indígenas Taurepang. Elas iam para as clínicas e participavam dos atendimentos conosco, faziam essa mediação, interpretação e ligação entre MSF e a comunidade. A presença do mediador intercultural nos serviços de saúde, tanto para atender ao migrante e refugiado venezuelano indígena quanto o não indígena era super importante.

Muito obrigada pelo espaço.

5.2 EXPOSIÇÃO

Alexandre Branco-Pereira

Obrigado, Heloísa. Sem mais delongas, então, eu vou passar a palavra para a Gabriela Carvalho, que é coordenadora do Núcleo de Psicologia e Migrações, NUPSIM, na Comissão de Direitos Humanos do CRP do Paraná, e é membro da Coordenação Nacional da Frente Nacional pela Saúde de Imigrantes, a FENAMI.

Gabriela Carvalho Teixeira

*Psicóloga coordenadora do Núcleo de Psicologia e Migrações – NUPSIM/CRP-PR
Membro da coordenação nacional da Frente Nacional pela Saúde de Migrantes
– FENAMI.*

Boa tarde a todas e todes!

Eu sou Gabriela, uma mulher branca, de cabelos pretos e ondulados na altura do ombro. Estou com óculos, uma camiseta preta de manga curta e com um keffiyeh nos ombros, um lenço símbolo da luta palestina.

Não temos como começar essa mesa hoje, uma mesa sobre Direitos Humanos, se não falando do genocídio que está em curso em Gaza, na Palestina. Eu gostaria de convidar a fazermos uma reflexão, pensei em iniciar minha fala trazendo alguns dados, a partir do último relatório oficial do Ministério da Saúde palestino, com a lista de nomes de palestinos mortos. Essa lista divulgada traz nas suas 300 páginas nomes das pessoas palestinas que foram mortas, ao pensar em trazer essa informação para a nossa mesa hoje, refleti sobre termos perdido um pouco a dimensão do número. Falamos muito a partir de números, no campo migratório trazemos dados e números para falar de vidas, e eu sinto, não sei se vocês têm essa mesma percepção, de que perdemos dimensão de quanto são milhares ou

centenas de pessoas. Infelizmente, neste campo, quando falamos de mortes, de perdas, de vidas, estamos geralmente falando de milhares. Então, quando eu pensei em trazer esse número, um número já defasado, porque foi um relatório divulgado há uma semana, e as mortes seguem aumentando diariamente, o número de 8 mil pessoas mortas neste conflito, neste genocídio há um mês, já não reflete a realidade, mas ainda é um número importante, afinal, são 8 mil vidas. Passando pelas mais de 300 páginas, eu queria propor essa reflexão, que possamos olhar para esse número enquanto vidas, enquanto histórias interrompidas, pessoas com sonhos. Para termos uma ideia da dimensão da perda, dessas 8 mil pessoas, cerca de 3 mil são crianças, e essas 3 mil crianças preenchem 130 páginas, são 130 páginas com nomes e idades, uma lista muito grande, mas que diz de 130 páginas de vidas, crianças que tinham sonhos, que tinham possibilidades de vida e que diante do que vem acontecendo hoje, se tornaram perdas. Eu entendo que não podemos começar uma mesa sobre Direitos Humanos sem falar sobre isso. Então, gostaria de fazer esse exercício com vocês, quando abordarmos números aqui nessa mesa, que possamos pensar que são pessoas, que possamos colocar rostos nesses números.

Eu trago essa reflexão para termos uma dimensão do que será abordado nessa mesa. Vamos falar de sujeitos, não são números, não são categorias jurídicas de migração, são sujeitos com desejos, com vidas, sonhos e vidas interrompidas e precarizadas também. A partir disso, enquanto categoria, nós Psicólogas(es/os) temos o dever, inclusive preconizado no nosso código de ética, de atuar para a vida. Não se trata aqui de falar de posições políticas partidárias, não se trata de opinião, mas sim de olhar para os efeitos de uma ocupação que se estende há 75 anos, dos efeitos de um Estado ocupar um território de forma ilegal e promover políticas de morte, de colonização, falamos aqui da efetivação de um genocídio de todo um povo. Não podemos ser coniventes com um genocídio em curso em pleno 2023. Como efeitos dessa ocupação, se produz um dos maiores contingentes de refugiados das últimas décadas. De acordo com a UNRWA, a agência da ONU para refugiados palestinos, são mais de 6 milhões de palestinos refugiados em diáspora pelo mundo e em seu próprio país, território que possui inúmeros campos de refugiados internos. Início falando da luta do povo palestino, mas ela se assemelha à luta de todos os povos oprimidos e colonizados. Precisamos compreender que, enquanto sociedade moderna, há um projeto que define um valor sobre certas vidas e corpos, um povo que vale menos, que não merece luto e lamentações. Trata-se de um projeto imperialista, que se utiliza de retóricas e narrativas a serviço de um projeto que lucra quando povos indígenas são expulsos de seus territórios em nome do garimpo e do agronegócio. É o

mesmo projeto que produz as operações violentas nas periferias, a luta palestina não é uma luta tão distante do Brasil, somos um dos grandes compradores das tecnologias de segurança de Israel, vemos que as balas insraelenses atingem corpos negros e periféricos brasileiros. É o mesmo projeto que produz o enorme contingente de pessoas que migram de condições das mais diversas ordens de precariedades, e as vê como corpos descartáveis pelos mares. É uma luta só, é um projeto só.

O que vemos hoje com o povo palestino, acompanhamos em diversos momentos históricos com diferentes populações, um processo de desumanização de certos grupos, algo que acontece de forma ampla com as populações migrantes e refugiadas, a fim de ser possível suportar que certas violências sejam aplicadas à esses outros, menos humanos. Estou aqui hoje falando enquanto Núcleo de Psicologia e Migrações – NUPSIM/CRP-PR, um núcleo que existe desde 2015 e, ao longo desses anos, acompanhamos diversas guerras, diversos momentos de imigração, diferentes povos e fluxos migratórios, mas essa narrativa de desumanização permanece. Precisamos olhar para esses processos enquanto profissionais de saúde, em especial profissionais de saúde mental. É algo que ocorre de forma ampla quando falamos de populações migrantes e refugiadas, trata-se de um processo que coloca como possível suportar que certas violências sejam aplicadas a esses outros grupos vistos como menos humanos. E aqui trazendo mais alguns dados, de acordo com a OIM¹⁷, a Organização Internacional das Migrações, uma outra agência da ONU para o tema migratório, o número que trouxe no início da minha fala de 3 mil crianças palestinas mortas é também o número aproximado de migrantes que morreram durante a travessia pelo mar Mediterrâneo ainda este ano, em 2023. Desde 2014, de acordo com os registros possíveis, a OIM estima que mais de 28.000 pessoas morreram nessa travessia, são nove vezes a lista de crianças palestinas mortas até o momento, são nove vezes essas 130 páginas de vidas perdidas no mar.

Enquanto profissionais de saúde, precisamos nos voltar aos efeitos na saúde mental dessas populações, para as populações que migram, para aqueles que ficam, para o país que recebe, há efeitos. É disso que falamos quando abordamos a saúde mental nas migrações e no refúgio. Eu trago essa reflexão de quando o mar acaba sendo mais seguro do que a terra, em alusão a um poema da Warsan Shire, uma poetisa queniana que cresceu em Londres, e em seu poema intitulado Casa ela consegue traduzir os efeitos psíquicos des-

17 Confira essas informações no site Mediterranean – Missing Migrants Project.

sas escolhas. Então, quando escolher colocar os filhos em um bote, porque as condições de travessia são muito precárias, não são barcos, são botes, mas quando essa escolha é a escolha mais segura ou a escolha que é viável diante de uma terra, em condições muitas vezes mais precárias ou violentas. O desconhecido do mar e do processo migratório que vai estar por vir, às vezes é mais sustentável do que as condições que se tem naquele território. Enquanto profissionais da saúde precisamos estar atentos aos efeitos dessas escolhas. A escolha de ficar em terra tem consequências, assim como, se colocar diante do desconhecido da migração tem efeitos. E é a partir disso que trabalhamos no campo da Psicologia e migrações. Quando olhamos para a realidade de crescer sob regime de ocupação e apartheid, precisamos também questionar quais são os impactos subjetivos disso? Fazendo um paralelo novamente com a Palestina, vemos um território com imenso sofrimento psíquico. De acordo com um relatório da organização Save the children, uma organização que atua com crianças em contextos de emergências, mais da metade das crianças em Gaza já pensaram em suicídio e três em cada cinco se automutilaram. Vemos com isso a expressão de um sofrimento e precisamos nos questionar como vamos atuar diante disso.

Nesses diversos contextos de emergências, o direito à saúde, enquanto direito humano, ainda em um contexto de guerra, precisa ser assegurado. E nós, profissionais da saúde, temos uma responsabilidade social e política diante dessas situações de graves violações de direitos, da promoção de violências contínuas, da promoção de políticas de morte, a responsabilidade de nos posicionarmos e atuarmos sempre tendo como horizonte resguardar os direitos humanos de **todas as pessoas**.

Nesse seminário nós estamos sendo convidados a refletir sobre políticas públicas. No campo migratório, necessariamente, fazer política pública passa por humanizar o imaginário que se tem da figura do migrante e do refugiado, o processo de reconhecer essas pessoas como seres humanos, é esse o movimento que apelamos aqui hoje quando trazemos o caso do povo palestino. A desumanização que ocorre na Palestina, assim como ocorreu com as guerras da Líbia, Síria, Afeganistão, com os movimentos migratórios a partir de países africanos, e tantos outros, migrantes congolezes, ganenses, venezuelanos, haitianos... esse processo de desumanização, nas narrativas e em atos, E aí, esses processos, então, de desumanização, tanto em narrativa como em ato – acompanhamos diversos casos de violências contra migrantes em diferentes cidades e estados brasileiros, então, é um processo que não é só narrativo, mas é em ato também – é o que permite a

complacência generalizada diante do sofrimento humano. No campo migratório, para fazer política pública, precisamos advogar que são políticas para pessoas, que **são sujeitos com direitos**, com direito à vida digna no país que chegam, direito à moradia, à saúde, à direitos básicos.

Inúmeras são as possibilidades de aproximação da Psicologia no âmbito das Migrações. Há participações nas mais diversas esferas, práticas de caráter clínico, político ou psicossocial, e muitas vezes, a transversalidade entre esses campos se faz necessário. Estamos aqui nos propondo a uma reflexão crítica das relações entre a Psicologia e Política, assim, temos que pontuar que a atuação no campo migratório precisa ter como horizonte os compromissos éticos e políticos que a nossa formação nos convoca.

No âmbito da saúde pública, o Sistema Único de Saúde (SUS) é um marco histórico nas políticas de seguridade social do país. Estamos atuando nesse campo para assegurar a diretriz de universalidade desse sistema, a qual depende da garantia da equidade, o que nos convoca à estruturar ações que tornem o SUS adaptável às desigualdades constituintes da sociedade brasileira, observando as particularidades sociais, econômicas e culturais das populações atendidas, ofertando cuidados específicos em saúde na medida em que essas diferenças estão colocadas. A saúde é um direito humano e no Brasil é dever do SUS atender a todas as pessoas, independente de sua situação migratória, documental, origem, língua ou cultura. Para que essa assistência seja efetiva, estratégias específicas que tenham um horizonte de cuidado intercultural precisam ser adotadas. É urgente a garantia do acesso à saúde pública para essas populações, respeitando e observando suas diferenças linguísticas, culturais e étnico-raciais. Diante desse cenário, observamos a importância da mobilização de organizações e coletivos, em especial as redes de Psicólogos(es/os), que atuam com a temática migratória no país. A participação social na construção e monitoramento das políticas públicas é fundamental!

Vimos uma intensa mobilização por todo o país quando conseguimos nos mobilizar para a realização da 1ª Plenária Nacional sobre Saúde e Migrações, realizada em 2021. Esse foi um momento em que se destacou que ações direcionadas à garantia da equidade no SUS são urgentes. A plenária resultou na criação da Frente Nacional pela Saúde de Migrantes – FENAMI, fórum composto pela maioria de nós nesta mesa. Os núcleos, coletivos, comissões de psicólogas(es/os), promoveram intensa sensibilização para a necessidade de elaboração de uma Política Nacional de Atenção à Saúde de Migrantes, Refugiados

e Apátridas, que, em especial, considerasse a dimensão da atenção psicossocial em suas proposições, pautando políticas específicas de atenção à saúde mental dessa população. O Ministério da Saúde, frente à necessidade de garantia desse direito, considerando as barreiras de acesso desta população ao SUS, instituiu, por meio da Portaria GM/MS nº 763 de 26 de junho de 2023, o GT para elaboração da Política Nacional de Saúde das Populações Migrantes, Refugiadas e Apátridas. Um processo com início bastante tensionado em razão da pouca participação social, o que demandou muita organização dos nossos coletivos para que houvesse a inclusão da sociedade civil, em especial a população migrante nesse processo. O que se pretende é a construção de uma política de cuidado integral e que traga um olhar amplo e intercultural de promoção de saúde. É nessa perspectiva que hoje, enquanto NUPSIM/CRP-PR e com os demais colegas aqui presentes na mesa, participamos desse momento muito importante na história brasileira em relação às políticas migratórias.

Nesse campo, vemos que políticas de fronteiras estabelecem limites e possibilidades de circulação entre territórios, conferem legitimidade ou não aos movimentos migratórios. São mecanismos de regulação das migrações e normativas que definem o estatuto jurídico e político do migrante no país, seus direitos, deveres, mas principalmente as formas de inserção na vida social e de exercício da cidadania. Determina os modos de poder viver o território, ter acesso a direitos e reconhecimento – são os migrantes, refugiados, requerentes de asilo, pessoas internamente deslocadas e apátridas. Trata-se de normas que dizem menos da experiência dos sujeitos e mais das políticas e ordenamentos jurídicos para abordar a questão migratória. Quando se pensa em migrar como recurso de sobrevivência ou de busca por melhores condições de vida, temos um mundo marcado por extremas desigualdades que definem a permeabilidade das fronteiras e da separação entre quem são os migrantes ideais e os indesejáveis.

Hoje, temos no Brasil um cenário diferente da tendência mundial de enrijecimento das políticas migratórias, que se expressam nas barreiras de fronteiras e nas estratégias de contenção e criminalização dos movimentos migratórios. No Brasil, se iniciou uma discussão mais ampla, pautada sobretudo pelos movimentos sociais – no Paraná nós estávamos enquanto CRP, psicólogas e psicólogos – para que houvessem políticas mais efetivas para a população migrante, o que culminou na promulgação da Lei de Migração em 2017, com uma perspectiva voltada para os Direitos Humanos, revogando o Estatuto do Estrangeiro (Lei n.º 6.815/80) em vigor desde o período da ditadura militar, que trazia uma pers-

pectiva mais securitária. Até este ano, entretanto, um importante artigo da Lei, o art. 120 que trata sobre a Política Migratória, não havia sido regulamentado. Para além de uma lei que regulamente entradas e permanências, havia previsto a criação de uma política que pense a migração enquanto direito e pautar ações para garantia dos direitos fundamentais dessa população. Em janeiro deste ano, pela Portaria MJSP n.º 290, o Ministério da Justiça e Segurança Pública, por meio do Departamento de Migrações, instituiu o Grupo de Trabalho voltado para o estabelecimento da Política Nacional de Migrações, Refúgio e Apátrida. Um ciclo de escuta que resultou no recebimento de contribuições formuladas por organizações da sociedade civil, do poder público, de organismos internacionais, de universidades e entidades de classe. Foram mais de 3 mil contribuições e nós aqui nesta mesa participamos e enviamos contribuições enquanto coletivo de psicólogas(es/os) e enquanto coletivo FENAMI. A publicação da Política Nacional de Migrações, Refúgio e Apátrida, ainda em construção, representa a responsabilização do Estado brasileiro na condução e implementação de uma política pública para a população migrante, em todo o território nacional, em uma perspectiva de política pública que extrapole as medidas de atendimento emergencial e os procedimentos de regularização.

Assim, a nossa aposta enquanto NUPSIM/CRP-PR é na construção coletiva da nossa participação social e na permanente defesa de processos que promovam cidadania, enquanto pautas que devem ter centralidade no cotidiano profissional. Debater o cuidado em saúde na migração deve ser algo permanente, e é um campo que nos convoca ao cuidado transdisciplinar e intersetorial. O engajamento das Psicólogas(es/os) é essencial nesses processos de articulações, participação no controle social, na luta por uma sociedade com efetiva justiça social e com o fortalecimento das políticas públicas.

Faço aqui o convite para que todas(es/os) participem das estampas da Conferência Nacional de Migração, Refúgio e Apátrida – II COMIGRAR em seus municípios e estados, engajem nas conferências temáticas, participem dessa construção, algo que já foi dito na abertura de ontem, mas reforço porque é bastante importante a nossa participação, faz nove anos que ocorreu a I COMIGRAR, então, finalmente, vemos a retomada desse processo de participação social. Nós vamos propor uma conferência sobre saúde e migrações, também fica o convite para participarem, esse espaço de controle social é bastante imprescindível para podermos tensionar e debater sobre a efetivação das políticas públicas, qual é a concepção de sujeito que está nessas políticas, enquanto psicólogas(es/os) temos muito a contribuir nesse debate, na aproximação da palavra tecida em lei da realidade

das comunidades. Temos muito a contribuir com nossa escuta. Para finalizar, gostaria de pontuar que, enquanto coletivos e comissões, estamos promovendo uma intensa sensibilização para a necessidade de elaborações de políticas que considerem a dimensão psicossocial nas suas proposições. Precisamos refletir, enquanto categoria, sobre a nossa participação na sociedade e os efeitos políticos das nossas intervenções, visando um trabalho que seja implicado com a promoção da saúde e o combate às opressões e exclusões.

Eu finalizo dizendo que se estamos aqui hoje falando sobre Direitos Humanos, precisamos ter como horizonte o debate por uma Palestina livre, e atuar na defesa de que todos os povos tenham respeitado seu direito de autodeterminação, seu direito à terra e seu direito à saúde. É fundamental ter esse horizonte em todas as nossas intervenções, independente das instituições que estejamos, na clínica ou na construção da política pública, precisamos ter esse horizonte de compromisso ético e político no nosso fazer da Psicologia.

Obrigada!

5.3 EXPOSIÇÃO

Rima Awada Zahra

Psicóloga e escritora especialista em Literatura Infanto-juvenil

Obrigada. Boa tarde, pessoal. Boa tarde aos meus colegas de mesa. E boa tarde a todos que estão nos assistindo em transmissão ao vivo. Muito obrigada, Alexandre, pela gentil apresentação. Como ele disse, me chamo Rima Awada. Eu sou uma psicóloga migrante, libanesa brasileira, filha de refugiados. E eu trabalho com as migrações, sobretudo migrações forçadas, há muitos anos. E a convite do CFP, um convite muito honesto e generoso, já agradeço de antemão. Eu gostaria de conversar com vocês sobre a minha experiência enquanto psicóloga migrante e como autora de literatura infantojuvenil. Como autora que está há quase 10 anos escrevendo sobre essa temática das migrações e livros que estão hoje nas escolas de norte a sul do nosso país. Eu queria refletir com vocês sobre a questão de como o conhecimento acerca de outros povos e países, principalmente aqueles subalternizados, como esses conhecimentos são construídos e chegam até nós. Como são feitas essas narrativas e se outras narrativas são possíveis. Como os inimigos são construídos. Já dizia Chimamanda Ngozi, mostre um povo como uma coisa, como somente uma coisa repetidamente e é o que ele se tornará. A consequência de uma história única é que ela rouba das pessoas a sua dignidade. E assim se criou uma história única. Esse livro da Chimamanda, ele foi muito importante para mim, tanto como escritora quanto psicóloga. E ele veio de encontro a várias ideias que eu já vinha tomando com relação a esse assunto. Ela faz uma reflexão sobre a África e tantos outros lugares invisibilizados, demonizados. O tal do africano que é pobre, bárbaro, e selvagem. Podemos trazer para uma realidade brasileira do nordestino também. Essa questão também tem relação com árabes, terroristas, homens bombas, bárbaros, não civilizados. E a gente pode fazer um paralelo ao que a Gabriela trouxe para nós e o que a gente vive hoje. Sobre como, por exemplo, o povo palestino está sendo representado nesses últimos dias. Como vermes, ratos que precisam ser dizimados. Essa desumanização é usada para justificar o massacre em massa, como está acontecendo agora. Um projeto de longa data, uma ima-

gem trabalhada de forma negativa há muito tempo. Já se fala em mais de 10 mil mortes. Mais de 5.513 crianças mortas, fora as que estão debaixo dos escombros. Mas elas não têm nome, como a Gabriela disse. Inclusive, tem muita desconfiança. Será que morreram? Será que é real? Será que esses dados são reais? Será que não são bonecos? A gente escuta isso. A desumanização de um determinado grupo étnico-cultural é racismo, é supremacismo. É discurso de ódio, intolerância e apologia ao genocídio de um povo. A cobertura midiática tem sido indigesta. Um show de desinformação, mentiras, distorções, fatos relevantes escondidos. A naturalização da barbárie, a desumanização de um povo. Eu tive que ler no meu perfil e no perfil de conselhos de psicologia, que assinaram uma carta do coletivo Psi Migra, que pediam cessar o fogo, que pediam fim ao genocídio, colegas psicólogos e psicólogas desumanizando de forma consciente os palestinos. Isso é um atestado lamentável de instrumentalização cínica de discurso de ódio. A desumanização sistemática dos palestinos tem que ser objeto de monitoramento, inclusive do nosso Conselho Federal. Basta percorrer os comentários dos CRPs que assinaram a nota do coletivo Psi Migra e vocês vão ver que os comentários são estarrecedores. Eu sempre digo que no âmbito humano, a primeira característica de uma guerra é a desumanização de um povo, que muitos chamam de perder a alma. E é isso que os agressores tentam fazer. A luta constante desses sujeitos que estão em condição de colonização é uma luta diária, que lutam a cada minuto, cada segundo para não desaparecer. E em tempos de conflito, a verdade é a primeira vítima inicial. E eu digo que esse é um momento crítico para a gente preservar quaisquer resquícios de democracia. Não há dicotomia entre saúde mental e política. A gente não pode analisar um contexto de ocupação sem analisar a relação de opressor e oprimido. Inclusive, eu fui atacada por colegas que querem separar os assuntos. “Não podemos falar de política. Isso não tem nada a ver com psicologia. Precisamos ser neutros”, dizem eles. “Não podemos tomar partido”. Deixa o genocídio rolar, dizem muitos dos meus colegas. E a cada 10 minutos morre uma criança. “Ah, mas são escudos humanos”. Mas ainda bem, ainda bem que as pessoas começaram a designar pelo nome que deve ser designado um genocídio. O primeiro genocídio televisionado da história humana. E genocídio não é uma questão a ser abordada para ser contra ou a favor. Ou a partir de que lado da política você está. Se é de esquerda ou é de direita. Ou que visão de mundo você tem. Genocídio é genocídio. E todos e todas, independente da fé religiosa, do partido político, da abordagem teórica, qualquer visão que um ser humano possa ter acerca do mundo deve repudiar e promover ações concretas para impedir que um genocídio aconteça. O mais emblemático são as pessoas que dizem que não devemos nos reportar ao direito internacional. Que a gente não deve se reportar às reso-

luções oficiais das Nações Unidas. Nem ao nosso código de ética. Negam-se a fazer qualquer reflexão, qualquer enquadramento amplo. Ou sequer leem um texto na íntegra. Como o texto que foi postado do coletivo Psi Migra. E muitos leem um trecho ou leem as chamadas e saem destilando ódio. Colegas psicólogos com uma dificuldade tremenda de ler um texto do começo ao fim. Aí eu me pergunto, como é que atendem? Se tem uma dificuldade de ler um texto do começo até o fim, como esses profissionais atuam, gente? E quando leem, acham pouco ou só acham válido se a carta der atenção a todas as violações humanitárias possíveis. Ou a todos os genocídios que ocorreram ou ocorrem. Ou não entendem e não querem entender que neste exato momento, nenhuma região de menos de 400 km quadrados teve que enterrar mais de 5 mil crianças em menos de um mês. Não tiveram água, não tiveram comida e tiveram a comunicação completamente controlada por outro país. Não há paralelo entre todas as outras tragédias que estamos enfrentando no mundo. É a guerra que mais mata crianças nos últimos tempos, cerca de 100 por dia. Pedir cessar fogo não é banalizar as perdas de ambos os lados. Os mortos, feridos e reféns de ambos os lados devem causar consternação. Pedir cessar fogo e divulgar relatórios da ONU, Unicef, Save the Children, Anistia Internacional, sobre os 16 anos de bloqueio ilegal em Gaza, transformando essa região na maior prisão a céu aberto do mundo não me faz antissemita. Pedir a ação da comunidade nacional e internacional para evitar que Gaza se transforme no maior cemitério de crianças não me faz uma pessoa antissemita. E todas as informações que eu coloco aqui estão sendo denunciadas há anos pelos principais órgãos internacionais de defesa dos direitos humanos. Todas essas informações, elas estão disponíveis, estão publicadas e ao alcance de todos. Inclusive a carta de demissão do diretor da ONU em Nova Iorque diante de tamanha barbárie. Inclusive essas informações também estão na carta do coletivo que escreveu sobre o assunto. E assim a gente vai construindo um caminho de patologização, criminalização, desumanização nessa política continuada genocida. Eu digo se alguém um dia, viver um dia como palestino... vai se perguntar como eles aguentam. São ecos desesperados de gerações, de um eu não aguento mais, eu estou morrendo, só há terror diante dos meus olhos. Nenhum número de bombas pode extinguir a vontade inata de viver com dignidade. Desta forma, a resistência e a vontade de viver desses grupos oprimidos é, como diz Mahmoud Darwish, incurável. Historiadores israelenses como Ilan Pappé, Noam Chomsky, Shlomo Sand, entre outros, já expuseram as mazelas da lógica colonial. Historiadores palestinos como Eduard Said, Nur Mazalha ou Abid Al-Jawad já denunciaram o terror do esquecimento e da morte lenta e súbita. Milhões de pessoas ao redor do mundo ocupam as ruas pedindo cessar fogo. E nós, psicólogos, quando vamos dizer não em nosso nome?

Quando vamos dizer que direito à defesa nenhum preconiza o massacre de civis? A nossa dignidade e a dignidade dos povos oprimidos precisa urgentemente ser restituída. Ao longo dos últimos anos, nós recebemos muitos refugiados, estrangeiros, imigrantes, compatriotas chegando aqui e de várias regiões do mundo. E lá em 2015, quando recebíamos muitos refugiados, eu entrei para um grupo do Núcleo de Psicologia e Migrações, cujo lema era, nenhum ser humano é ilegal. Na época, nós tínhamos muita demanda para atendimento psicológico para crianças e adolescentes sírios, mas não tínhamos psicólogos que atendiam na língua materna. Então, eu entrei nesse campo através desse chamado. Eu fui atendendo no árabe, fui entendendo melhor a temática e, depois de ouvir muito, escutar muito, eu percebi que havia uma lacuna de informação com relação às migrações recentes. A gente trabalhava nas escolas, nas universidades, em várias áreas do saber as migrações mais antigas, mas a gente não entendia quem eram essas pessoas que estavam chegando. Quem eram esses sírios, esses congolese, haitianos, palestinos? Por que fugiam? Por que estavam aqui? O que faziam? Então, a partir de um pano de fundo real construído cuidadosamente, a partir de pesquisas, entrevistas, nasce a coleção Mundo Sem Fronteiras, que eu tento unir nessa coleção a literatura e a psicologia como um projeto para operar uma abertura e trazer toda essa discussão sobre esses novos migrantes e refugiados, que não signifique apenas o reconhecimento de que nós temos muitas línguas, muitas culturas, muitas histórias, mas que traga a discussão do respeito ao direito à vida, à integridade física, à segurança e à liberdade. E aqui a gente está falando de refugiados e imigrantes que foram submetidos aos mais variados tipos de violência. Então, nessa época, quando eu estava atendendo, existia e ainda existe uma narrativa global que trata e retrata esses migrantes e refugiados como um problema, como uma ameaça à segurança nacional. Então, muitos estereótipos são evidentes ao longo da história e também na literatura. E a propaganda de guerra que a gente está vendo hoje contra os povos se alimenta desses estereótipos. Isso é genocídio midiático, isso é eliminação proposital. Então, a gente fez muita questão de colocar nos nossos livros personagens árabes, haitianos, congolese, palestinos como protagonistas nessas histórias. Eu acredito que tanto a psicologia quanto a literatura podem ser um espaço de superação de preconceitos, de estereótipos. E eu digo mais, é muito custoso para nós fazer empatia com aquele que é diferente. A empatia não é assim natural. Não fazemos empatia naturalmente com sírio, com congolês, com italiano. A gente faz mais empatia com aquele que é mais semelhante. Mas a literatura tem essa capacidade, porque quando a gente se vincula com um personagem, a gente mergulha na história e consegue se colocar no lugar dela. Até se vocês parem para pensar um pouco nas últimas histórias que foram marcantes para vocês, de

literatura, provavelmente foi marcante porque vocês se ligaram a um personagem específico dessa história. Então eu digo que a arte e a literatura existem para isso também, para ampliar nossa forma de olhar o mundo. Eu vou falar rapidamente, como é que eu estou de tempo? Sobre os livros da coleção, a gente escolheu quatro títulos, quatro países, retratam um país que tem gerado um grande número de imigrantes nos anos recentes, dentre eles sírios, haitianos, congoleses e palestinos. Então a gente fala da Layla, a menina síria, que foi o primeiro livro, fala da maior população refugiada por um único conflito, guerra. Layla, inclusive, foi aprovada no Programa Nacional do Livro Didático e hoje circula pelas escolas públicas de norte a sul. Escrevemos sobre o Haiti de Jean, que fala da questão das tragédias ambientais, eu posso até dizer refugiados ambientais e a gente pode fazer um paralelo com os nossos refugiados internos e ambientais, porque nós também temos os nossos desastres ambientais. O último livro lançado é Malaika, Força do Congo, que é um livro que fala de um conflito que já acontece há mais de 20 anos, que já causou mais de 7 milhões de mortes. Um país que convive há décadas com guerras civis, homicídios, grupos armados, estupro como arma de guerra, exploração do trabalho infantil. Tudo isso porque é uma região de minérios de conflito, é uma região que tem os minérios chamados minérios de sangue, que uma vez processados, são vendidos no mundo todo para produção de celulares, computadores, carros, jóias, e ninguém quer que essa guerra acabe, porque inúmeras multinacionais estão envolvidas, e depois a gente não entende porque a gente tem congolês aqui. Eu digo que se todo mundo tem um celular na mão, a gente carrega um pouco disso também. E na semana em que a gente finaliza a edição desse livro, texto pronto, ilustração pronta, a gente fica sabendo da morte do Moisés Kabagambe, congolês, que foi assassinado na Barra da Tijuca. Então, eu digo que deu tempo, deu tempo de a gente dedicar esse livro para ele também, e eu gostaria de ler para vocês a dedicatória que a gente fez. A todas as meninas e mulheres que sofrem diariamente com graves violações de seus direitos e lutam para abrir novos caminhos para todos no lugar em que nasceram ou escolheram viver. Em memória de Moisés Kabagambe, refugiado congolês que chegou com a família ao Brasil aos 14 anos e teve os seus sonhos violentamente interrompidos. O quarto livro da coleção, já está sendo preparado há um bom tempo, cada livro desse leva anos, porque a base deles é toda real, são personagens fictícios, mas inspirados em relatos reais, então são meses de pesquisa e, como eu falei, toda a questão histórica, geográfica, ela precisa ser checada, porque são livros que entram nas escolas. Inclusive, para o Malaika, a gente fala muito da língua da região leste, Kivu, Suaili, tivemos um consultor, professor congolês, que nos ajudou na consultoria da língua. E a gente está preparando o quarto livro também, sobre a Palestina, por que

Palestina? Porque a gente está falando de uma população confinada dentro de muros altos, construídos para esconder o maior crime do século XXI, um cerco militar por ar, terra e mar. E a gente não resolveu escrever sobre isso agora, já estamos há anos e, coincidentemente, agora explode mais uma guerra na região. Uma população que continua viva, mas viva sobre circunstâncias absolutamente anormais. Então, para finalizar aqui com vocês, eu já trabalho nessa temática há quase 10 anos e, quando eu finalizo o primeiro livro, eu falo, depois desse eu acho que eu não vou mais ouvir, nem ler e nem presenciar nada mais horrível do que isso. E o buraco é sempre mais fundo. Aí chega o terceiro, aí eu falo, não, agora eu acho que já estou vacinada, não tem nada mais grave do que isso. E vem o terceiro, e vem o quarto e as tragédias, infelizmente, vão se acumulando. E eu digo que, nesses anos, todos trabalhando com essa temática, ficou muito claro para mim que o preço da consciência, que o preço de você conhecer as coisas a fundo, é angustiante. E essa angústia sempre me acompanhou e eu tenho certeza que vai me acompanhar, porque eu ainda não consigo sair dessa temática. Eu vou escrever uma outra coisa, mas o pano de fundo vai ser sempre esse de denúncia. Mas, para mim, ter uma causa para lutar todos os dias, é autocuidado. E autocuidado, para mim, é coerência com a alma, coerência com os direitos humanos. Como diz Antônio Cândido, aquilo que é primordial para a minha existência é primordial para o outro também. Então, a integridade da pessoa humana tem a ver com os direitos humanos, da pessoa ter o direito de ser uma pessoa respeitada, de ocupar um espaço potente e digno no mundo. Então, a gente precisa recuperar a profundidade de cada número desse, de cada morte, de cada vida, de cada ação violenta. Eu digo que a gente pode usar a linguagem não só para descrever a realidade, mas para criar novas realidades. E, finalizando, eu acho que resistir à dessensibilização, que é o que a Gabriela coloca aqui, gente, não são números, não são números, não naturalizem isso. É um dos maiores desafios do nosso tempo. E sensibilidade, eu sempre digo que, para mim, é uma das palavras mais bonitas. E a gente vai se protegendo na sensibilidade. Eu acredito muito que tanto a psicologia quanto a literatura, elas têm um papel importante para restabelecer o equilíbrio, no sentido de sair da neutralidade e da indiferença, que são os dois grandes males do mundo hoje. É isso, pessoal. Muito obrigada pela escuta atenta de vocês. Muito obrigada para quem está me acompanhando ao vivo também.

5.4 EXPOSIÇÃO

Alexandre Branco-Pereira

Obrigado, Rima. Vou passar a palavra agora para o Henrique Galhano. Henrique é psicólogo, especialista em direitos humanos e cidadania no contexto das políticas públicas e mestre em psicologia pela PUC-Minas. É professor e coordenador do curso de pós-graduação Lato Sensu na PUC-Minas de Psicologia e Migração e conselheiro do 17º plenário do CRP-4, de Minas Gerais. Henrique.

Henrique Galhano Balieiro

Comissão de Psicologia e Migração – CRP04/MG

Fazendo minha autodescrição, eu sou um homem branco, careca, de óculos, de barba e, para distinguir do Alexandre, que está mediando a mesa, eu estou usando uma boina. E aqui no pescoço estou usando um lenço palestino, que é o *keffiyeh*, simbolizando a resistência do povo palestino. Eu separei a minha apresentação em três tópicos: as migrações e as políticas públicas; o fazer PSI nas políticas públicas no contexto migratório, e gostaria de refletir com vocês a formação do profissional da psicologia na atuação do campo das migrações. Antes de começar eu gostaria de resgatar a fala do presidente Pedro Paulo, na abertura desse seminário, que a psicologia tem que ser implicada e complemento dizendo que todo ato é político, como diria o mestre Gregório Beremblitt, refugiado argentino que se exilou no Brasil e foi perseguido pela ditadura militar argentina na época (*Baremblitt, presente!*). Grande mestre, que eu tenho muito carinho e admiração, me ensinou muito sobre psicologia e política. Ao falar sobre o contexto das migrações e das políticas públicas, gostaria de refletir sobre como podemos pensar nossa contribuição enquanto profissionais da psicologia no campo democrático e na construção de políticas públicas? É importante lembrar que não temos uma política pública consolidada no campo das migrações, estamos caminhando nessa construção, e é bastante simbólico termos um

colega haitiano falando na mesa de abertura desse seminário do CREPOP. Lembrando que, em decorrência do fluxo migratório haitiano para o Brasil a partir da década de 2010, é que se começa a pensar e movimentar uma nova política de migração no país, tendo em vista que tínhamos somente o Estatuto do Estrangeiro, lei datada na época da ditadura militar. Nós profissionais que atuamos no campo da migração, temos que agradecer bastante aos companheiros haitianos que lutaram, em consonância com a sociedade civil organizada, para levar a discussão da reformulação da política migratória no país e com isso tivemos a realização da 1ª Comigrar em 2014 e o Fórum Mundial Social das Migrações no ano de 2016, em São Paulo além de inúmeras discussões e audiências públicas sobre a temática que culminaram na LEI Nº 13.445, que Institui a Lei de Migração. É importante fazer essa marcação histórica e falar sobre esse simbolismo, que é uma forma que operamos na psicologia. É importante salientar que nós profissionais da psicologia estejamos presentes e atuantes na construção das políticas públicas. Aproveito para reforçar a importância, enquanto profissionais da psicologia, do nosso fazer político, de estar nos lugares de controle social, de estar nas conferências, de estar nessa participação democrática, nessa redemocratização que vivemos. Gostaria de fazer uma pequena recordação aqui, sobre o projeto Atuação em Rede: *Capacitação dos atores envolvidos no acolhimento, na integração e na interiorização de refugiados e migrantes no Brasil*, promovido pela Escola do Ministério Público da União, a partir de uma etapa preparatória realizada em 12 estados, o Encontro Nacional realizado em Brasília contou com aproximadamente um público de 400 participantes, discutindo políticas públicas de migração. Neste encontro Nacional havia somente quatro profissionais da psicologia presentes. E a partir dessa inquietação, desse lugar solitário da psicologia, ainda mais atuando no campo das migrações, um campo de atuação relativamente “novo”, as psicólogas presentes resolveram criar um grupo de *whatsapp* para se discutir sobre a temática, juntou-se também com este grupo, um grupo já existente que já foi criado no Fórum Social das Migrações em 2016, que era um grupo de e-mail de profissionais que atuavam e tinham interesse com a temática. É a partir desse grupo de *whatsapp* que surge o coletivo PsiMi-gra. Acho importante fazer esse resgate histórico, para pensar quão importante é coletivizar o nosso conhecimento e o fazer político para entendermos que não estamos solitários na psicologia. Quando eu falo de ocupar esses lugares do controle social, de falar dessa construção democrática que estamos vivendo, gostaria de lembrar do Grupo de Trabalho implementado pelo Ministério da Justiça para atualizar e efetivar o artigo 120 da nova Lei de Migração. Na participação desse grupo de trabalho, temos uma marcação que é importante, que é a participação dos Conselhos Regionais de Psicologia do Paraná

e de Minas Gerais, e do Conselho Federal de Psicologia neste espaço. Além de contar com uma outra profissional da psicologia que foi a Cyntia de Paula representando a Casa Brasil Lisboa. Então, mais uma vez, a discussão sobre a política de migração contou com a participação de poucos profissionais da psicologia para poder trazer esse aporte da saúde mental na macropolítica para a política de migração. Vale lembrar, que além da construção da nova política de migração, a gente tem as outras políticas também a serem reconstruídas. Vale lembrar aqui também, a primeira conferência livre para as populações migrantes, que foi puxada pelo FENAMI, que teve a participação de muitos profissionais da psicologia. E aí, o que muito me alegra desses espaços no qual estamos implicados da psicologia é o fato de conhecer profissionais migrantes psicólogas como as colegas, as queridíssimas que estiveram aqui na mesa de manhã, a Laura Queslloya, Catalina Revolo, Rocío Shuna e tantas outras... Isso é muito importante, para que nós, brasileiros, estejamos aliados a essa luta lado a lado com as companheiras migrantes. Temos que pensar em outras políticas também, como por exemplo, a política de assistência social, a política de educação, a política de saúde... a migração transversaliza todas essas políticas! É importante que tenhamos, dentro dessas políticas, um monitoramento das diretrizes das ações voltadas para a população migrante e refugiada. Só para trazer um dado relevante, temos 1 milhão e 700 mil pessoas migrantes e em condições de refúgio no Brasil. Existe uma população migrante bem relevante, e esta população tem como a primeira porta de acesso no país de acolhimento, no país que ele decide recomeçar, as políticas públicas. Por isso é importante termos profissionais da psicologia preparados para poder fazer esse atendimento. Lembrando que as políticas públicas são o maior campo de absorção dos profissionais da psicologia... temos esses dados recentes, inclusive no censo da psicologia, quem faz a psicologia brasileira, de muitos profissionais da psicologia que atuam no campo das políticas públicas, e que esses campos das políticas públicas são a porta de entrada, às vezes, desse primeiro contato da pessoa migrante e refugiada neste novo país que ela escolhe para viver ou que em muitos casos é a opção que a pessoa migrante e refugiada tem para poder sobreviver. Por isso, é importante pensar, enquanto profissional da psicologia, esse fazer da psicologia no campo das migrações. Lembrando que, para o fazer da psicologia no campo das migrações nas políticas públicas, é importante fortalecermos as políticas, que vêm sendo precarizadas a cada dia, é fundamental pensar no fortalecimento delas. Temos essa precarização das políticas públicas e temos que pensar, como nós, profissionais da psicologia, podemos defendê-la. O desmonte que temos, com diversas emendas constitucionais, como por exemplo, a emenda constitucional 95, que bloqueia os gastos nas políticas públicas. O nosso fazer é intrínseco ao nosso fazer polí-

tico. É por isso que é importante lembrar aqui que todo o fazer da psicologia é um fazer político. E com essas políticas sendo desmontadas, a cada dia, como é que essa população migrante que chega no Brasil vai ser atendida? Lembrando que o campo da psicologia da migração não está só ligado também ao campo das políticas públicas, mas também está ligado com outras atuações profissionais, como a colega Heloísa Cesar trouxe na sua apresentação, temos as agências internacionais, as agências humanitárias, e as instituições do terceiro setor, que fazem o papel do Estado, porque nós não temos uma política pública consolidada para atender a população migrante e refugiada. Muitas vezes, a gente tem as instituições do terceiro setor de bases eclesiais, que fazem esse atendimento ao migrante, e com isso temos um problema para pensar de como as instituições do terceiro setor estão atuando e atendendo esta população... Geralmente esses atendimentos realizados para a população migrante não tem interlocução com as políticas públicas. Por isso que é importante, mais uma vez, trago de novo essa preocupação, da importância de enquanto nós profissionais da psicologia, de estarmos frente às conferências, de levar nossas propostas. Temos o Congresso Nacional de Psicologia – CNP, que é onde temos a possibilidade de apresentar propostas de diretrizes para a psicologia nos próximos anos. É importante pensar de como a gente pode fazer *advocacy* e incidir nesses espaços que temos neste campo de atuação, ainda invisibilizado, às vezes esquecido pelos profissionais da psicologia, que é o campo da psicologia das migrações, e de pensar que este tema, apesar de estar sendo discutido recentemente, é um tema que existe desde que o mundo é mundo produzindo subjetividades. Pensar que apesar deste tema ser “emergente”, ele atravessa não só o nosso fazer nas políticas públicas, mas também o nosso fazer clínico, o nosso fazer em qualquer área de atuação que nós vamos estar na psicologia. E por isso é importante estarmos nos espaços de formação, nos espaços de ativismo, porque a gente aprende muito mais no movimento social, no ativismo, que às vezes com a teoria. Então, temos que pensar também em como participar dos movimentos sociais, participar do ativismo, como isso é uma grande escola de aprendizado. Por isso que é importante, enquanto profissionais da psicologia, uma categoria privatista, já que muitos atuam no consultório particular, de uma categoria do fazer privado, mas de pensar também de como nossa categoria se implique na política cotidiana. Por isso que eu faço essas provocações para refletirmos enquanto uma categoria coletiva, para que possamos nos engajar, implicar cada vez mais com essa psicologia, que é essa psicologia brasileira que estamos construindo. A questão da formação, da orientação, inclusive é muito importante que tenhamos esse Seminário Nacional de Psicologia e Políticas Públicas, realizado pelo CREPOP, com essa temática, as referências técnicas do CREPOP, que orientam o nosso fazer

da psicologia, o tanto que é importante contar com os profissionais, com os técnicos, com as referências técnicas, para a gente poder ter uma atuação cada vez mais assertiva no nosso campo profissional. Gostaria de lembrar também das produções e das discussões que são fomentadas também nos conselhos regionais, com isso, gostaria de trazer uma pequena história. Eu trouxe aqui a cartilha que a Comissão de Psicologia e Migração do Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais produziu, que é uma cartilha simples, mas tem como objetivo ajudar a nortear esse fazer da psicologia no campo da migração, inclusive ela faz parte da referência bibliográfica do Núcleo de Educação Permanente do SUAS-BH. Essa comissão foi inspirada no Núcleo de Psicologia e Migração – NUPSIM do Conselho Regional de Psicologia do Paraná, no qual temos muito a agradecer. Fico muito feliz em saber que tem outras comissões de psicologia e migração sendo implementadas em outros Conselhos Regionais, para entendermos o tanto que é importante e fundamental discutirmos esse tema que nos atravessa e de como podemos pensar o processo de cuidado a partir da interculturalidade. Enquanto profissional da psicologia, a gente tem que pensar nessa potencialização do sujeito, nessas multiplicidades que compõem o nosso cotidiano. Gosto muito de brincar de como esse processo de interculturalidade é importante, porque a gente fala muito da barreira linguística do outro, mas esquecemos que às vezes o outro fala três ou quatro línguas e a gente só fala uma. Às vezes a gente tem uma pessoa migrante que fala inglês, árabe, francês e a gente só fala português e mal, mal a gente consegue se comunicar com o outro que está ali na nossa frente. Por isso é importante pensar como a migração traz uma riqueza cultural muito importante e de pensar como podemos compô-la da melhor forma possível. Caminhando para o fim, gostaria de pensar com vocês como a composição dessa interculturalidade é fundamental... Eu acho que é importante a gente sair daqui com duas palavrinhas, com dois termos, para poder refletirmos. Às vezes, nós profissionais da psicologia que estamos começando a se engajar nessa temática, temos que lembrar que nenhum ser humano é ilegal e nenhuma pessoa é estrangeira. No nosso fazer da psicologia, temos que pensar as populações migrantes, a pessoa migrante, o sujeito migrante, enquanto sujeito de direito. Então, a etimologia da palavra estrangeiro, está muito ligada à questão do estranhamento, daquilo que é estranho, e com isso podemos cair sobre um discurso estigmatizante e patologizante sobre o outro. Temos que ficar atentos para trazeremos essa descolonização do nosso olhar que temos, desse fazer da psicologia, a partir da não patologização do sujeito. Acho importante trazeremos esses mantras para o nosso fazer da psicologia e lembrar sobre isso sempre! Temos que lembrar também, enquanto profissional da psicologia, que não estamos fazendo só psicologia, temos que lembrar que o processo de

cuidado acontece a partir de políticas públicas efetivas e condições dignas de serem vividas, como por exemplo, acesso à moradia, de acesso à segurança alimentar, de acesso à documentação etc. Vocês já pararam para pensar, como se fala muito pouco do tema da apatridia? Vocês já pensaram como é viver sem documento? Como é viver sem acessar as políticas públicas? E aí eu recomendo que vocês assistam as falas da Maha Mamo sobre a sua história, inclusive tem um livro da sua autobiografia. É importante para nós profissionais da psicologia entendermos sobre documentação, como essa documentação implica também no processo de estigmatização da pessoa migrante. Então, é isso, pessoal. O que eu queria trazer aqui é um pouco mais dessas reflexões, dessas provocações, que são importantes, enquanto profissional da psicologia. Gostaria de fazer um apelo a todas que estão nos assistindo, que estão aqui presentes, de participar das etapas da Comigrar, e da importância também de se organizar também uma conferência livre de profissionais da saúde, profissionais da psicologia, para possamos aportar em termos macropolíticos a questão da saúde mental dentro dessa nova política de migração. Muito obrigado.

5.5 DEBATE DA MESA INTERVENÇÃO E ESTRATÉGIAS – PSICOLOGIA, POLÍTICAS PÚBLICAS E DIREITOS HUMANOS.

Alexandre Branco-Pereira

Obrigado, Henrique. Agora a gente vai passar para as perguntas? Bom, completamos três perguntas, então acho que a gente pode seguir a ordem começando pela Heloísa as respostas.

Paula de Paula

Bom, eu sou Paula de Paula, de Minas. Bom, todo mundo falou que estava fazendo provocações, eu fiquei bem provocada. Henrique, a sua fala me leva a pensar que lutar pelas políticas públicas é o que a gente tem de mais subversivo hoje, já que a gente tem um Estado encolhendo uma proposta de um empreendedorismo social, e que o Estado acaba se retirando da responsabilidade de realizar a justiça social. Ele sai disso e acaba representando ou reproduzindo os privilégios do dono de capital. Nós temos um problema em lutar por um projeto de Estado que seja de bem-estar social. Então, eu entendi assim, quando você convoca. A Gabriela, ela me fez pensar que quando ela fala, a gente precisa refletir, a gente precisa refletir. O que me fica assim, que a gente tem um compromisso de denunciar, mas principalmente usar as palavras exatas para o que está acontecendo. Então você usou a palavra genocídio, coisa que as pessoas temem, principalmente da psicologia, a usar. Mas eu acho que tem uma outra palavra que a gente vai ter que usar, que é terrorismo, porque ele ficou ligado só ao ato do Hamas e a gente esquece do projeto imperialista e a gente esquece porque estava no governo do Obama, independente de ser democrata ou republicano, os partidos se coincidem porque eles são imperialistas e de guerra. Então no Obama a gente

teve Líbia, Síria e Afeganistão e aquilo é terrorismo de Estado e a gente não fala. Então é preciso que a gente comece a denunciar os países imperialistas como terroristas, sim. Eu acho que é preciso ter coragem. Outra questão é dizer que a psicologia implicada não é a única, esse é um tipo de psicologia que toma partido, nós temos no interior da categoria outras psicologias e a gente está disputando uma narrativa, inclusive para tomar os conselhos. A gente vira com outras chapas que são contra o que nós estamos fazendo aqui. É bom que a gente saiba disso, que não é a psicologia que é implicada não, é essa que é implicada, porque você citou alguns colegas e a gente sabe disso. Quando houve o ato do Hamas, pintou várias associações de psicólogos, e psicanalistas, eu sou psicanalista, que logo pulou na frente condenando o ato, como se aquilo estivesse acontecendo e iniciando naquele dia. Então essa é uma questão. A outra questão que eu queria chamar a atenção é sobre o direito universal de saúde mental. Foi dia 10 de outubro, o dia universal, ou seja, saúde mental é um direito universal, e aí eu fico pensando, qual saúde mental? A individual, aquela que eu vou aprender a controlar o estresse, que eu vou fazer meditação, que eu vou cuidar de mim, que eu procuro um psicólogo, que eu domino as minhas emoções, sei lá, todas essas técnicas de uma psicologia positiva, mas que ignora toda a análise política das crises que o capital produz. Ele permanentemente produz as crises porque ele se alimenta dessas crises, e essas crises elas são econômicas, mas principalmente porque ele é expansivo, então ele vai tomar a terra, ele vai tomar tudo. Então são crises econômicas que vão da humanitária. Então, na verdade, a gente precisa entender o funcionamento disso e também entender o imperialismo, o colonialismo e a dificuldade da gente falar isso, porque quando a gente vai dar aula disso para os alunos, eles acham que a gente está viajando, eles querem saber de uma psicologia prática, pragmática. Então, para mim, eu pensei isso, quais são as associações da psicologia que mandariam uma carta para a Federação Internacional de Saúde Mental, dizendo quando vocês vão se pronunciar contra o que está acontecendo na Palestina? A gente tem que começar a cobrar, porque o direito universal de saúde mental é um protocolo que a gente assina, é signatário, não tenho nada a ver com isso, com psicologia. Então, acho que a psicologia tem que pensar que a gente só trata de saúde mental porque a sociabilidade que a gente vive, ela é para produzir doença mental, então essa é uma questão. A outra, que é com o Eloísa, eu fico pensando que se a gente tivesse um estado de bem-estar social ou reformas, um estado socialista, como é a sociabilidade indígena e a sociabilidade africana, porque é por isso que o Pedro falou de manhã que as crianças brincavam, que todo mundo estava vivendo e no outro dia eles já estavam atacando Venezuela, é exatamente porque é difícil aceitar um povo socialista. É difícil aceitar, então, na verdade, eu penso que se a gente tivesse um estado que cumprisse com essa função, talvez a gente não precisasse de nenhuma

ação humanitária, porque talvez a gente tenha que abrir de um estado e falar assim, vamos recorrer à ação humanitária, porque é disso que nós vamos servir daqui para frente, então vamos montar associações e tal, porque é disso que nós vamos viver. Aí a gente já está no inferno, se chegarmos nisso. Então assim, na verdade, a minha pergunta para a Heloísa é, a gente tem não só os Médicos Sem Fronteiras, mas o Greenpeace, que diz que eles são independentes do Estado e tudo mais, mas tem outras que se dizem independentes, mas a minha pergunta é, que saúde mental também se faz ali, porque me parece que é uma saúde mental visando o indivíduo, porque incomoda um pouco, eu tenho que falar a verdade, quando a gente começa a dizer do quanto que as associações são bacanas e quantos que a gente precisa delas. Eu agradeço, a gente precisa, mas a gente precisa também de lutar por um mundo mais justo e nesse ponto é preciso a gente também discutir que humano a gente está tratando, porque o sujeito de direitos é um produto iluminista, o sujeito de direitos, o sujeito hegeliano não serve para os indígenas, para os africanos, nem para as mulheres, as mulheres estão fora, a racionalidade é instrumental, é calculista, ela é matemática, não cabe sensibilidade, não cabe mulher, não cabe nada. Então, a gente precisa pensar que conceito de humano a gente vai ter, porque os direitos humanos são só para humanos direitos, são pessoas brancas, são homens e que estão no governo escrevendo as leis e definindo as legislações, então, não cabe muita gente. Então, assim, eu estou provocada e eu acho que aqui a gente tem que conversar, que é a última mesa, mas eu espero escutar mais vocês, ok?

Catalina Revollo Pardo

Então, faça a pergunta agora? Tá. Então, obrigada pela oportunidade de fazer uma pergunta a mesa, parabéns a cada um de vocês, eu tenho umas perguntas, tenho umas três perguntas para cada um, para a Rima eu gostaria de destacar o valor do seu trabalho, Rima, acho que você traz por meio da literatura uma mensagem muito nítida, e é que não é apropriado falar de crise migratória, o que é apropriado refletir é que a crise está nos territórios, precisamos entender os territórios para compreender as rotas e os fluxos migratórios consequência da crise do sistema mundo atual e também no passado, então, eu queria convidar a Rima nessa linha desse exercício tão poderoso de fazer memória, porque você está fazendo ali um exercício de memória, deixando uma semente muito estruturante sobre a memória do conflito, deixa de ser a memória da questão Síria,

Palestina e haitiana, te convidar a conversar porque não construímos uma memória da Colômbia, do conflito social e político econômico armado colombiano. Tá, então podemos conversar. A outra questão que eu queria perguntar para o Henrique é se você, Henrique, pudesse falar quais são os outros CRPs que estão construindo comissões sobre migrações, se há talvez uma discussão a nível federal, que você saiba, e como eu te perguntei também onde a presença de psicólogos migrantes já de fato nesses espaços. E a última refletir pergunta que eu gostaria de colocar para a Heloísa, a questão é a seguinte, um pouco hoje na mesa anterior a esta, antes do almoço, a gente esteve conversando, eu trouxe uma questão sobre o lugar crítico e ético que nós, como psicólogos na defesa dos direitos humanos, temos frente ao fenômeno atual, também muito produto do Acordo de Washington e também nessas leituras oportunistas do Acordo Global das Migrações sobre a terceirização das fronteiras. E como nós, como psicólogos, dentro das ONGs ou dentro das organizações internacionais ou dentro daquele circuito que circula muito dinheiro para fazer contenção das fronteiras nos territórios como o nosso, então a fronteira dos Estados Unidos chega até aqui, a fronteira dos Estados Unidos está aqui no Brasil, ou está lá no Darien, na Colômbia, ou está em diferentes outros territórios. Então, nesse refletir desde a sua experiência profissional, estando em um espaço de poder, de privilégio profissional também em Médicos sem Fronteiras, como você exerce essa labor de uma maneira crítica, sabendo que esse lugar de enunciação que tem, não só Médicos sem Fronteiras, mas o BADG, de diferentes organizações internacionais que circulam Parabenizar a Gabriela, pelo detalhado esforço que você está trazendo, Gabriela, em termos de fazer-nos tocar e refletir aprofundado sobre esse processo da construção da carta que a gente fez e o refletir a responsabilidade que a gente tem de colocar o nome que é Rostro Respiração, que já não respira mais, para o que está acontecendo. Gracias.

Daniela Calaça

Meu nome é Daniela Calaça, sou aqui do CRP01, estou muito provocada também diante dessa mesa e com a nossa colega que falou agora, com as nossas colegas que falaram. Acho que a gente tem um falso sentimento, quando a gente está num governo democrático, de proteção, de que a gente imagina que os direitos humanos estão sendo preservados quando a gente está inserido em um contexto democrático, mas a necropolítica também

é produzida nesse contexto democrático e enxergo como muito importante a gente estar atento a essas produções de violência que a gente tem na nossa sociedade. O último colega, o Henrique Balieiro, ele falou a respeito dessa dificuldade que nós psicólogos brasileiros temos em relação à língua, em relação à linguagem, por uma limitação, eu enxergo como uma limitação causada pela desigualdade social que a gente tem e ele fez uma provocação para que a gente pudesse se atentar a isso. Eu queria saber como o psicólogo que tem esse alinhamento dentro da linguagem, que não fala outra língua além do português, pode contribuir em ações junto a imigrantes? A Heloísa César falou sobre os mediadores que tem para auxiliar, mas me parece que é muito limitado o número de pessoas para poder auxiliar nesse trabalho. Então, como o próprio psicólogo que se dispõe a estar atuando, pode atravessar essa limitação da linguagem?

Alexandre Branco-Pereira

Bom, completamos três perguntas, então acho que a gente pode seguir a ordem que a gente fez, realmente começando então pela Heloísa as respostas.

Heloísa Silva Coelho César

Então, agradeço às provocações e questionamentos, vou tentar conversar um pouco com vocês a partir do que eu trouxe enquanto trabalho da equipe de saúde mental ali em Roraima. Primeiro, responder a sua pergunta sobre que saúde mental se faz ali, e aí pensando aqui no nosso trabalho mesmo, enquanto psicólogos na equipe de saúde mental, nós jamais individualizamos a atenção e não separamos o indivíduo como um ser único sem estar dentro de um contexto social. Acreditamos que essa pessoa, o migrante e refugiado indígena e não indígena, é um ser biopsicossocial, que merece atenção em todos esses aspectos da vida. Então, nossas atuações ali foram baseadas nesses preceitos. É claro, nós temos protocolos enquanto organização, questionamos alguns, por muitas vezes, enquanto psicólogos, acreditamos que seria importante adaptar alguns protocolos

de acordo com o contexto, e tudo isso foi conversado com a gestão para que a gente pudesse fazer uma atuação de acordo com a demanda e necessidade da população que a gente atende.

Os psicólogos, todos são vinculados ao CRP. Apesar de o nosso contrato ser com a organização, nós seguimos todos os princípios éticos, dos nossos códigos de conduta e de como atuar com a comunidade de acordo com aquilo que a gente estudou, que a gente pensa, que a gente construiu em toda a nossa formação. Então, eu costumo dizer que é um casamento entre os princípios da organização e a psicologia, ou as psicologias brasileiras. Ali nós tínhamos psicólogos da psicanálise, da TCC (terapia cognitivo comportamental), da abordagem humanista, de várias áreas, e ali nós sempre conversávamos. Por exemplo, estamos identificando uma demanda: “o que a gente pode fazer de acordo com os nossos parâmetros organizacionais e também de formação?”.

Então, a gente pode conversar para além daqui desse momento, e eu posso contar um pouquinho sobre alguns exemplos de atenção, mas falando também sobre a figura da mediação intercultural... O mediador, a mediadora intercultural, elas faziam um trabalho brilhante na organização, que era principalmente fazer essa ponte entre nós, enquanto organização, e a comunidade que a gente iria atender. Então, por isso destacamos aqui na fala a importância de termos esses profissionais também na rede, atuando para a atenção das pessoas, dos migrantes e refugiados. Antes de ser supervisora, atuei por dois anos como psicóloga, atendendo diretamente. Estava numa comunidade indígena chamada Tarau Paru, transfronteiriça, uma comunidade indígena da etnia Taurepang. Eles falam a língua Taurepang, também falam espanhol e muitos falam português. Existe a fronteira marcada, desse lado comunidade indígena brasileira, desse lado comunidade indígena venezuelana, todos Taurepang... Então, por acontecimentos violentos de intervenções militares, infelizmente, muitos desses da comunidade venezuelana migraram buscando refúgio na comunidade indígena brasileira. Em determinado momento, estando em atividades lá na comunidade uma senhora chega para um atendimento, uma idosa, ela falava espanhol, eu também falo espanhol, mas ela gostaria de ser atendida em Taurepang. E eu falei, prontamente, nós temos, ainda bem, a mediadora intercultural. Então, chamei a Yoxi, mediadora intercultural, ela é Taurepang, nascida e crescida nessas comunidades Taurepang da Venezuela, e fizemos o atendimento na língua dela, respeitando ali as condições, as necessidades dela, o que ela impôs, depois os encaminhamentos e o seguimen-

to. Outra coisa que eu gostaria de pontuar é que, trabalhamos a partir da especificidade da população e da demanda.

Uma das estratégias de atendimento utilizadas pelo MSF no mundo é a clínica móvel. A clínica móvel é chegar, montar ali uma estrutura (tenda) e atender naquele determinado local. Nós percebemos, com a proximidade junto das comunidades indígenas, que às vezes, na maioria das vezes, me arrisco a dizer, essa metodologia de trabalho não tinha sucesso. Porque eles estão nas suas casas, com as suas famílias, não conhecem aquele que está chegando, que é diferente. É como se eles dissessem: “O que eles estão fazendo aqui no meio da comunidade com uma estrutura toda dessa? E se eles estão chegando, eles têm que se apresentar, eles têm que vir até nós”. Não é só montar uma estrutura. E aí, a gente foi percebendo isso, que o formato inicial não estava adequado. Então, os psicólogos da nossa equipe começaram a comentar. Depois, MSF trouxe algumas pessoas para fornecer consultoria sobre as questões indígenas. E a gente parou e pensou, e se a gente fizer visitas domiciliares? A gente vai com a mediadora, vai a equipe completa. Quando eu falo equipe, era uma equipe mínima, de duas médicas, dois, três enfermeiros. Então, a gente vai com a equipe na casa dessas pessoas e assim a gente consegue acessar até mesmo pessoas que não têm condições de chegar à clínica móvel. E aí, partimos para fazer esses atendimentos. E, pasmem, estávamos há muito tempo naquela comunidade. Eu achava que conhecia muita gente. Porque os psicólogos, além dos atendimentos, também realizavam atividades psicossociais que uniam os adolescentes, uniam os idosos, uniam os grupos de anciãos, que são os conselheiros da comunidade, uniam todo mundo. Então percebi uma grande falha nossa, que era não chegar até essas pessoas. Muitas pessoas cadeirantes, sem visão, muitas pessoas que estavam ali necessitando, realmente, receber o apoio, puderam nos receber em casa.

Nós nos apresentamos, conversamos, pudemos identificar a demanda e fazer a conexão deles com a rede SUS. Quando eu falo dessa comunidade, eu falo de uma comunidade que é longe, que não é perto da cidade, que as pessoas precisam se locomover, sem ter dinheiro, sem ter o que comer, para poder ter uma assistência básica na cidade de Pacaraima. Então, por isso, nós íamos até a comunidade para oferecer esse serviço de saúde, porque eles não tinham na comunidade. A comunidade tinha um posto de saúde, mas não tinha ninguém trabalhando. Então, trabalhávamos, muitas vezes, ali no posto de saúde da comunidade, atendendo aquela população. Passamos a fazer essa estratégia de visitas domiciliares, de acordo com a demanda que percebemos.

Então, respondendo às três perguntas ao mesmo tempo, é uma saúde mental que pensa nesse ser humano como um ser social, entendendo a questão indígena que, pelo menos para essas populações que a gente trabalhava, eles se identificam como do grupo, da família, da comunidade, aquilo ali é a vida para eles, diferente da gente, que é um ser muito individual, individualista, é a clínica, é o meu modelo, eu falo aqui do meu momento. E para eles, não, o atendimento poderia ser a família toda conversando e nós ali, escutando. Para eles, uma conversa com os anciãos, com alguém mais experiente da comunidade, já bastava o apoio psicológico, o apoio em saúde mental. Não sei se eu respondi, mas obrigada.

Gabriela Teixeira Carvalho

Querida agradecer as falas, acho que foram mais do que perguntas, foram falas muito boas. Agradecer à Paula, concordo muito com as reflexões que você trouxe e acho que a gente não pode ter receio de nomear os processos como eles são. Acho que o ato de nomear, ele traz reconhecimento, é importante que a gente nomeie.

Acho que a inserção da psicologia em instituições que constroem políticas públicas é muito desafiadora, porque ao mesmo tempo em que a gente se insere para defender que esse público com o qual a gente trabalha, que os migrantes sejam reconhecidos como sujeitos de direitos, a gente também entra problematizando esse termo. Então, acho que é uma reflexão que a gente também faz. Mas são espaços e instituições que têm uma linguagem muito própria. Então, a gente também tem que se aproximar da linguagem do direito e aí fazer a defesa para que essas pessoas sejam reconhecidas como sujeitos de direitos. Ao mesmo tempo em que a gente problematiza o termo, nos inserimos nesse espaço para defender que precisa ter uma política no papel, ter uma lei escrita, a gente precisa ter uma diretriz organizada, tanto no campo das migrações como mais específico no âmbito da saúde. Ao mesmo tempo em que a gente entende que só a criação da política não vai ser suficiente, só a lei existir não garante que o acesso vai de fato se dar na ponta. A gente se insere construindo um texto, entendendo que ele não é suficiente. Então, paralelo a isso, precisa ser construído também um processo de permanente mobilização. Construímos o texto e também construímos, enquanto categoria, processos de mobilização, de sensibilização, de capacitação. Acho que é muito desafiador porque são vários processos

ao mesmo tempo. E é isso, acho que em relação ao termo, a gente precisa se apropriar de certos termos e também promover a reflexão sobre eles. Por isso, acho que é bastante desafiador estar nesses espaços, mas é bastante importante.

Querida trazer algumas questões sobre a mediação cultural. Porque é um campo que está em construção agora. A própria nomenclatura, mediadores culturais, intérpretes comunitários, intérpretes culturais, existem formas muito distintas de compreender essa mediação, de organizar o serviço. A gente vê essas estratégias e essas intervenções muito a partir das universidades, porque o tempo da política é muito demorado para ser construído enquanto política no dispositivo. Vemos que a universidade entra com o papel fundamental de dar uma resposta para uma urgência que está ali na sociedade e muitas vezes com um tempo muito mais rápido do que nos serviços. Essas estratégias são usadas em várias universidades. É um campo bastante rico em construção. Não tem um jeito certo de se fazer, mas existem várias formas de se pensar essa mediação.

Gosto muito de pensar a mediação cultural no campo da saúde para além apenas da tradução da língua. Eu gosto quando traz elementos culturais também. Acho que não é uma mediação apenas da língua. Eu acho que é interessante quando tem mediadores da própria comunidade, que tem vários desafios aí também, mas quando eles trazem esses outros elementos da compreensão do processo de saúde e doença, como é o cuidado naquela comunidade, que é para além da língua. Eu posso falar talvez a língua, mas esses aspectos culturais, às vezes eu só vou ter acesso pelo mediador. Então, às vezes questões simples como sorrir na nossa cultura significa algo que talvez na outra cultura seja bastante distinta. E o mediador pode nos levar a olhar para essas questões, sabe? Mas eu sei que isso também não é unanimidade. Eu acho que tem outros grupos que defendem uma tradução do que é dito. Então, é um campo bastante rico em construção, acho que tem várias formas de pensar isso, mas na psicologia a gente trabalha muito com esse terceiro profissional, junto com a gente nos atendimentos, quando a gente pensa individualmente ou em grupos. E no campo das políticas públicas, a gente vem advogando bastante para que haja essa figura nos serviços públicos. É bastante desafiador, porque o Brasil, na dimensão que é, a gente garante mediadores culturais, mas tem várias estratégias e utilizar a tecnologia a nosso favor. Tem uma iniciativa na UnB, de um projeto de extensão chamado Mobilang, que tenta criar um banco de intérpretes através de um aplicativo. Isso pode auxiliar em momentos mais de urgência. Chegou um migrante numa UBS,

ninguém consegue se comunicar naquela situação, então usamos esse aplicativo, e em outro momento organizamos um atendimento com mediadores.

Acho que são estratégias que a gente ainda está aprendendo também, mas estamos advogando para que na política exista algo, sabe? Para que exista a possibilidade de contratação dos mediadores, como nas UBS, para que exista essa figura nos serviços públicos de uma forma geral mesmo. A gente pensa muito na atenção primária enquanto porta de entrada, mas que também seja ampliado para outros serviços públicos. Mas é algo que ainda estamos construindo, e aí tem muitas possibilidades para ir atrás. Acho que é um pouco isso.

Rima Awada Zahra

Eu acho que o que foi falado, direcionado para mim, foi mais uma provocação de continuar os livros da coleção *Mundos sem Fronteiras*. Como eu falei, já estou há quase 10 anos nessa temática, e a gente queria ir além do que já tinha sido escrito, para além de números. Então, por exemplo, o *Malaika* foi quase 4 anos de escuta, de relatos reais, de vínculos, de pesquisa. É claro que a lista de países que poderiam ser contemplados, que vivem graves violações dos direitos humanos, é enorme. Se a gente for escrever de todos, eu acho que levaria várias vidas. Mas fica a provocação, eu vou levar com muito carinho a sua reflexão. Aquilo que eu falei para vocês na minha fala, de que eu não consigo sair dessa temática, eu me iludi achando que eu lancei um livro diferente. O meu último lançamento foi o livro chamado *Entrega*, que eu escrevi na pandemia, e eu faço uma homenagem aos profissionais que precisaram exacerbar toda a resiliência em nome de todos na pandemia. Então, alguns invisibilizados como garis, coveiros, os profissionais da área de saúde, principalmente enfermagem, professores que tiveram que transformar a casa em sala de aula, e muitos outros. E, recentemente, estive com um escritor, o Jonas Ribeiro, bem conhecido na área da literatura infantil, e ele falou assim, Rima, você pode escrever 30 livros, 100 livros, no fundo, você vai estar escrevendo sobre um único livro. Então, é isso, os nossos invisibilizados são muitos, não só os migrantes, refugiados, mas a gente tem os nossos invisibilizados aqui, em todos os lugares, é só a gente parar e se atentar. Espero ter respondido.

Bom, vamos lá! Acho que eu vou começar respondendo um pouco o que a Catalina traz dessa provocação, que é muito importante. Então, eu estou rindo aqui de nervoso, porque o nosso conselho foi criado na época da ditadura militar, e quem assinou a lei de criação do Conselho foi o Médici. Então, nessa lei diz que só brasileiros natos ou naturalizados podem assumir um cargo enquanto conselheiro. E aí, por isso que eu falo da importância das conferências, dos congressos. No último, o CNP tem uma moção solicitando ao CFP que profissionais migrantes da psicologia possam ser eleitos e serem votados para ocupar esse cargo. É uma tese que está no CNP, que é importante, que ainda não foi implementada, mas esperamos que ela seja implementada em breve! Porque queremos e necessitamos de profissionais migrantes ocupando esse lugar. Vou trazer uma outra reflexão, porque às vezes a política pública para a população migrante refugiada não é executada, porque temos aí uma questão política, ou seja, a população migrante é invisibilizada por não votar, e nem tem direito a voto e nem de ser votada, e nem para votar para o conselheiro tutelar ela pode. Então, talvez tenha aí uma não preocupação política, porque ele não é portador de votos. Temos que refletir sobre isso. E aí, eu faço esse paralelo ao Conselho de Psicologia, porque o migrante não sendo votado, às vezes também ele acaba sendo invisibilizado, tanto é que quando a gente solicita o número de pessoas migrantes que estão inscritas no conselho, e não temos respostas. Então, é importante que o próximo Censo da Psicologia Brasileira abarque esse campo da nacionalidade, que é uma tese que aprovamos no CNP de 2022. É importante também que o próximo Censo, que está instituído para ser divulgado em cinco anos, tenha o campo nacionalidade também para entendermos e mapeamos essa prática profissional das psicólogas migrantes que estão no Brasil, que são muitas, que estão se multiplicando cada vez mais, ainda bem! A outra pergunta que a Catalina traz, quais são os CRs que têm comissão de atuação com migração? Primeiro, a gente tem que citar o NUPSIM, que foi o pioneiro no Paraná, o Núcleo de Psicologia e Migração. Depois, a gente tem o Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais, que começou com o nome de Comissão em Orientação e Migração, Refúgio, Tráfico de Pessoas e Subjetividades, que a gente reduziu para Psicologia e Migrações. Em Pernambuco, temos um grupo de trabalho dentro da Comissão de Emergências e Desastres, que discute a temática da migração. E no CRP do Rio de Janeiro, temos dentro do eixo de políticas públicas, um grupo de trabalho que discute a temática da migração. Ainda é muito pouco em relação a quantidade de Con-

selhos Regionais que nós temos. E é importante também que, nesse processo de participação, de pensar nos Congressos Regionais de Psicologia que subsidia o CNP, para que possamos ter mais teses para a psicologia brasileira que envolvam essa implicação maior dos conselhos de orientar a categoria no atendimento, de criar comissões, notas técnicas, referências técnicas para discutir o tema das populações migrantes. Quem sabe a próxima referência técnica do CREPOP não seja sobre atuação com a população migrante refugiada e apátrida? Isso é uma tese que pode ser discutida no CNP, para ser trazida. Enquanto isso, continuamos lutando, de forma subversiva e tentando trazer essa temática como importante. Podemos pensar como podemos, enquanto profissionais de psicologia, conversar com os nossos CRs, de implementar também comissões para poder discutir temas tão importantes. Obrigado, pela pergunta! Acho que você deu uma levantada de bola só para a gente cortar aqui. A provocação que fica é de você participar, tentar entrar como conselheira também do CRP do Rio, participar também. Mas tem que forçar. Oxalá que até lá essa moção apresentada no CNP se torne efetiva, né? Obrigado pela colega que traz essa provocação sobre a mediação cultural. E aí, como é que a gente pode trabalhar nesse atendimento com a população migrante, mesmo não falando outra língua? Então, o que eu estou querendo dizer, o que eu trouxe na minha fala que ressaltamos muito a falta, mas esquecemos de falar das potencialidades. Então, quando eu falo aqui, o migrante fala três, quatro línguas, e nós só falamos uma, é de se pensar sobre o abismo social que nós temos no Brasil. Se formos ver as trabalhadoras que estão nas agências internacionais, a gente tem um recorte de classe muito nítido por conta desse acesso que elas tiveram e as oportunidades de estudarem outras línguas. Mas aí o que eu penso, enquanto profissional da psicologia que não fala outra língua, no atendimento a outras pessoas migrantes, de como pensar nesse processo da interculturalidade, porque acontece algo ali no entre. Só de estarmos interessado na cultura do outro, a gente consegue uma entrada para poder fazer uma intervenção com o outro que está ali, que seja migrante. Talvez seja importante pensar um pouco como é a cultura do outro, como eu posso aprender e conectar com ela... Importante o que foi trazido pela companheira Gabriela Carvalho em relação aos mediadores culturais, utilizo muito disso, de entender um pouco a cultura do outro para poder pensar os processos de subjetivação. E pensar também que profissionais da psicologia também podem ser mediadores culturais. Vou trazer uma experiência de interiorização que trabalhei em Belo Horizonte. Quando chegou um grupo de pessoas interiorizadas pela Operação Acolhida, fomos juntos nas políticas públicas, no CRAS, fomos juntos no Centro de Saúde, para poder pensar na vacinação. Então, enquanto profissionais da psicologia, estamos fazendo essa mediação junto com

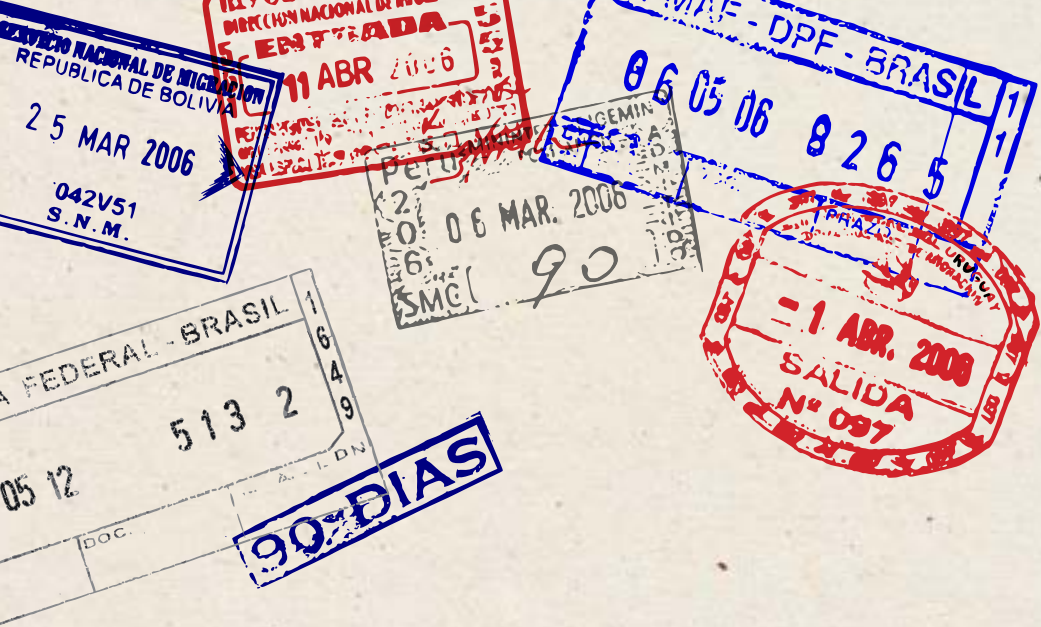
eles. Este é um trabalho que o Coletivo Cio da Terra faz muito bem em Belo Horizonte, com as colegas que estão lá, acompanhando outras mulheres migrantes nesses equipamentos públicos. Se faz mediação cultural quando fazemos esse caminho junto com o outro, para que eles possam conhecer esses equipamentos públicos. Vou citar uma experiência e uma referência teórica. Enquanto referências, a gente tem experiência na política de educação, na Escola Sem Fronteiras, em Contagem, onde tem profissionais migrantes contratados para poder atuar nessa mediação na escola, no caso de Contagem é o município da região metropolitana de Belo Horizonte com uma grande concentração da população migrante, sobretudo haitiana. Lá na política de educação tem profissionais da educação que são contratados para poder fazer essa mediação entre a escola e o estudante migrante. Tem uma outra experiência, ainda em Contagem, que é no CRAS, eles contrataram uma pessoa haitiana para fazer essa mediação do acesso. Como esse CRAS é um território que atende muita população haitiana, tem essa pessoa haitiana que faz essa mediação linguística. Mas com um vínculo de trabalho muito precarizado. Temos que pensar também de como esse vínculo do mediador cultural também pode ser fortalecido. Inclusive, tem um projeto de lei, sobre a regulamentação dos mediadores culturais que está em tramitação no senado. Enquanto profissional da psicologia temos que fortalecer esse projeto, além de conhecer outros projetos de lei que possam contribuir para o fortalecimento da psicologia e da profissão. Outras duas experiências, são as dos agentes comunitários de saúde em São Paulo, que são agentes comunitários migrantes contratados pelo município de São Paulo. E outra experiência bastante interessante, que é a experiência do município de Porto Alegre com os mediadores interculturais na saúde. Uma referência deste projeto é a psicóloga Rita Buttes, que atua na Secretaria de Saúde do Município de Porto Alegre. Este projeto de mediadores interculturais na saúde, é uma prática dentro das políticas públicas de saúde. Tem pessoas migrantes do Congo, do Haiti, Venezuela, que fazem a mediação dessa promoção do acesso à saúde no município. E, continuando no estado do Rio Grande do Sul, eu trago uma referência teórica, que é a do Alfredo Martim. O Alfredo Martim é um psicólogo institucionalista argentino que mora em Rio Grande e trabalha com a mediação cultural no atendimento clínico e no atendimento em grupos. Ele atualmente tem realizado supervisão de um grupo, que chama LaEuMidi, que é um grupo latino-europeu de profissionais e pesquisadores da psicologia social que atuam no campo das migrações. Acho que uma vez por mês tem uma supervisão que ele dá para profissionais da psicologia do mundo inteiro, sobre o trabalho da mediação cultural. Ele tem alguns textos que podem ser achados no Google. E, para finalizar, trago a importância de falar sobre os grupos de trabalho nos congressos

científicos. Pensar na produção de conhecimento no campo da psicologia migração dentro dos congressos. Tivemos recentemente o 22º Encontro Nacional da Abrapso, onde tivemos dois GTs sobre o tema da migração e um minicurso sobre temática. No Simpósio Brasileiro de Psicologia Política, existe um GT que vem sendo consolidado sobre a temática também. A ideia é ocuparmos todos esses espaços e produzir conhecimento científico no nosso fazer da psicologia e migração. Obrigado.

Alexandre Branco-Pereira

A gente vai ver se tem mais gente que gostaria de fazer perguntas. Mais uma? Bom, acho que se ninguém quer perguntar nada, eu queria falar algumas palavras aqui para fazer o encerramento da mesa. Acho que primeiro, eu frequentemente sou um estranho no ninho em diversos contextos. Eu sou um antropólogo numa mesa de psicólogos, num congresso, num seminário sobre psicologia. E acho que essas oportunidades são riquíssimas não só para aprender, mas para estabelecer pontes. Fiquei muito impactado verdadeiramente pelas exposições. À exceção da Eloísa, eu já conhecia todo mundo aqui, e nós já havíamos dialogado sobre essas questões anteriormente, e ainda assim consegui me surpreender e ficar positivamente impactado. Acho que tem um terreno fértil para colaborações possíveis, e para a gente construir cenários de justiça. Eu sou antropólogo, mas não sou completamente leigo, eu pesquiso saúde mental desde 2010. E uma coisa com a qual a gente se depara muito é essa indissociabilidade entre a ideia de saúde mental e a ideia de emancipação. Acho que a emancipação política, a autodeterminação, é muitas vezes lida apenas dentro dessa chave da hegemonia neoliberal, é lida apenas como uma emancipação individual. Mas é preciso que a gente se implique na discussão dos projetos de mundo coletivo que a gente está tentando construir. Acho que não só a questão da Palestina, que foi muito bem colocada aqui, mas também todas as lutas anticoloniais que nós tivemos durante o século XX e que temos até hoje, demonstram isso. É importante entender que o projeto colonial é um projeto em curso, não é um projeto acabado, não é um projeto do passado. Não é possível ser decolonial, se não anticolonial. É preciso entender que esses movimentos todos, que vêm de uma tradição crítica, colocam uma questão muito importante para nós, que é a impossibilidade de haver paz sem haver

justiça. Acho que a justiça social é o objetivo último, porque a paz pode ser silenciadora e violenta. Essa é uma questão historicamente colocada por muitos movimentos sociais, como o Black Lives Matter, o pessoal da década de 60 dos movimentos pelos direitos civis nos Estados Unidos, os movimentos anticoloniais, as guerras anticoloniais em África, na Argélia. Vamos lembrar que Nelson Mandela era considerado terrorista pelo mundo branco e ocidental até 2008. Nelson Mandela que treinou com Fanon, um outro grande nome para a saúde mental, na Argélia. E isso não pode ser um compromisso abstrato. Acho que a ideia de uma luta anticolonial, antirracista, ela tem que ter um compromisso concreto, que significa que quando essas oportunidades de se posicionar aparecem, a gente não pode titubear e achar que isso está desconectado da prática profissional de todos e de cada um, porque uma das coisas que eu frequentemente falo nesses fóruns, em especial quando tenho a oportunidade de falar para profissionais de saúde mental, é que não é trabalho da saúde mental medicar ou tratar ou conformar sujeitos a serem capazes de suportar injustiças. Então, não é trabalho da saúde mental tornar sujeitos resilientes ao racismo, à desigualdade econômica, às humilhações sociais, ao genocídio. E que é preciso essa implicação, e acho que a Paula colocou muito bem, essas implicações e essas disputas são necessárias. Não há possibilidade de se fazer uma prática ciosa, enfim, dessa ideia de justiça, se a gente não se implicar na disputa com os nossos pares sobre que tipo de psicologia que se está fazendo, de que tipo de psicologia e de saúde mental nós estamos falando. E, nesse sentido, acho que uma das coisas muito importantes é trazer não só essa questão anticolonial, antirracista, mas também trazer essa disputa e essa luta contra a hegemonia neoliberal, que provoca desfinanciamento de políticas de seguridade social, que paga mal os profissionais da ponta, que faz com que nós achemos que é possível ter saúde mental individual, autocuidado, num contexto adoecedor, e é preciso combater isso. E, por último, só para encerrar, acho que eu ouvi várias coisas, acho que daria um outro seminário se a gente fosse falar sobre isso, por exemplo, muita gente falando de cultura, gente falando de interculturalidade, cultura e etc., e aí colocando em nome do campo, também faço parte da Associação Brasileira de Antropologia, em nome dos antropólogos, colocando também à disposição a antropologia e os antropólogos para debater isso com vocês. A transdisciplinaridade é uma outra questão fundamental para que a gente consiga, enfim, construir uma ideia de saúde mental holística, emancipatória de fato, e que leve em consideração as lutas coletivas que são importantes no nosso tempo. Então queria agradecer de novo, agradecer a vocês, agradecer ao CFP, e é isso. Obrigado.



6. ENCERRAMENTO DO EVENTO

CONSIDERAÇÕES FINAIS DA PLATEIA

Sim, gostaria. Boa tarde, gente. Como meu colega falou, eu sou do Haiti e gostaria apenas de fazer uma provocação sobre, principalmente, sobre a mesa de direitos humanos. Essa mesa, e na sociedade capitalista, é difícil de falar de direitos humanos. E direitos humanos é uma questão que é sempre questionável. Desde 1804, desde a revolução haitiana, onde as pessoas escravizadas vão dizer que existe direito, isso é o direito de viver, as pessoas negras e a sociedade capitalista nunca aceitaram isso, esse direito. E se vocês veem na história, nem existem direitos humanos, existem apenas direitos dos homens na França. E na construção haitiana, em 1804, eu estou falando de 1804, gente, a primeira construção das pessoas escravizadas, onde as escravas colocaram lá que é direitos humanos, a primeira palavra na construção do mundo é direitos humanos. E outra questão que está acontecendo no mundo sobre essa questão das guerras, muitas pessoas dizem que é da religião e tal, o primeiro Estado que reconhece que o Estado é laico é o Haiti. Primeiro Estado que reconhece que as pessoas precisam migrar dentro da sua construção é o Haiti. A primeira língua que não causa diferença é o Haiti. E primeiro Estado que diz que as pessoas, que leva essa questão de direitos humanos dentro da ONU é o Haiti. E olha lá, as pessoas nunca, nunca, esses países nunca votaram as resoluções de direitos humanos. No sistema capitalista, na escravagista, gente, não existem direitos humanos, temos que reconhecer isso. Muito obrigado.

Boa tarde, eu sou Lili Drapala, eu sou graduada em psicologia, trabalhadora do CREPOP desde 13 de julho de 2010, no menor Estado do Brasil, Sergipe, numa das regiões mais mal entendidas junto com o Norte, então Norte e Nordeste, né? Bom, eu não fiz isso quando eu fiz a primeira intervenção, mas eu vou fazer a minha auto-audiodescrição, porque quem está em casa inclusive vai poder pensar mais ou menos o que eu estou sentindo. Eu sou uma mulher cis, gênero, branca, de 1,73m de altura, magra, olhos verdes e loira. A priori, não seria lida como uma pessoa nordestina, e isso durante a minha infância era uma questão bastante intrigante, e aí as pessoas achavam o máximo quando eu dizia que o meu pai é de origem polonesa, como se fossem grandes coisas. Em certa medida é, porque é a história da vida da minha família, mas eu não convivi muito com a família do meu pai, e é só depois que eu entendi que os poloneses também vieram, como já foi dito aqui por algumas pessoas, numa condição até de certo privilégio, se comparado a outros migrantes, porque também tiveram condições de colônia com terra, e por mais pobres que pudessem ser, mas tinham, e ainda têm alguma dignidade. E isso pra mim era uma coisa, porque a minha mãe é nordestina, a minha avó era indígena, mas perdeu toda a possibilidade de saber quem era. Então isso é, eu acho que, um retrato muito do que a gente está tratando aqui nesse seminário. Enquanto você falava, Alexandre, me veio essa história de desejar falar, e que bom que você sentiu, porque me fez pensar também sobre as migrações, será que eu posso trazer de volta as migrações internas, um Brasil que é construído no açoitado de povos que foram trazidos pra cá, de povos que já moravam aqui e que foram destruídos, e que ainda são, e o máximo respeito a isso, mas também de um povo que se constitui nessa migração interna, de norte e nordeste para o sudeste e centro-oeste. E como é doloroso a gente perceber que muitas coisas só se atualizam na sua crueldade, na sua brutalidade, e não sei quem foi que falou sobre a referência de ser construída, a gente está se preparando para fazer pesquisa sobre esse tema, sobre as migrações, né? E a gente está nesse anseio já faz muito tempo, então eu, enquanto uma trabalhadora do CREPOP, psicóloga, com toda essa sensibilidade pela minha origem, pelo que eu represento e de saber como a minha colega QD, ela já foi, a Catalina, e a gente se reconhecer nesse lugar em que, diante de tantas atrocidades, a gente ainda é privilegiada, e é nesse momento que eu faço essa partilha, de me reconhecer também

enquanto um corpo que já chega em qualquer lugar, acima de qualquer suspeito, eu posso fazer a maior bobagem, e ao máximo eu estou destemperada. Eu nunca sofri o que amigas e amigos meus sofrem, só por ser quem são, então é essa partilha de saber que a gente pode reconhecer essas coisas, a gente pode discordar dessas coisas, e mais do que discordar, fazer ação direta para que as coisas das quais nós discordamos e com as quais a gente não consegue conviver, não fique só no campo de um discurso, aspas, politicamente correto, ou para quem é das internets em busca de like, porque isso não ajuda a ninguém, nem a nós, e por onde eu tenho passado, neste lugar de uma trabalhadora do Conselho de Psicologia, que acessa outras e outros trabalhadores da psicologia para saber sobre o seu fazer, numa pesquisa cuja metodologia também é muito rica, porque a gente bebe da fonte da antropologia, da sociologia, né Matheus? A gente sabe que quando a gente acessa essas psicólogas, esses psicólogos, a gente já está promovendo uma mudança, nem que seja de auto-percepção, que já é uma grande coisa, é mínima, mas já é uma grande coisa. Eu sempre penso nisso, eu no meu estado tenho um certo acesso e preciso ter uma responsabilidade ainda redobrada, porque acho que foi também a Kalina que trouxe, desse compromisso, se me é investido para estar naquele lugar, inclusive grana, eu preciso no mínimo devolver à sociedade algo de qualidade e da mais extrema qualidade. Então, eu queria de fato fazer esse registro para quem vai nos perceber tempos depois, porque esse vídeo pode circular o mundo, essa é a tal da globalização, o YouTube está aí para todo mundo, mas também para convocar quem está nesse lugar tal qual eu, que tem a feliz e infeliz herança de ser acima de qualquer suspeita, que a gente não se acomode nesse lugar, porque também não nos faz bem, porque não é uma desumanização do eu, no sentido de toda essa barbárie, eu fiquei muito tocada em vários momentos e eu acho que o ápice foi você fazendo vários relatos, rima assim, sabe? Mas nos desumaniza no sentido de que a gente se torna, muitas vezes, senhores e senhoras da verdade, e aí eu pensei muitas vezes, será que a mim me cabe pegar o microfone e falar quando muitas outras pessoas podem falar algo muito mais significativo, mas é que é esse lugar mesmo de convocar para que a gente se desfaça dessas heranças que nos colocam como o suprassumo de alguma coisa, e a gente não é nada, então agradecer de fato pela oportunidade de ser trabalhadora do CREPOP, de ser psicóloga no Sistema Conselhos de Psicologia, como diz bem o Pedro Paulo, que está levando o projeto inicial da psicologia para não funcionar, para que a gente possa propor outras coisas e que vocês todas que falaram, que se expuseram tão generosamente, porque eu acho que é dolorido demais estar revivendo, mas ao mesmo tempo necessário, trazendo para nós o que é estar no lugar de vocês e que a boca e a

presença de vocês não é só sobre vocês, é sobre muitas outras coisas, então é muito feliz estar nesta infelicidade, pensando, sentindo e arriscando uma outra coisa, menos pior, digamos assim, porque o melhor acho que ainda vai demorar um pouco, então é agradecer mesmo toda a generosidade de todas as pessoas que trabalharam para que isso acontecesse, obrigada.

Luciana Silva

O que eu queria observar é que esse seminário foi planejado há mais de um ano, e a coincidência de termos escolhido esse tema e ele ter se tornado relevante neste momento, a infelicidade das circunstâncias mundiais, é algo importante. Imagino que seria difícil estarmos aqui discutindo outras questões diante de tudo isso que está acontecendo. A entrada dessa temática e dos psicólogos nesse campo da migração tem sido tímida até agora, mas acredito que este evento e o seminário desencadearão um envolvimento maior da psicologia com esse tema.

É notável que, após muitos anos, agora temos, em Minas Gerais, uma comissão de migração para lidar especificamente com a psicologia nesse campo. Portanto, acredito que agora é o momento de assumirmos a responsabilidade e afirmarmos que a psicologia está intrinsecamente ligada a isso, e devemos continuar avançando nessa discussão.

Quero agradecer à mesa pelo excelente trabalho e ao seminário todo, que foi muito enriquecedor.

José Gregório Albarrán López

Sim, eu queria pegar o gancho de alguma das falas dos colegas aqui que estiveram na mesa e também de outros profissionais que falaram anteriormente, sobre a importância que tem a categoria e os profissionais da psicologia nesse momento atual em que se

intentam, porque criar ações afirmativas, sobretudo no âmbito do estudo, que quando chegamos aqui no Brasil, fazemos todo o possível para continuar nossas vidas, tanto no nível profissional como no nível de estudo, em continuar com nossos estudos, mas muitas dessas ações afirmativas elas não são discutidas com as pessoas que de fato vão ser, em teoria, beneficiadas com elas, então a gente precisa discutir isso porque no contexto dos deslocamentos forçados, um dos princípios fundamentais é não fazer dano, então se a gente compreende isso, de que não fazer dano com nossas ações, como é que a gente constrói ações a partir das políticas públicas, onde a gente não toma em conta de fato aquelas pessoas que a gente pretende beneficiar, e aí a psicologia pode aportar muito, porque onde tem essas falas dentro das universidades, muitas vezes se considera que isso é uma questão de direito, onde somente o direito, as pessoas profissionais do direito podem aportar algo relacionado com a proposta de ações afirmativas, e não é o caso. É importante que a psicologia tenha, sim, uma posição, justamente por implicações que essas decisões terão na vida dessas pessoas que pretendem continuar sua vida educativa. Pelo menos no Pará, a gente teve casos onde, quando foi construído o edital, se falava que aquela pessoa que fez o ensino médio no Brasil não poderia participar do edital, por exemplo. Então, se aquela pessoa chega aqui, já tem ensino médio, já tem um certificado de superior completo, e aí o que ela faz primeiro? Dize, bom, já que eu não consigo convalidar, ou revalidar meu título, então eu vou tirar o ensino médio. Aí aquela pessoa vai e faz uma banca permanente, vai e faz um ENSEJA, ou faz o ENEM, qualquer via para essa pessoa ter um certificado novo de ensino médio. Mas mesmo assim, a pessoa vai e se encontra depois com um edital que diz que a pessoa que tirou o ensino médio aqui no Brasil não poderia participar desse edital. Então, a gente vê as grandes contradições nesses processos políticos, e que acontecem muitas vezes dentro da universidade, onde algumas pessoas discutem, mas, por exemplo, em uma federal você vê que o SIAC, muitas vezes não está nem por dentro, não está nem aí do que está acontecendo nisso. Então, o consumo decide uma política afirmativa para esses grupos, para esses segmentos, mas o SIAC, quando ele vai fazer essa recepção daquelas documentações dessas pessoas, muitas vezes ela não sabe o que está passando, e muitas vezes nem conhece a realidade local. Então, por isso, é fundamental que, sobretudo, a categoria possa participar desses debates e falar das implicações que essas decisões têm na vida de todos nós. Muito obrigado.

Boa tarde, gente. Eu sou Clarissa Guedes. Ontem, falei sobre meu filho e esqueci de fazer minha audiodescrição, então farei agora. Sou uma mulher branca de cabelos pretos, um pouco abaixo do ombro. Inscrevi-me para falar em nome da Coordenação Nacional do CREPOP e de toda a equipe. Queremos agradecer muito, a todas as pessoas que desde ontem apresentaram suas experiências de vida, de trabalho, apresentaram suas reflexões. Eu acredito que, assim como eu, toda a rede CREPOP aqui está bem mobilizada, reverberando todas essas questões.

Amanhã começa a nossa reunião nacional, hoje encerra o seminário e amanhã a gente tem mais dois dias de trabalho. É impossível não levar essas questões discutidas desde ontem para nossa reunião. Amanhã e sábado, podemos pensar como a rede CREPOP pode contribuir com essa temática, refletindo sobre essa relação entre psicologia e políticas públicas. Acredito que todos que participarão da reunião estão pulsando por isso, e amanhã é um bom momento para retomarmos essas reflexões e pensarmos como a rede CREPOP pode ir além desse seminário, incluindo essas questões em nosso plano de trabalho.

Quero agradecer novamente a todas e todos vocês pelo dia inteiro. Foram tantas questões discutidas que eu nem sei nem listar todas as reflexões que surgiram.

Muito obrigada e já deixo a notícia para quem é da rede do CREPOP, amanhã estaremos lá pensando em nosso próximo ano de trabalho, tá bom? Mais uma vez, muito obrigada.

2V51
S.N.M.

DERAL - BRASIL
6 4 9
5 1 3 2
DOC.

BRASIL
06 MAR. 2008
SMC
90
8 2 6 5
V. PAZO

Conheça as publicações do CREPOP

